

CONV 727/03

NOTA DE ENVIO

de: Praesidium

para: Convenção

Assunto: **Projecto de texto de secções da Parte III com observações**

1. Os membros da Convenção receberam no documento CONV 725/03 o projecto completo da Parte III da Constituição (juntamente com as Partes II e IV).
2. Para facilitar a análise e avaliação pelos Convencionais do projecto da Parte III, o presente documento reproduz o texto das secções da Parte III em que o Praesidium introduziu alterações em relação aos textos anteriores na sequência das alterações recebidas, dos debates em plenário e dos resultados dos Círculos de Reflexão. As alterações introduzidas são destacadas e os textos antecédidos de uma nota explicativa. Transcrevem-se ainda outros textos – novos em relação aos Tratados existentes –, que ainda não foram debatidos pela Convenção.
3. De notar que as disposições relativas às Instituições contêm as alterações que não podem deixar de ser introduzidas, independentemente das opções adoptadas sobre as questões fundamentais. Em certas disposições, apenas o título é inserido, para informação. Estas disposições deverão portanto ser completadas e adaptadas em função da redacção definitiva das disposições institucionais da Parte I.

4. Os textos em anexo dizem respeito:
- às disposições fiscais –Anexo I;
 - à política económica e monetária e ao protocolo sobre o Eurogrupo –Anexo II;
 - ao espaço de liberdade, de segurança e de justiça –Anexo III;
 - à acção externa da União –Anexo IV;
 - às disposições institucionais –Anexo V;
 - às disposições financeiras –Anexo VI;
 - às novas bases jurídicas –Anexo VII.
5. Envia-se igualmente no Anexo VIII, à atenção dos membros da Convenção, uma lista das disposições da Parte III para as quais o Praesidium sugere uma alteração do processo de tomada de decisões.
-

TÍTULO III

POLÍTICAS E ACÇÕES INTERNAS

CAPÍTULO I

SECÇÃO 5

DISPOSIÇÕES FISCAIS

NOTA EXPLICATIVA

A secção em anexo contém alterações aos artigos sobre fiscalidade. Estas alterações têm por objectivo dar resposta aos pedidos emanados do Grupo de Trabalho tendo em vista a passagem à VMQ (votação por maioria qualificada) nas questões fiscais , reconhecendo embora a sensibilidade desta questão, tal como expressa por um certo número de Convencionais , tanto no Grupo de Trabalho como no plenário. Por conseguinte, a proposta define claramente os domínios em que se deve aplicar a VQM, e introduz um mecanismo mediante o qual o Conselho só pode decidir sobre uma medida proposta caso tenha previamente confirmado, por unanimidade, que a mesma é abrangida pelos domínios em que é aplicável a VMQ.

PROJECTO DE TEXTOS

Artigo III-56.º (ex-artigo 90.º)

Nenhum Estado-Membro fará incidir, directa ou indirectamente, sobre os produtos dos outros Estados-Membros imposições internas, qualquer que seja a sua natureza, superiores às que incidam, directa ou indirectamente, sobre produtos nacionais similares.

Além disso, nenhum Estado-Membro fará incidir sobre os produtos dos outros Estados-Membros imposições internas de modo a proteger indirectamente outras produções.

Artigo III-57.º (ex-artigo 91.º)

Os produtos exportados de um Estado-Membro para o território de outros Estados-Membros não podem beneficiar de qualquer reembolso de imposições internas, superior às imposições que sobre eles tenham incidido, directa ou indirectamente.

Artigo III-58.º (ex-artigo 92.º)

Relativamente às imposições que não sejam os impostos sobre o volume de negócios, os impostos especiais de consumo e os demais impostos indirectos, só podem ser concedidas exonerações e reembolsos na exportação para outros Estados-Membros, ou lançados direitos de compensação sobre as importações provenientes de Estados-Membros, desde que as disposições projectadas tenham sido previamente aprovadas, para vigorarem por um período limitado, mediante uma decisão europeia adoptada pelo Conselho, sob proposta da Comissão.

Artigo III-59.º (ex-artigo 93.º)

1. **Uma lei ou lei-quadro europeia estabelecerá as medidas relacionadas com a harmonização das legislações relativas aos impostos sobre o volume de negócios, aos impostos especiais de consumo e a outros impostos indirectos, na medida em que essa harmonização seja necessária para assegurar o estabelecimento e o funcionamento do mercado interno e evitar as distorções de concorrência. A lei ou lei-quadro é adoptada por unanimidade, após consulta ao Parlamento Europeu e ao Comité Económico e Social.**
2. **Sempre que o Conselho, deliberando por unanimidade sob proposta da Comissão, verificar que as medidas a que se refere o n.º 1 dizem respeito à cooperação administrativa ou à luta contra a fraude fiscal, delibera, em derrogação do n.º 1, por maioria qualificada quando adoptar a lei ou lei-quadro europeia que estabeleça essas medidas.**

Artigo III-60.º (artigo novo)

Sempre que o Conselho, deliberando por unanimidade sob proposta da Comissão, verificar que medidas relativas ao imposto sobre as sociedades dizem respeito à cooperação administrativa ou à luta contra a fraude fiscal, adopta, por maioria qualificada, uma lei ou lei-quadro que estabeleça essas medidas, desde que as mesmas sejam necessárias para assegurar o funcionamento do mercado interno e evitar as distorções de concorrência.

A lei ou lei-quadro é adoptada após consulta ao Parlamento Europeu e ao Comité Económico e Social.

TÍTULO III

POLÍTICAS E ACÇÕES INTERNAS

CAPÍTULO II

POLÍTICA ECONÓMICA E MONETÁRIA

NOTA EXPLICATIVA

1. Os artigos contidos no presente capítulo incluem alterações que se enquadram em três grandes categorias.

Alterações de conteúdo (recomendações do Grupo de Trabalho sobre a Governação Económica).

2. O texto incorpora várias propostas emanadas do Grupo de Trabalho sobre a Governação Económica e dos debates subsequentes em plenário. Incluem algumas alterações limitadas aos procedimentos a seguir no quadro das Orientações Gerais das Políticas Económicas [artigo III.68.º (ex-artigo 99.º)], e ao procedimento relativo aos défices excessivos [artigo III. –73.º (ex-artigo 104.º)]. Existe também um artigo novo [Artigo III-81.º] sobre a representação externa do euro. A introdução destas alterações tem por objectivo dar resposta às recomendações específicas do Grupo de Trabalho, e ao mesmo tempo assegurar que o seu âmbito tenha em conta as diversas sensibilidades manifestadas tanto no Grupo de Trabalho como nos debates subsequentes em plenário.

Alterações de processos (recomendações do Grupo de Trabalho sobre a Simplificação)

3. Os artigos têm também em conta as propostas do Grupo de Trabalho sobre a Simplificação tendentes a alterar os processos para várias bases jurídicas que se enquadram no capítulo relativo à UEM (em especial as que estão actualmente sujeitas ao processo de cooperação, que irá desaparecer). O Grupo de Trabalho sobre a Simplificação recomendou que de entre as disposições ainda sujeitas ao processo de cooperação o n.º 6 do artigo III-68.º (n.º 5 do ex-artigo 99.º) e o n.º 2 do artigo III-75.º (n.º 2 do artigo ex-106.º) passassem para a co-decisão (processo legislativo) e que o n.º 2 do artigo III-71.º (n.º 2 do artigo ex-102.º) e o n.º 2 do artigo III-72.º (n.º 2 do artigo ex-103.º) passassem para a simples consulta. O Grupo recomendou ainda que o processo de consulta nos termos do n.º 6 do artigo III-74.º (n.º 6 do artigo ex-105.º) e do n.º 5 do artigo III-76.º (n.º 5 do artigo ex-107.º) passasse também para a co-decisão (processo legislativo). O texto proposto acolhe estas recomendações, com excepção da que respeita ao n.º 2 do artigo III-75.º (harmonização das especificações técnicas das moedas). Com efeito, tendo em conta o seu carácter extremamente técnico, entendeu-se que seria mais adequado que ficasse sujeito ao processo de consulta e não ao processo legislativo.

Alterações técnicas

4. As alterações de conteúdo foram introduzidas num texto em que o Grupo de Juristas/Linguistas já havia introduzido, a pedido do Praesidium, várias alterações técnicas. Estas referem-se principalmente à criação de uma nova base jurídica definitiva para a política monetária (artigo III-80.º) e a uma reorganização da secção sobre disposições transitórias (Secção 4).

Outras questões

5. Deve notar-se que quase não foram introduzidas alterações nos artigos relativos ao Banco Central Europeu, apesar de se propor a introdução de algumas das disposições existentes relativas ao BCE no Título IV (Instituições) da Parte I. Os motivos para tal são de duas ordens. Em primeiro lugar, estabeleceu-se um consenso geral no âmbito do Grupo de Trabalho no sentido de não se introduzirem quaisquer alterações nos Estatutos ou nas funções do BCE. Em segundo lugar, dado que o papel do BCE está inseparavelmente ligado às disposições sobre política monetária, seria muito difícil identificar as disposições que têm carácter puramente "institucional". Por este motivo, propõe-se manter as disposições específicas da Parte III sobre o BCE no capítulo da UEM, em vez de as transferir para o capítulo da Parte III consagrado às Instituições.
6. A existência do Eurogrupo é formalmente reconhecida pela primeira vez num protocolo anexo à Constituição. As decisões formais sobre as questões económicas e financeiras continuarão a ser tomadas no âmbito do Conselho (normalmente na sua configuração ECOFIN), nomeadamente nas áreas especificamente identificadas na Constituição em que os Estados-Membros que não são membros da zona euro estão excluídos das votações. No entanto, o artigo [III-86.º (ex-artigo 122.º)] contém um novo n.º 3 que prevê a possibilidade de os membros da zona euro adoptarem medidas entre eles nos domínios das orientações de política económica, da disciplina orçamental e da supervisão multilateral que não estejam previstos noutra parte do presente capítulo.

PROJECTO DE TEXTOS

SECÇÃO I

POLÍTICA ECONÓMICA

Artigo III-66.º (ex-artigo 4.º)

1. Para alcançar os fins enunciados no artigo I-3.º, a acção dos Estados-Membros e da União implica, nos termos do disposto e segundo o calendário previsto na Constituição, a adopção de uma política económica baseada na estreita coordenação das políticas económicas dos Estados-Membros, no mercado interno e na definição de objectivos comuns, e conduzida de acordo com o princípio de uma economia de mercado aberta e de livre concorrência.
2. Paralelamente, nos termos do disposto e segundo o calendário e os procedimentos previstos na Constituição, essa acção implica uma moeda única, o euro, e a definição e condução de uma política monetária e de uma política cambial únicas, cujo objectivo primordial é a manutenção da estabilidade dos preços e, sem prejuízo desse objectivo, o apoio às políticas económicas gerais na União, de acordo com o princípio de uma economia de mercado aberta e de livre concorrência.
3. Essa acção dos Estados-Membros e da União implica a observância dos seguintes princípios orientadores: preços estáveis, finanças públicas e condições monetárias sólidas e balança de pagamentos sustentável.

Artigo III-67.º (ex-artigo 98.º)

Os Estados-Membros conduzirão as suas políticas económicas no sentido de contribuir para a realização dos objectivos da União, tal como se encontram definidos no artigo I-3.º e no âmbito das orientações gerais a que se refere o [n.º 2 do artigo III-68.º]. Os Estados-Membros e a União actuarão de acordo com o princípio de uma economia de mercado aberta e de livre concorrência, favorecendo uma repartição eficaz dos recursos, e em conformidade com os princípios estabelecidos no [artigo III-66.º].

Artigo III-68.º (ex-artigo 99.º)

1. Os Estados-Membros consideram as suas políticas económicas uma questão de interesse comum e coordená-las-ão no Conselho, de acordo com o disposto no [artigo III-67.º].
2. O Conselho, sob recomendação da Comissão, elaborará por maioria qualificada um projecto de orientações gerais das políticas económicas dos Estados-Membros e da União e apresentará um relatório ao Conselho Europeu com as suas conclusões.

O Conselho Europeu, deliberando com base no relatório do Conselho, discutirá uma conclusão sobre as orientações gerais das políticas económicas dos Estados-Membros e da União.

Com base nessa conclusão, o Conselho adoptará uma recomendação que estabeleça essas orientações gerais, dela informando o Parlamento Europeu.

3. A fim de garantir uma coordenação mais estreita das políticas económicas e uma convergência sustentada dos comportamentos das economias dos Estados-Membros, o Conselho, com base em relatórios apresentados pela Comissão, acompanhará a evolução económica em cada Estado-Membro e na União e verificará a compatibilidade das políticas económicas com as orientações gerais a que se refere o n.º 2, procedendo regularmente a uma avaliação global da situação.

Para efeitos desta supervisão multilateral, os Estados-Membros enviarão informações à Comissão acerca das disposições importantes por eles tomadas no domínio das suas políticas económicas e quaisquer outras informações que considerem necessárias.

4. Sempre que se verificar, no âmbito do procedimento a que se refere o n.º 3, que as políticas económicas de determinado Estado-Membro não são compatíveis com as grandes orientações a que se refere o n.º 2 ou que são susceptíveis de comprometer o bom funcionamento da união económica e monetária, **a Comissão pode dirigir uma advertência ao Estado-Membro em causa. O Conselho, sob recomendação da Comissão, pode dirigir as recomendações necessárias a esse Estado-Membro. Sob proposta da Comissão, pode decidir tornar públicas as suas recomendações.**

No âmbito do presente número, o Conselho delibera sem ter em conta o voto do representante do Estado-Membro em causa e a maioria qualificada é definida como uma maioria de votos dos demais Estados-Membros que represente pelo menos três quintos da população destes.

5. O Presidente do Conselho e a Comissão apresentarão um relatório ao Parlamento Europeu sobre os resultados da supervisão multilateral. O Presidente do Conselho pode ser convidado a comparecer perante a competente Comissão do Parlamento Europeu, se o Conselho tiver tornado públicas as suas recomendações.

6. **A lei ou lei-quadro europeia pode estabelecer as regras do procedimento de supervisão multilateral a que se referem os n.ºs 3 e 4.**

Artigo III-69.º (ex-artigo 100.º)

1. Sem prejuízo de quaisquer outros procedimentos previstos na Constituição, uma lei europeia do Conselho pode estabelecer medidas apropriadas à situação económica, nomeadamente em caso de dificuldades graves no aprovisionamento de certos produtos.

2. Quando um Estado-Membro se encontre em dificuldades ou sob grave ameaça de dificuldades devidas a calamidades naturais ou ocorrências excepcionais que não possa controlar, o Conselho, sob proposta da Comissão, pode adoptar uma decisão europeia que conceda, sob certas condições, uma ajuda financeira da União ao Estado-Membro em questão. O Presidente do Conselho informará o Parlamento Europeu da decisão adoptada.

Artigo III-70.º (ex-artigo 101.º)

1. É proibida a concessão de créditos sob a forma de descobertos ou sob qualquer outra forma pelo Banco Central Europeu ou pelos bancos centrais nacionais dos Estados-Membros, adiante designados por "bancos centrais nacionais", em benefício das Instituições ou órgãos da União, das administrações centrais, das autoridades regionais ou locais, de outras autoridades públicas ou outros organismos do sector público ou empresas públicas dos Estados-Membros, bem como a compra directa de títulos de dívida a essas entidades, pelo Banco Central Europeu ou pelos bancos centrais nacionais.

2. As disposições do n.º 1 não se aplicam às instituições de crédito de capitais públicos às quais, no contexto da oferta de reservas pelos bancos centrais, será dado, pelos bancos centrais nacionais e pelo Banco Central Europeu, o mesmo tratamento que às instituições de crédito privadas.

Artigo III-71.º (ex-artigo 102.º)

1. São proibidas quaisquer medidas e disposições não baseadas em considerações de ordem prudencial que possibilitem o acesso privilegiado às instituições financeiras por parte das Instituições ou organismos da União, das administrações centrais, das autoridades regionais ou locais, de outras autoridades públicas ou de outros organismos do sector público ou empresas públicas dos Estados-Membros.

2. O Conselho, sob proposta da Comissão , pode adoptar regulamentos ou decisões europeus que especificarão as definições para a aplicação da proibição a que se refere o n.º 1. O Conselho delibera após consulta ao Parlamento Europeu.

Artigo III-72.º (ex-artigo 103.º)

1. Sem prejuízo das garantias financeiras mútuas para a execução conjunta de projectos específicos, a União não é responsável pelos compromissos das administrações centrais, das autoridades regionais ou locais, de outras autoridades públicas ou de outros organismos do sector público ou empresas públicas de qualquer Estado-Membro, nem assumirá esses compromissos. Sem prejuízo das garantias financeiras mútuas para a execução conjunta de projectos específicos, os Estados-Membros não são responsáveis pelos compromissos das administrações centrais, das autoridades regionais ou locais, de outras autoridades públicas ou de outros organismos do sector público ou empresas públicas de outros Estados-Membros, nem assumirão esses compromissos.

2. O Conselho, sob proposta da Comissão , pode adoptar regulamentos ou decisões europeus que especificarão as definições para a aplicação da proibição a que se referem [o artigo III-70.º] e o presente artigo. O Conselho delibera após consulta ao Parlamento Europeu.

Artigo III-73.º (ex-artigo 104.º)

1. Os Estados-Membros devem evitar défices orçamentais excessivos.
2. A Comissão acompanhará a evolução da situação orçamental e do montante da dívida pública nos Estados-Membros, para identificar desvios importantes. Examinará, em especial, o cumprimento da disciplina orçamental com base nos dois critérios seguintes:
 - a) Se a relação entre o défice orçamental programado ou verificado e o produto interno bruto excede um valor de referência, excepto:
 - i) se essa relação tiver baixado de forma substancial e contínua e tiver atingido um nível que se aproxime do valor de referência; ou
 - ii) se o excesso em relação ao valor de referência for meramente excepcional e temporário e se aquela relação continuar perto do valor de referência.
 - b) Se a relação entre a dívida pública e o produto interno bruto excede um valor de referência, excepto se essa relação se encontrar em diminuição significativa e se estiver a aproximar, a um ritmo satisfatório, do valor de referência.

Os valores de referência encontram-se especificados no Protocolo sobre o procedimento relativo aos défices excessivos.

3. Se um Estado-Membro não cumprir os requisitos constantes de um ou de ambos estes critérios, a Comissão preparará um relatório. O relatório da Comissão analisará igualmente se o défice orçamental excede as despesas públicas de investimento e tomará em consideração todos os outros factores pertinentes, incluindo a situação económica e orçamental a médio prazo desse Estado-Membro.

A Comissão pode ainda preparar um relatório se, apesar de os requisitos estarem a ser preenchidos de acordo com os critérios enunciados, for de opinião de que existe um risco de défice excessivo em determinado Estado-Membro.

4. O Comité Económico e Financeiro dará parecer sobre o relatório da Comissão.

5. Se a Comissão considerar que em determinado Estado-Membro existe ou poderá ocorrer um défice excessivo, enviará um parecer ao Estado-Membro em causa.

6. O Conselho, **sob proposta da Comissão**, e tendo considerado todas as observações que o Estado-Membro interessado pretenda fazer e após uma avaliação global, decide se existe um défice excessivo. Quando o Conselho decide que existe um défice excessivo, adopta, segundo os mesmos procedimentos, recomendações, que dirigirá ao Estado-Membro em causa, para que este ponha termo a essa situação dentro de um determinado prazo. Sob reserva do n.º 8, essas recomendações não são tornadas públicas.

No âmbito do presente número, o Conselho delibera sem ter em conta o voto do representante do Estado-Membro em causa e a maioria qualificada é definida como uma maioria de votos dos demais Estados-Membros que represente pelo menos três quintos da população destes.

7. O Conselho, sob recomendação da Comissão, adoptará, por maioria qualificada, **as decisões europeias e recomendações a que se referem os n.ºs 8 a 11. o Conselho delibera sem ter em conta o voto do representante do Estado-Membro em causa e a maioria qualificada é definida como uma maioria de votos dos demais Estados-Membros que represente pelo menos três quintos da população destes.**

8. Sempre que verificar que, na sequência das suas recomendações, não foram tomadas medidas eficazes no prazo estabelecido, o Conselho pode tornar públicas as suas recomendações.

9. Se um Estado-Membro persistir em não pôr em prática as recomendações do Conselho, este pode adoptar uma decisão europeia que notifique esse Estado-Membro para, num dado prazo, tomar disposições destinadas a reduzir o défice para um nível que o Conselho considerar necessário para obviar à situação.

Nesse caso, o Conselho pode pedir ao Estado-Membro em causa que lhe apresente relatórios de acordo com um calendário específico, a fim de analisar os esforços de ajustamento desse Estado-Membro.

10. Se um Estado-Membro não cumprir uma decisão europeia adoptada nos termos do n.º 9, o Conselho pode decidir aplicar, ou eventualmente intensificar, uma ou mais das seguintes medidas:

- a) Exigir que o Estado-Membro em causa divulgue informações complementares, a determinar pelo Conselho, antes de emitir obrigações e títulos;
- b) Convidar o Banco Europeu de Investimento a reconsiderar a sua política de empréstimos em relação ao Estado-Membro em causa;
- c) Exigir do Estado-Membro em causa a constituição, junto da União, de um depósito não remunerado de montante apropriado, até que considere que o défice excessivo foi corrigido;
- d) Impor multas de importância apropriada.

O Presidente do Conselho informará o Parlamento Europeu das medidas adoptadas.

11. O Conselho revogará parte ou a totalidade das medidas a que se referem os n.ºs 6 e 8 a 10 na medida em que considere que o défice excessivo no Estado-Membro em causa foi corrigido. Se o Conselho tiver previamente tornado públicas as suas recomendações, deve, logo que a decisão tomada ao abrigo do n.º 8 tiver sido revogada, declarar publicamente que deixou de existir um défice excessivo no Estado-Membro em causa.

12. Os direitos de recurso previstos nos [artigos III-261.º e III-262.º] não podem ser exercidos no âmbito dos n.ºs 1 a 6 e 8 a 10 do presente artigo.

13. O Protocolo sobre o procedimento relativo aos défices excessivos, contém outras disposições relacionadas com a aplicação do procedimento descrito no presente artigo.

Uma lei europeia do Conselho estabelecerá as medidas apropriadas, que substituirão o referido Protocolo. O Conselho delibera por unanimidade após consulta ao Parlamento Europeu e ao Banco Central Europeu.

Sob reserva das demais disposições do presente número, o Conselho adoptará regulamentos ou decisões europeus que estabelecerão as regras e definições para a aplicação do citado Protocolo. O Conselho delibera após consulta ao Parlamento Europeu.

SECÇÃO 2

POLÍTICA MONETÁRIA

Artigo III-74.º (ex-artigo 105.º)

1. O objectivo primordial do Sistema Europeu de Bancos Centrais é a manutenção da estabilidade dos preços. Sem prejuízo deste objectivo, o Sistema Europeu de Bancos Centrais apoiará as políticas económicas gerais na União para contribuir para a realização dos objectivos desta tal como definidos no artigo I-3.º. O Sistema Europeu de Bancos Centrais actuará de acordo com o princípio de uma economia de mercado aberta e de livre concorrência, incentivando a repartição eficaz dos recursos e observando os princípios definidos no [artigo III-66.º].
2. As atribuições fundamentais cometidas ao Sistema Europeu de Bancos Centrais são:
 - a) A definição e execução da política monetária da União;
 - b) A realização de operações cambiais compatíveis com o disposto no [artigo III-223.º];
 - c) A detenção e gestão das reservas cambiais oficiais dos Estados-Membros;
 - d) A promoção do bom funcionamento dos sistemas de pagamentos.
3. A alínea c) do n.º 2 não obsta à detenção e gestão, pelos Governos dos Estados-Membros, de saldos de tesouraria em divisas.
4. O Banco Central Europeu será consultado:
 - a) Sobre qualquer proposta de acto da União nos domínios das suas atribuições;
 - b) Pelas autoridades nacionais sobre qualquer projecto de disposição legal nos domínios das suas atribuições, mas nos limites e condições definidos pelo Conselho de acordo com o procedimento previsto no [n.º 6 do artigo III-76.º].

O Banco Central Europeu pode apresentar pareceres sobre questões do âmbito das suas atribuições às Instituições ou órgãos da União ou às autoridades nacionais.

5. O Sistema Europeu de Bancos Centrais contribuirá para a boa condução das políticas desenvolvidas pelas autoridades competentes no que se refere à supervisão prudencial das instituições de crédito e à estabilidade do sistema financeiro.

6. **A lei ou lei-quadro europeia pode conferir ao Banco Central Europeu atribuições específicas no que diz respeito às políticas relativas à supervisão prudencial das instituições de crédito e de outras instituições financeiras, com excepção das empresas de seguros. A lei ou lei-quadro europeia é adoptada após consulta ao Banco Central Europeu.**

Artigo III-75.º (ex-artigo106.º)

1. O Banco Central Europeu tem o direito exclusivo de autorizar a **emissão do euro, moeda da União.** ~~de notas de banco na União. O Banco Central Europeu e os bancos centrais nacionais podem emitir essas~~ **as respectivas** ~~notas, As notas de banco emitidas pelo BCE e pelos bancos centrais nacionais~~ **que** são as únicas com curso legal na União.

2. Os Estados-Membros podem emitir moedas metálicas, sob reserva de aprovação pelo Banco Central Europeu do volume da respectiva emissão. **Uma lei ou lei-quadro europeia do Conselho pode estabelecer medidas para harmonizar as denominações e especificações técnicas de todas as moedas metálicas destinadas à circulação, na medida do necessário para permitir a sua fácil circulação dentro da União. A lei ou lei-quadro europeia é adoptada após consulta ao Banco Central Europeu.**

Artigo III-76.º (ex-artigo107.º)

1. O Sistema Europeu de Bancos Centrais é constituído pelo Banco Central Europeu e pelos bancos centrais nacionais.

2. O Banco Central Europeu tem personalidade jurídica.

3. O Sistema Europeu de Bancos Centrais é dirigido pelos órgãos de decisão do Banco Central Europeu, que são o Conselho do Banco Central Europeu e a Comissão Executiva.

4. Os Estatutos do Sistema Europeu de Bancos Centrais constam do Protocolo relativo aos Estatutos do Sistema Europeu de Bancos Centrais e do Banco Central Europeu.

5. **Os artigos 5.º1, 5.º2, 5.º3, 17.º, 18.º, 19.º1, 22.º, 23.º, 24.º, 26.º, 32.º2, 32.º3, 32.º4, 32.º6, 33.º1 a) e 36.º dos Estatutos do Sistema Europeu de Bancos Centrais podem ser alterados:**

- a) **Quer por uma lei europeia , adoptada após consulta ao Banco Central Europeu;**
- b) **Quer por uma lei do Conselho, adoptada sob recomendação do Banco Central Europeu, após aprovação do Parlamento Europeu e consulta da Comissão.**

6. O Conselho adopta as medidas a que se referem os artigos 4.º, 5.º, 19.º, 20.º, 28.º, 29.º, 30.º e 34.º dos Estatutos do Sistema Europeu de Bancos Centrais. O Conselho delibera após consulta ao Parlamento Europeu:

- a) Quer sob proposta da Comissão e após consulta ao Banco Central Europeu;
- b) Quer sob recomendação do Banco Central Europeu e após consulta à Comissão.

Artigo III-77.º (ex-artigo 108.º)

No exercício dos poderes e no cumprimento das atribuições e deveres que lhes são conferidos pela Constituição e pelos Estatutos do Sistema Europeu de Bancos Centrais, nem o Banco Central Europeu, nem os bancos centrais nacionais, nem qualquer membro dos respectivos órgãos de decisão podem solicitar ou receber instruções das Instituições ou órgãos da União, dos Governos dos Estados-Membros ou de qualquer outra entidade. As Instituições e órgãos da União, bem como os Governos dos Estados-Membros, comprometem-se a respeitar este princípio e a não procurar influenciar os membros dos órgãos de decisão do Banco Central Europeu ou dos bancos centrais nacionais no desempenho das suas atribuições.

Artigo III-78.º (ex-artigo 109.º)

Cada um dos Estados-Membros assegurará a compatibilidade da respectiva legislação nacional, incluindo os estatutos do seu banco central nacional, com a Constituição e com os Estatutos do Sistema Europeu de Bancos Centrais

Artigo III-79.º (ex-artigo 110.º)

1. Para o desempenho das atribuições cometidas ao Sistema Europeu de Bancos Centrais, o Banco Central Europeu adopta, de acordo com a Constituição e nas condições definidas nos Estatutos do Sistema Europeu de Bancos Centrais:

- a) Regulamentos europeus na medida do necessário para o desempenho das atribuições definidas no primeiro travessão do artigo 3.º 1, nos artigos 19.º 1, 22.º ou 25.º 2 dos Estatutos do Sistema Europeu de Bancos Centrais, e nos casos previstos nos actos do Conselho a que se refere [o n.º 6 do artigo III-76.º];
- b) As decisões europeias necessárias para o desempenho das atribuições cometidas ao Sistema Europeu de Bancos Centrais ao abrigo da Constituição e dos Estatutos do Sistema Europeu de Bancos Centrais;
- c) Recomendações e pareceres.

2. O Banco Central Europeu pode decidir publicar as suas decisões europeias, as suas recomendações e os seus pareceres.

3. Nos limites e condições fixados pelo Conselho, de acordo com o procedimento previsto no [n.º 6 do artigo III-76.º], o Banco Central Europeu pode aplicar multas ou sanções pecuniárias compulsórias às empresas em caso de incumprimento de obrigações decorrentes dos seus regulamentos e decisões europeus.

Artigo III-80.º (n.º 4 do ex-artigo 23.º)

Sem prejuízo das competências do Banco Central Europeu, uma lei ou lei-quadro europeia determinará as medidas necessárias para a utilização do euro como moeda única dos Estados-Membros. A lei ou lei-quadro europeia é adoptada após consulta ao Banco Central Europeu.

~~Artigo 16.º (ex-artigo 111.º)~~

~~1. — Em derrogação do disposto no artigo 300.º, o Conselho, deliberando por unanimidade, sob recomendação do BCE ou da Comissão e após consulta ao BCE, numa tentativa para chegar a um consenso com este último, compatível com o objectivo da estabilidade dos preços, e após consulta ao Parlamento Europeu, de acordo com os mecanismos referidos no n.º 3, pode celebrar acordos formais relativos a um sistema de taxas de câmbio do ECU em relação às moedas não comunitárias. O Conselho, deliberando por maioria qualificada, sob recomendação do BCE ou da Comissão e após consulta ao BCE, numa tentativa para chegar a um consenso com este último compatível com o objectivo da estabilidade dos preços, pode adoptar, ajustar ou abandonar as taxas centrais do ECU no sistema de taxas de câmbio. O Presidente do Conselho informará o Parlamento Europeu acerca da adopção, ajustamento ou abandono das taxas centrais do ECU.~~

~~2. — Na falta de um sistema de taxas de câmbio em relação a uma ou mais moedas não comunitárias a que se refere o n.º 1, o Conselho, deliberando por maioria qualificada, quer sob recomendação da Comissão e após consulta ao BCE quer sob recomendação do BCE, pode formular orientações gerais para uma política de taxas de câmbio em relação a essas moedas. Essas orientações gerais não podem prejudicar o objectivo primordial do SEBC de manutenção da estabilidade dos preços.~~

~~3. — Em derrogação do disposto no artigo 300.º, sempre que a Comunidade tiver de negociar acordos relativos a questões monetárias ou ao regime cambial com um ou mais Estados ou organizações internacionais, o Conselho, deliberando por maioria qualificada, sob recomendação da Comissão, e após consulta ao BCE, decide sobre os mecanismos para a negociação e para a celebração dos referidos acordos. Esses mecanismos devem assegurar que a Comunidade expresse uma posição única. A Comissão será plenamente associada a essas negociações.~~

~~Os acordos celebrados de acordo com o presente número vinculam as Instituições da Comunidade, o BCE e os Estados-Membros.~~

~~4. Sem prejuízo do disposto no n.º 1, o Conselho, deliberando por maioria qualificada, sob proposta da Comissão e após consulta ao BCE, decide sobre a posição da Comunidade a nível internacional relativamente às questões que se revistam de especial interesse para a União Económica e Monetária e sobre a sua representação de acordo com a repartição de competências prevista nos artigos 99.º e 105.º.~~

~~5. Sob reserva da competência comunitária e dos acordos da Comunidade relativos à União Económica e Monetária, os Estados-Membros podem negociar nas instâncias internacionais e celebrar acordos internacionais.~~

Artigo III-81.º (novo)

1 A fim de garantir a posição do euro no sistema monetário internacional, os Estados-Membros cuja moeda é o euro coordenarão as suas acções entre si e com a Comissão, tendo em vista estabelecer posições comuns sobre questões monetárias nas instituições e conferências financeiras internacionais competentes e apoiarão e promoverão tais posições comuns.

No caso da política monetária ou de questões com ela directamente relacionadas, o Banco Central Europeu será plenamente associado a essa coordenação, sem prejuízo da sua independência.

2. Com base nessa coordenação, o Conselho, sob proposta da Comissão, poderá adoptar as medidas adequadas para assegurar uma representação unificada nas instituições e conferências financeiras internacionais.

SECÇÃO 3

DISPOSIÇÕES INSTITUCIONAIS

Artigo III-82.º (ex-artigo 112.º)

1. O Conselho do Banco Central Europeu é composto pelos membros da Comissão Executiva do Banco Central Europeu e pelos governadores dos bancos centrais nacionais dos Estados-Membros que não são objecto de derrogação.

2. a) A Comissão Executiva é composta pelo Presidente, pelo Vice-Presidente e por quatro vogais.

b) O Presidente, o Vice-Presidente e os vogais da Comissão Executiva são nomeados, de entre personalidades de reconhecida competência e com experiência profissional nos domínios monetário ou bancário, de comum acordo, pelos Governos dos Estados-Membros, a nível de Chefes de Estado ou de Governo, sob recomendação do Conselho e após este ter consultado o Parlamento Europeu e o Conselho do Banco Central Europeu.

O respectivo mandato tem a duração de oito anos e não é renovável.

Só nacionais dos Estados-Membros podem ser membros da Comissão Executiva.

Artigo III-83.º (ex-artigo 113.º)

1. O Presidente do Conselho e um membro da Comissão podem participar, sem direito de voto, nas reuniões do Conselho do Banco Central Europeu.

O Presidente do Conselho pode submeter moções à deliberação do Conselho do Banco Central Europeu.

2. O Presidente do Banco Central Europeu será convidado a participar nas reuniões do Conselho sempre que este delibere sobre questões relativas aos objectivos e atribuições do Sistema Europeu de Bancos Centrais.

3. O Banco Central Europeu enviará anualmente ao Parlamento Europeu, ao Conselho, à Comissão e ainda ao Conselho Europeu um relatório sobre as actividades do Sistema Europeu de Bancos Centrais e sobre a política monetária do ano anterior e do ano em curso. O Presidente do Banco Central Europeu apresentará esse relatório ao Conselho e ao Parlamento Europeu, que, com base nesse relatório, pode proceder a um debate de carácter geral.

O Presidente do Banco Central Europeu e os outros membros da Comissão Executiva podem, a pedido do Parlamento Europeu ou por sua própria iniciativa, ser ouvidos pelas competentes comissões do Parlamento Europeu.

Artigo III-84.º (ex-artigo 114.º)

1. Com o objectivo de promover a coordenação das políticas dos Estados-Membros na medida do necessário ao funcionamento do mercado interno, é instituído um Comité Económico e Financeiro.

2. O Comité tem as seguintes funções:

- a) Formular pareceres, quer a pedido do Conselho ou da Comissão quer por iniciativa própria, destinados a estas Instituições;
- b) Acompanhar a situação económica e financeira dos Estados-Membros e da União e apresentar regularmente o correspondente relatório ao Conselho e à Comissão, nomeadamente sobre as relações financeiras com países terceiros e instituições internacionais;
- c) Sem prejuízo do [artigo III-242.º], contribuir para a preparação dos trabalhos do Conselho a que se referem os [artigos III-45.º e III-219.º, os n.ºs 2, 3, 4 e 6 do artigo III-68.º, os artigos III-69.º, III-71.º, III-72.º e III-73.º, o n.º 6 do artigo III-74.º, o n.º 2 do artigo III-75.º, os n.ºs 5 e 6 do artigo III-76.º, os artigos III-223.º e III-90.º, os n.ºs 2 e 3 do artigo III-91.º, o n.º 2 do artigo III-86.º, e os n.ºs 2 e 3 do artigo III-87.º], e exercer outras funções consultivas e preparatórias que lhe forem confiadas pelo Conselho;

- d) Examinar, pelo menos uma vez por ano, a situação relativa aos movimentos de capitais e à liberdade de pagamentos, tal como resultam da aplicação da Constituição e das medidas adoptadas pelo Conselho, devendo este exame englobar todas as medidas respeitantes aos movimentos de capitais e aos pagamentos; o Comité informará a Comissão e o Conselho dos resultados deste exame.

Os Estados-Membros, a Comissão e o Banco Central Europeu nomearão, cada um, no máximo, dois membros do Comité.

3. O Conselho, sob proposta da Comissão, adoptará uma decisão europeia que estabelecerá disposições pormenorizadas relativas à composição do Comité Económico e Financeiro. O Conselho delibera após consulta ao Banco Central Europeu e a este Comité. O Presidente do Conselho informará o Parlamento Europeu dessa decisão.

4. Além das funções previstas no n.º 2, o Comité, se e enquanto existirem Estados-Membros que sejam objecto de derrogação nos termos dos [artigos III-86.º e III-88.º], acompanhará a situação monetária e financeira e o sistema geral de pagamentos desses Estados-Membros e apresentará regularmente o correspondente relatório ao Conselho e à Comissão.

Artigo III-85.º (ex-artigo 115.º)

O Conselho ou qualquer dos Estados-Membros pode solicitar à Comissão que apresente uma recomendação ou uma proposta, conforme o caso, relativamente a questões do âmbito de aplicação do [n.º 4 do artigo III-68.º, do artigo III-73.º, com excepção do seu n.º 13, dos artigos III-223.º, III-87.º, III-86.º, e do n.º 3 do artigo III-87.º]. A Comissão analisa esse pedido e apresenta sem demora as suas conclusões ao Conselho.

SECÇÃO 4:

DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Artigo III-86.º (ex-artigo 122)

1. Os Estados-Membros a cujo respeito o Conselho não tenha decidido que satisfazem as condições necessárias para a adopção do euro serão objecto de uma derrogação tal como definida no n.º 2 do presente artigo. Esses Estados-Membros serão adiante designados por "Estados-Membros objecto de uma derrogação".

2. A derrogação prevista no n.º 1 implica que não sejam aplicáveis aos Estados-Membros em causa as seguintes disposições da Constituição:

- a) **Adopção das partes das orientações gerais das políticas económicas que estão relacionadas de um modo geral com a zona euro (n.º 2 do artigo III-68.º)**
- b) **Meios vinculativos de obviar aos défices excessivos (n.ºs 9 e 11 do ex-artigo III-73.º)**

- c) **Objectivos e atribuições do Sistema Europeu de Bancos Centrais (n.ºs 1, 2, 3 e 5 do artigo III-74.º)**
- d) **Emissão do euro (artigo III-75.º)**
- e) **Actos do Banco Central Europeu (artigo III-79.º)**
- f) **Medidas relativas à utilização do euro (artigo III-80.º)**
- g) **Acordos monetários (artigo III-223.º)**
- h) **Representação externa do euro (artigo III-81.º)**
- i) **Nomeação dos membros do Conselho Executivo do Banco Central Europeu (alínea b) do n.º 2 do artigo III-82.º)**

A exclusão desses Estados-Membros e do seu banco central nacional dos direitos e obrigações decorrentes do Sistema Europeu de Bancos Centrais consta do Capítulo IX dos Estatutos do Sistema Europeu de Bancos Centrais.

3. A fim de contribuir para o bom funcionamento da União Económica e Monetária, e de acordo com as disposições pertinentes da Constituição, podem ser adoptadas medidas adicionais destinadas aos Estados-Membros cuja moeda seja o euro, nomeadamente com o objectivo de reforçar a coordenação das respectivas políticas económicas e a disciplina orçamental. Essas medidas incidirão sobre as orientações de política económica e respectiva supervisão [n.ºs 2 e 3 do artigo III-68.º], bem como sobre os défices excessivos [n.ºs 6, 8 e 11 do artigo III-3.º]. O n.º 5 é de aplicação.

4. Nos artigos referidos no n.º 2, sempre que se faz referência a "Estados-Membros" deve entender-se "os Estados-Membros que não são objecto de derrogação".

5. Os direitos de voto dos Estados-Membros objecto de derrogação serão suspensos em relação às medidas do Conselho a que se referem os artigos enumerados no n.º 2. **A maioria qualificada é definida como uma maioria dos votos dos representantes dos Estados-Membros que não são objecto de derrogação, que represente, no mínimo, três quintos da população desses Estados.** É exigida a unanimidade desses Estados-Membros para todos os actos que exijam unanimidade.

Artigo III-87.º (ex-artigo 121.º, n.º 2 do artigo 122.º e n.º 5 do artigo 123.º)

1. Pelo menos de dois em dois anos, ou a pedido de um Estado-Membro objecto de derrogação, a Comissão e o Banco Central Europeu apresentarão relatórios ao Conselho sobre os progressos alcançados pelos Estados-Membros objecto de derrogação no cumprimento das suas obrigações relativas à realização da união económica e monetária. Esses relatórios devem conter um estudo da compatibilidade da legislação nacional de cada um desses Estados-Membros, incluindo os estatutos do seu banco central nacional, com os [artigos III-77.º e III-78.º] da Constituição e os Estatutos do Sistema Europeu de Bancos Centrais. Os relatórios analisarão igualmente a realização de um elevado grau de convergência sustentada, com base na observância, por cada um desses Estados-Membros, dos seguintes critérios:

- a) Realização de um elevado grau de estabilidade dos preços, evidenciado por uma taxa de inflação próxima da taxa dos três Estados-Membros, no máximo, com melhores resultados em termos de estabilidade dos preços;

- b) Sustentabilidade das finanças públicas, evidenciada por uma situação orçamental sem défice excessivo na acepção do [n.º 6 do artigo III-73.º];
- c) Observância, durante pelo menos dois anos, das margens normais de flutuação previstas no mecanismo de taxas de câmbio, sem uma desvalorização da moeda em relação ao euro;
- d) Carácter duradouro da convergência alcançada pelo Estado-Membro objecto de derrogação e da sua participação no mecanismo de taxas de câmbio, que deve igualmente reflectir-se nos níveis das taxas de juro a longo prazo.

Os quatro critérios a que se refere o presente número e os respectivos períodos durante os quais devem ser respeitados vêm especificados no Protocolo relativo aos critérios de convergência. Os relatórios da Comissão e do Banco Central Europeu devem ter, de igual modo, em conta os resultados da integração dos mercados, a situação e a evolução da balança de transacções correntes e a análise de evolução dos custos unitários do trabalho e de outros índices de preços.

2. Após ter consultado o Parlamento Europeu e debatido a questão no Conselho, reunido a nível de Chefes de Estado ou de Governo, o Conselho, sob proposta da Comissão, decidirá quais são os Estados-Membros objecto de derrogação que preenchem as condições necessárias com base nos critérios fixados no [n.º 1], e revogará as derrogações dos Estados-Membros em causa.

3. Se, de acordo com o procedimento previsto no n.º 2, for decidido revogar uma derrogação, o Conselho, sob proposta da Comissão, por unanimidade dos membros do Conselho que representam os Estados-Membros que não são objecto de derrogação e o Estado-Membro em causa, fixa irrevogavelmente a taxa à qual o euro substitui a moeda do Estado-Membro em causa e toma as outras medidas necessárias para a introdução do euro como moeda única nesse Estado-Membro. O Conselho delibera após consulta ao Banco Central Europeu.

Artigo III-88.º (n.º 3 do ex-artigo 123.º e n.º 2 do artigo 117.º)

1. Sem prejuízo do [n.º 3 do artigo III-76.º] da Constituição, se e enquanto existirem Estados-Membros objecto de derrogação, o Conselho Geral do Banco Central Europeu a que se refere o artigo 45.º dos Estatutos do Sistema Europeu de Bancos Centrais constitui um terceiro órgão de decisão do Banco Central Europeu.

2. Se e enquanto existirem Estados-Membros objecto de derrogação, o Banco Central Europeu deve, no que respeita a esses Estados-Membros :

- a) Reforçar a cooperação entre os bancos centrais nacionais;
- b) Reforçar a coordenação das políticas monetárias dos Estados-Membros com o objectivo de garantir a estabilidade dos preços;
- c) Supervisionar o funcionamento do mecanismo de taxas de câmbio;

- d) Proceder a consultas sobre questões da competência dos bancos centrais nacionais, que afectem a estabilidade das instituições e mercados financeiros;
- e) Exercer as antigas atribuições do Fundo Europeu de Cooperação Monetária, anteriormente assumidas pelo Instituto Monetário Europeu.

Artigo III-89.º (n.º 1 do ex-artigo 124.º)

Cada Estado-Membro objecto de derrogação tratará a sua política cambial como uma questão de interesse comum. Ao fazê-lo, terá em conta a experiência adquirida no âmbito da cooperação no mecanismo de taxas de câmbio.

Artigo III-90.º (ex-artigo 119.º)

1. Se algum Estado-Membro objecto de derrogação se encontrar em dificuldades, ou sob grave ameaça de dificuldades relativamente à sua balança de pagamentos, quer estas resultem de um desequilíbrio global da sua balança quer do tipo de divisas de que dispõe, e se tais dificuldades forem susceptíveis de, designadamente, comprometer o funcionamento do mercado interno ou a realização da política comercial comum, a Comissão procederá imediatamente à análise da situação desse Estado, bem como da acção que ele empreendeu ou pode empreender, nos termos da Constituição, recorrendo a todos os meios de que dispõe. A Comissão indicará as medidas cuja adopção recomenda ao Estado-Membro em causa.

Se a acção empreendida por um Estado-Membro objecto de derrogação e as medidas sugeridas pela Comissão não se afigurarem suficientes para remover as dificuldades ou ameaças de dificuldades existentes, a Comissão recomendará ao Conselho, após consulta ao Comité Económico e Financeiro, a concessão de assistência mútua e os métodos adequados para o efeito.

A Comissão manterá o Conselho regularmente informado da situação e da maneira como esta evolui.

2. O Conselho concederá a assistência mútua; adoptará as leis-quadro europeias ou as decisões europeias, fixando as condições e modalidades dessa assistência, que pode assumir, designadamente, a forma de:

- a) Uma acção concertada junto de outras organizações internacionais a que os Estados-Membros objecto de derrogação podem recorrer;
- b) Medidas necessárias para evitar desvios de tráfego, sempre que o Estado-Membro, objecto de derrogação que se encontre em dificuldades mantenha ou restabeleça restrições quantitativas relativamente a países terceiros;
- c) Concessão de créditos limitados por parte de outros Estados-Membros, sob condição de que estes dêem o seu acordo.

3. Se a assistência mútua recomendada pela Comissão não for concedida pelo Conselho ou se a assistência mútua concedida e as medidas tomadas forem insuficientes, a Comissão autorizará o Estado-Membro objecto de derrogação que se encontre em dificuldades a tomar medidas de protecção, de que fixará as condições e modalidades.

O Conselho pode revogar, por iniciativa própria, esta autorização e modificar estas condições e modalidades.

Artigo III-91.º (ex-artigo 120.º)

1. Em caso de crise súbita na balança de pagamentos e se não for imediatamente tomada uma decisão, na acepção do [n.º 2 do artigo III-90.º], um Estado-Membro objecto de derrogação pode, a título cautelar, tomar as medidas de protecção necessárias. Estas devem provocar o mínimo de perturbações no funcionamento do mercado interno e não exceder o estritamente indispensável para sanar as dificuldades súbitas que se tenham manifestado.

2. A Comissão e os outros Estados-Membros devem ser informados destas medidas de protecção, o mais tardar no momento da sua entrada em vigor. A Comissão pode recomendar ao Conselho a concessão de assistência mútua nos termos do [artigo III-90.º].

3. Sob parecer da Comissão e após consulta ao Comité Económico e Financeiro, o Conselho pode decidir que o Estado-Membro em causa deve modificar, suspender ou suprimir as medidas de protecção acima referidas.

Protocolo relativo ao Eurogrupo

As Altas Partes Contratantes,

Desejosas de favorecer as condições de um crescimento económico mais forte na Europa e, nesta perspectiva, de desenvolver uma coordenação cada vez mais estreita das políticas económicas na zona euro,

Conscientes da necessidade de prever disposições particulares para um diálogo reforçado entre os Estados da zona euro, na expectativa da adesão de todos os Estados-Membros da UE à zona euro,

Acordaram nas disposições seguintes, que vêm anexas à Constituição:

Artigo 1.º

Os Ministros dos Estados da zona euro reunir-se-ão entre si de maneira informal. Estas reuniões terão lugar, na medida do necessário, para debater questões relacionadas com as responsabilidades específicas que partilham em matéria de moeda única. A Comissão e o BCE serão convidados a participar nessas reuniões, que serão preparadas pelos representantes dos Ministros das Finanças dos Estados participantes na zona euro.

Artigo 2.º

Os Ministros dos Estados da zona euro elegerão um representante por dois anos, por maioria dos Estados-Membros da zona euro.

TÍTULO III

POLÍTICAS E ACÇÕES INTERNAS

CAPÍTULO IV

ESPAÇO DE LIBERDADE, DE SEGURANÇA E DE JUSTIÇA

NOTA EXPLICATIVA

Disposições gerais

Os primeiros oito artigos contêm disposições de natureza horizontal sobre os principais aspectos do espaço de liberdade, de segurança e de justiça e respectivos processos específicos ou derogatórios das normas comuns.

O **artigo [III-153.º]** reflecte o teor das outras disposições e fixa o quadro geral da intervenção da acção europeia. Foi bem acolhido, de uma forma geral, e as propostas de alteração apresentadas são sobretudo de redacção. Alguns membros da Convenção sugeriram que se aditasse a "prevenção contra o racismo e a xenofobia" (Duhamel + 10; Voggenhuber; Michel + 5; Dybkjaer; De Rossa; Carey e Gabaglio). Esta sugestão foi aceite. Afigurou-se também útil referir explicitamente que estas disposições se aplicam igualmente aos apátridas. Por conseguinte, ao longo do texto, a expressão "nacionais de países terceiros" cobre também implicitamente os apátridas sem que seja necessário mencioná-lo explicitamente.

Os **artigos [III-154.º] e [III-155.º]** poucas alterações sofreram. Alguns dos membros preconizaram a sua supressão, mas a maioria defendeu que se mantivessem, na linha das conclusões do Grupo de Trabalho X. Propõe-se que o conteúdo do artigo [III-154.º] figure neste capítulo, e não no artigo [I-20.º] da Constituição, consagrado ao Conselho Europeu. Quanto ao artigo [III-155.º], sobre o papel dos parlamentos nacionais, a única alteração proposta é a remissão para o Protocolo relativo aos princípios da subsidiariedade e da proporcionalidade da disposição que figurava inicialmente no n.º 2.

Quanto ao **artigo [III-156.º]**, propõe-se a sua manutenção, embora alguns Convencionais tenham solicitado a sua supressão (Duff + 20, Fischer, Kaufmann, Kohout, Michel + 5, Teufel, Tiilikainen + 5). Com efeito, a consagração do método da avaliação mútua faz parte do compromisso político a que se chegou a nível do Grupo de Trabalho X e foi saudada por alguns dos outros membros da Convenção. Além disso, as propostas de alteração que visam o reforço do papel do Parlamento Europeu (Costa + 1, Duhamel + 8) não foram aceites, uma vez que não se trata, neste caso, de uma actividade legislativa, mas antes de regras administrativas para uma avaliação conduzida pelos Estados-Membros. Considerou-se igualmente útil referir que um dos objectivos da avaliação mútua é favorecer o reconhecimento mútuo, o que permite responder favoravelmente a uma das preocupações de certos Convencionais (Villepin, Lequiller).

Quanto ao **artigo [III-157.º]**, sobre a cooperação operacional, sugere-se que se preveja que o Comité é instituído, não se tratando, pois, de uma simples faculdade do Conselho. Corresponde isto a uma série de propostas de alteração, consentâneas com os outros artigos da Convenção que mencionam a existência de comités no Conselho. O texto foi alterado de forma a não referir explicitamente as autoridades competentes que serão objecto da coordenação prevista, permitindo, assim, que as delegações do Conselho disponham de uma ampla margem de apreciação para atender às especificidades das suas estruturas administrativas. Por outro lado, propõe-se que se adite que, tal como o Parlamento Europeu, os parlamentos nacionais serão informados dos trabalhos do Comité, visto que os meios operacionais competem, hoje em dia, aos Estados-Membros.

Quanto ao **artigo [III-160.º]**, sobre o direito de iniciativa dos Estados-Membros, alguns membros da Convenção levantaram dúvidas sobre esta disposição, essencialmente por considerarem que há que estabelecer, também neste domínio, o monopólio de iniciativa da Comissão (Michel + 5 Convencionais, Voggenhuber + 2, Wittbrodt, Costa). Todavia, o debate no plenário deixou claro que há outros membros da Convenção que insistem no direito de iniciativa dos Estados-Membros, como ponto de equilíbrio com os outros aspectos em que se admitiu a passagem ao processo legislativo. Quanto ao limiar exigido, alguns sugeriram um mínimo de três Estados (Fischer e de Vries), outros propuseram um terço de Estados-Membros (van Dijk + 1 Convencional, Santer + 3 Convencionais), e outros ainda um quinto (Figel + 3 Convencionais). O debate no plenário contemplou a primeira proposta do Praesidium (um quarto de Estados-Membros), que parece ser um compromisso capaz de recolher consenso.

Quanto ao **ex-artigo 9.º (actualmente artigo III-279.º)**, relativo ao controlo jurisdicional, o Praesidium constatou que muitos dos membros da Convenção se opõem a esta disposição, remetendo para os actos adoptados no âmbito do espaço de liberdade, de segurança e de justiça face às suas implicações para os direitos individuais. (Farnleitner, Fischer, Brok + 32, Duhamel + 9, Wittbrodt + 1, Duff, Voggenhuber + 2, Michel + 5, Borrell + 1, Tiilikainen + 5). No entanto, outros insistiram na necessidade de se manter esta disposição, havendo mesmo alguns que defendem que se volte a adoptar a redacção exacta do n.º 5 do artigo [35.º] do TUE, ou seja, suprimindo "desde que estes actos sejam regidos pelo direito interno" (Hain, de Villepin, Teufel, Fini, Hjelm-Wallén e Lekberg, Lopes e Lobo Antunes, Queiró, Schlüter, Tiilikainen + 4). Nestas condições, o Praesidium considerou que o texto do artigo proposto constitui um bom compromisso e um ponto de equilíbrio. Uma vez que diz respeito à competência do Tribunal de Justiça, este artigo é inserido no capítulo da Parte III da Constituição, sobre o Tribunal de Justiça (onde figura como artigo [III.º-279.º]).

Secção 1: Políticas relativas aos controlos nas fronteiras, ao asilo e à imigração

O **artigo [III-161.º]**, sobre o controlo de pessoas nas fronteiras, foi simplesmente melhorado em termos de redacção. Com efeito, na alínea a) do n.º 2 propõe-se meramente uma fórmula mais curta e mais simples, que abranja todos os aspectos da política de vistos e outros títulos de estada de curta duração, que eram explicitados na versão anterior.

Na alínea d) deste número, introduziram-se alterações e intervenções que visam a eventual perspectiva de criação, a prazo, de uma estrutura comum ou de uma guarda comum de fronteiras que favoreça a coordenação das guardas de fronteira nacionais e lhes preste apoio (Fischer, Kuneva, Vastagh; cf. igualmente as alterações, em sentido contrário, propostas por Lennmarker + Kvist, Tiilikainen + 5). O Praesidium considerou preferível manter a fórmula actual, que todos os membros da Convenção parecem aceitar.

Além disso, no que respeita à alínea e), o Praesidium não considerou indispensável aceitar algumas propostas da alteração que visam que se mencione explicitamente a possibilidade de um Estado-Membro reintroduzir temporariamente controlos nas fronteiras internas, conforme previsto no n.º 2 do artigo 2.º da Convenção de Schengen. Com efeito, dado que, actualmente, a Convenção de Schengen detém o estatuto jurídico de direito derivado da União, esta regra continuaria a vigorar, de qualquer modo, após a entrada em vigor da Constituição. O n.º 2 do artigo 2.º da Convenção de Schengen, seria, assim, uma "lei" na acepção do actual n.º 2 do artigo [III-161.º] e com ele plenamente compatível.

Por último, foi aditado um número que se destina a especificar que esta disposição não afecta a competência dos Estados-Membros relativamente à definição geográfica das suas fronteiras.

Sobre o **artigo [III-162.º]**, relativo ao asilo, o Praesidium constatou que o plenário chegara a um amplo consenso relativamente ao conteúdo do n.º 2. Decidiu, assim, incorporar uma única alteração de substância, ou seja, aditar uma alínea g) que, na sequência da proposta apresentada por P. Hain, sublinhe a importância da vertente externa da política de asilo, e nomeadamente introduzir a noção de parceria e de cooperação com países terceiros tendo em vista uma melhor gestão dos fluxos de requerentes de asilo.

Além disso, propõe-se alterar ligeiramente a redacção da alínea c) a fim de clarificar que o procedimento comum não tem necessariamente de ser o mesmo para a concessão do estatuto de asilo, por um lado, e para a da protecção subsidiária, por outro (Brok + 33, Duff + 20). Foi também adoptada uma formulação ligeiramente diferente no que respeita à protecção temporária, dado que a acção da União neste domínio visa sobretudo um sistema comum que lhe permita fazer face a afluxos maciços, mas não necessariamente um estatuto uniforme das pessoas em causa, nem um procedimento uniforme nos casos individuais.

Quanto ao **artigo [III-163.º]**, relativo à imigração, o Praesidium incorporou as alterações que defendem que se suprima o parágrafo relativo à luta contra o tráfico de seres humanos (Farnleitner, Fischer, Hain + Tomlinson, Hjelm-Wallén). Com efeito, este aspecto da acção da União é contemplado, por um lado, pela inclusão do tráfico de seres humanos na lista de crimes que consta do artigo [17.º] no que respeita à luta contra o tráfico de seres humanos através de instrumentos de direito penal. Por outro lado, a alínea c) ("imigração clandestina e residência ilegal") cobre, em princípio, uma grande parte da luta contra o tráfico de seres humanos através de instrumentos de carácter não penal (nomeadamente, a concessão de facilidades de entrada e de estadia ilegal na União). No n.º 4, aditou-se a exclusão de toda e qualquer harmonização, nos moldes da disposição que consta do artigo [18.º] (prevenção da criminalidade), que visa, da mesma forma, unicamente as medidas de incentivo e apoio.

Quanto ao **artigo [III-164.º]** (princípio da solidariedade), propõe-se manter este artigo inalterado, dado que foi objecto de um número muito limitado de propostas de alteração, em sentidos contrários, defendendo umas que se suprima o artigo (Fischer, Heathcoat-Amory, Kirkhope), outras a expressão "inclusive no plano financeiro" (de Vries, Hjelm-Wallén + 4), e outras que se limite o âmbito do artigo à solidariedade puramente financeira (Villepin). O Praesidium considerou que a fórmula actual é fruto de um compromisso longamente negociado a nível do Grupo de Trabalho e que, na sessão plenária, foi bem acolhido pela grande maioria dos membros da Convenção, particularmente pelos dos novos Estados-Membros.

Capítulo 2: Cooperação judiciária em matéria civil

No que respeita ao **artigo [III-165.º]** (cooperação judiciária em matéria civil), considerou-se útil aditar ao n.º 1 "com incidência transfronteiras" " (de Vries + 1, Teufel, Roche, Hjelm-Wallén + 4, Haenel e Hübner). É claro que este princípio se deverá aplicar às medidas previstas nos n.ºs 2 e 3 desta disposição.

No que respeita ao n.º 3, alguns membros da Convenção recordaram que a União só deverá legislar em matéria de direito da família relativamente aos seus aspectos transfronteiras (Voggenhuber + 2; Duhamel +10; Borrell + 2). Esta sugestão foi aceite para evitar mal-entendidos, embora, no n.º 1, se indique já que a União só legisla neste domínio caso haja implicações transfronteiras.

O Praesidium constatou que a Convenção tinha pontos de vista divergentes quanto ao facto de, no domínio do direito da família, o Conselho dever deliberar por unanimidade ou segundo o processo legislativo ordinário. Grande número de membros da Convenção defende que, nesta matéria, o Conselho deve decidir por unanimidade (Teufel, de Vries e de Bruijn, Roche, Hjelm – Wallén, Hain, Fini, Lopes, Queiró e Schlüter). Outros consideram que se deverá aplicar o processo legislativo ordinário (Duff + 19, Farnleitner, Santer + 3, Voggenhuber + 2) e outros ainda defendem mesmo que o direito da família não seja tratado à parte, propondo, como tal, a supressão do n.º 3 (Michel + 5, Haenel + 1, Fischer e Meyer). Nestas circunstâncias, o Praesidium decidiu manter a unanimidade prevista no Tratado de Nice.

Quanto à questão de saber se se poderá prever uma excepção para a responsabilidade parental e aplicar o processo legislativo, alguns dos membros da Convenção opuseram-se-lhe e outros referiram que esta distinção seria difícil de estabelecer na prática (Teufel, de Vries e de Bruijn, Roche, Hjelm – Wallén, Hain, Lopes, Queiró, Wuermeling, Schlüter). Face a estas observações, o Praesidium preferiu suprimir a referência à "responsabilidade parental". Assim sendo, considerou necessário acrescentar um último número, que permita que o Conselho, deliberando por unanimidade, torne o processo legislativo aplicável a aspectos do direito da família abrangidos por este artigo. Esta cláusula permitiria evitar que se alterasse a Constituição, sem um complexo processo de revisão.

Secção 3: Cooperação judiciária em matéria penal

No que respeita aos **ex-artigos 15.º e 16.º** (cooperação judiciária em matéria penal e processo penal), o Praesidium considerou que conviria que se apresentassem juntos e que se fundissem num novo **artigo [III-166.º]** na medida em que a aproximação do direito processual penal poderá ser necessária para facilitar o pleno reconhecimento mútuo das decisões.

O Praesidium analisou as propostas de alteração apresentadas por alguns membros, que insistiram na manutenção da regra da unanimidade para todos os actos adoptados com base nos artigos [III-166.º a III-172.º] (Farnleitner, Lopes, Roche, Schlüter, de Vries, Santer só para os artigos [III-171.º] e [III-172.º], Hain só para o [n.º 2 do artigo III-166.º]). O Praesidium não incorporou estas propostas de alteração, atendendo às recomendações do Grupo de Trabalho (que continuou a prever a unanimidade num certo número de casos particularmente sensíveis e limitou as competências da União em relação ao Tratado actual), às da grande maioria dos membros da Convenção, que, no plenário de 3 de Abril, se mostraram favoráveis a estas disposições e a uma série de propostas de alteração que apontam para que se suprima a unanimidade mesmo nos casos em que o projecto do Praesidium a tenha previsto (para [o n.º 2 do artigo III-166.º, os artigos III-167.º, III-170.º e III-171.º] ou para alguns deles: Duff + uma série de membros, de Villepin, Michel + 5, Berger + Einem, Van Lancker, Duhamel + uma série de membros, Voggenhuber +2, van der Linden + Timmermans, Brok + 32 Convencionais (para o artigo [III-170.º])).

Quanto ao ex-artigo 16.º (que passou a [n.º 2 do artigo III-166.º]), grande parte dos membros da Convenção insistiu para que a União só estabeleça regras mínimas caso haja uma dimensão transfronteiras que o justifique. (Heathcoat – Amory, Schlüter, Teufel, Fischer, Wuermeling, Queiró, Haenel e Tiilikainen). O primeiro parágrafo foi, pois, revisto, tendo sido adoptada a expressão "matérias penais com dimensão transfronteiras".

Convém igualmente salientar que esta disposição, embora vise estabelecer regras mínimas em matéria de admissibilidade das provas, não tem minimamente por objectivo a harmonização dessa admissibilidade nem a apreciação das provas propriamente dita, que são única e exclusivamente da competência dos juízes nacionais. O interesse reside unicamente em estabelecer normas mínimas que permitam que provas obtidas em conformidade com essas regras possam seguidamente ser utilizadas em processos noutros Estados-Membros, sem prejuízo da liberdade de apreciação de outras provas que cabe ao juiz em conformidade com o seu direito nacional (ver, nomeadamente, propostas de alteração Svensson e Hjelm-Wallén). Para evitar mal-entendidos, propõe-se utilizar a fórmula "admissibilidade mútua das provas entre os Estados-Membros" na alínea a) do n.º 2.

Alguns membros da Convenção solicitaram que a União legisle só através de leis-quadro (Schlüter, Farnleitner, Teufel, de Vries, de Villepin, Fischer, Queiró). Alguns salientaram, neste contexto, a necessidade de implicar os parlamentos nacionais e o facto de a transposição do direito da União neste domínio se justificar. O Praesidium atendeu a este pedido e suprimiu do artigo a palavra "lei".

O Praesidium acrescentou ainda uma última frase, proposta por D. Roche, em que se sublinha a possibilidade de os Estados-Membros preverem normas de protecção mais exigentes.

Quanto ao **artigo [III-167.º]** (direito penal substantivo), propõe-se manter a redacção do primeiro travessão (que, por razões meramente técnicas, passou a n.º 1) deste artigo, atendendo ao forte apoio de que foi alvo. Quanto ao resto, entre os pedidos de aditamento de outros domínios de criminalidade à lista que consta do primeiro travessão, o único que merece ser assinalado prende-se com o racismo e a xenofobia, que foi acrescentados no artigo [III-153.º].

O n.º 2 foi alterado, nomeadamente, a fim de ter em conta algumas propostas de alteração (Hjelm – Wallen, Fini, Teufel, Roche, Schlüter, Hain, Tiilikainen). Assim, a nova redacção implicaria diversas restrições quanto ao alcance do n.º 2, a saber que:

- as infracções em questão devem estar ligadas a medidas de harmonização a nível da União. Excluir-se-ia, assim, nomeadamente, a ligação às políticas da União em relação às quais a harmonização está já excluída (domínios de apoio, como, por exemplo, a cultura), uma vez que não seria lógico permitir a aproximação do direito penal nos casos em que até mesmo a harmonização de sanções não penais é impossível;
- deve haver uma ligação a medidas de harmonização já adoptadas pela União. Para recorrer a esta base jurídica, não bastaria, pois, que a União pudesse desenvolver teoricamente uma política mesmo sem exercer as suas competências. A aproximação do direito penal só pode ser efectuada como acompanhamento de medidas de harmonização já tomadas no âmbito de uma política da União. Se é certo que esta regra reduz grandemente o alcance deste número, também é certo que dá resposta à preocupação expressa por diversos membros da Convenção no sentido de que o artigo [III-167.º] não deva conduzir a um recurso excessivo e demasiado rápido a sanções penais. Com efeito, o legislador deve avaliar se a aproximação do direito penal é realmente indispensável para assegurar a aplicação eficaz da política em causa;

- sempre que as medidas de harmonização a que se refere o presente número estejam sujeitas à regra da unanimidade no Conselho, aplica-se este mesmo processo no quadro do presente artigo. É bastante lógico prever esta correspondência, que se aplicaria, por exemplo, à aproximação no que respeita às infracções nos domínios do racismo e da xenofobia (ligadas ao ex-artigo 13.º do TCE), e da fraude e da evasão fiscal (ligadas ao artigo [III-59.º]).

O **artigo [III-168.º]** (prevenção da criminalidade), que foi objecto de consenso, mantém-se inalterado.

O **artigo [III-169.º]** (Eurojust), foi bem acolhido pelo membros da Convenção. É certo que alguns propuseram que a lei que estabelece as funções da Eurojust seja adoptada pelo Conselho por unanimidade, e não por maioria qualificada (Kvist, Roche, Lopes, Queiró, Schlüter, de Vries, Tajani e Farnleitner). Mas, no seu conjunto, o processo legislativo é aceite pela grande maioria. Foi sugerida a fórmula "apoiar e reforçar" a coordenação (Schlüter, Teufel), que parece convir melhor à identificação das funções da Eurojust.

Na alínea a) do n.º 2, alguns membros da Convenção formularam reservas sobre a possibilidade de a Eurojust "accionar" acções penais (Roche, Queiró, de Vries, Hain, Fini, Teufel, Hjelm-Wallén, Muscardini), mas, em geral, a ideia parece ser aceite, desde que se indique que as acções penais são conduzidas pelas autoridades nacionais competentes. Tratar-se-á, no futuro, de reforçar, neste domínio, as competências da Eurojust, que pode desde já solicitar às autoridades nacionais que instaurem um processo penal por factos precisos. Estas últimas podem, contudo, decidir não dar seguimento ao pedido (ver artigo 8.º da Decisão do Conselho, de 28 de Fevereiro de 2002, relativa à criação da Eurojust, JO L 63/1, de 6.3.2002). Perante a formulação do artigo, essa autoridades poderão a tal ser obrigadas, se a lei o prever. Na mesma alínea, o Praesidium entendeu sublinhar a importância da instauração de acções penais tendo em vista a protecção dos interesses financeiros da União, domínio em que importa tornar a acção da União mais eficaz. Esta referência foi, pois, aditada.

Quanto à "supervisão adequada da Europol" (ex-terceiro travessão), alguns membros da Convenção opuseram-se à inclusão desta função no artigo (Roche, Queiró, Schlüter, Tajani, Hain, Farnleitner, Teufel, Hjelm-Wallén). Alguns referiram que não era claro em que consistiria essa "supervisão". Convém clarificar, antes de mais, que seriam teoricamente possíveis dois tipos de supervisão das actividades da Europol (à semelhança do que se aplica às acções da polícia nos Estados-Membros): uma supervisão *ex ante* ou uma supervisão *ex post*. O objectivo da disposição proposta consistia em prever uma supervisão *ex ante* para actos operacionais da Europol, a fim de evitar que este organismo possa agir e afectar direitos individuais sem uma supervisão desses actos. A este respeito, há que ler esta disposição em conjunto com o n.º 3 do artigo [III-172.º], relativo à Europol. Esta última disposição prevê, com efeito, que "as acções operacionais da Europol no território dos Estados-Membros devem ser conduzidas em ligação e com o acordo das autoridades do ou dos Estados-Membros cujo território seja afectado". Daqui decorre que seja necessária uma supervisão *ex ante* mesmo antes de a Europol empreender uma acção operacional no território de um Estado-Membro. Nestas circunstâncias, não parece indispensável exigir ainda que a Eurojust proceda a uma supervisão, mesmo que esse papel possa ser útil no caso de acções de equipas de investigação conjuntas actuando em vários Estados. O Praesidium aceitou, pois, as propostas de alteração apresentadas pelos membros acima referidos, tendo suprimido este travessão. Ao mesmo tempo, decidiu inserir, na alínea b) do n.º 2 do artigo [III-172.º], relativo às funções da Europol, a expressão "eventualmente em ligação com a Eurojust" (cf. esse artigo).

O **artigo [III-170.º]** (Procuradoria Europeia) foi objecto de um debate animado, que começou por ser conduzido a nível do Grupo de Trabalho (único ponto, aliás, entre as questões do seu mandato sobre o qual não formulou uma recomendação consensual) e, em seguida, na sessão plenária de 6 de Dezembro último. A disposição proposta introduz uma base jurídica que permite ao Conselho, deliberando por unanimidade e após parecer favorável do Parlamento Europeu, instituir uma Procuradoria Europeia se o considerar oportuno, sem que tal implique, porém, a obrigação de o fazer. As disposições dos n.ºs 1 e 2 só serão, como tal, aplicáveis caso o Conselho tome uma decisão nesse sentido. Além disso, tais disposições dariam deliberadamente ao legislador uma margem de apreciação considerável quanto à definição concreta, se necessário, das modalidades de criação da Procuradoria (a saber, a sua estrutura, funcionamento, missões e poderes), limitando-se a indicar na Constituição unicamente os elementos essenciais das referidas modalidades.

Grande número de membros da Convenção declarou opor-se à ideia de criação de uma Procuradoria Europeia (Hain, de Vries, Roche, Schlüter, Queiró, Wuermeling, Hjelm-Wallén, Farnleitner, Tajani, Heathcoat-Amory, Muscardini, Tiilikainen). Alguns declararam que não se faz sentir essa necessidade, outros que a Eurojust só recentemente iniciou as suas funções e que há que aguardar para que se possa avaliar a necessidade de criar uma Procuradoria Europeia. Muitos outros membros defenderam, porém, a instituição de uma Procuradoria Europeia (Fayot, Haenel, Costa, Duff, Brok, Michel, Borrell, de Villepin, Fischer, Badinter, Lequiller, Voggenhuber, Kohout, Kaufmann, Teufel, Floch, Meyer, Wittbrodt e Fogler). Alguns pretendem mesmo que a sua criação seja prevista na Constituição (Fischer, Badinter) e outros que a Constituição imponha ao Conselho a obrigação de este adoptar a lei que cria a Procuradoria Europeia.

Durante os debates, os membros da Convenção mostraram-se divididos em relação a este ponto. Atendendo ao acima exposto, o Praesidium considera que a sua proposta inicial constitui um compromisso razoável: a Procuradoria Europeia não é criada pela Constituição, nem o Conselho é obrigado a adoptar uma lei que a institua. O artigo prevê unicamente a possibilidade de o Conselho adoptar uma lei (por unanimidade e após parecer favorável do Parlamento) que crie a Procuradoria Europeia, a partir da Eurojust. Propõe-se, portanto, que este artigo se mantenha inalterado. A fim de evitar mal-entendidos, propõe-se que se refira que a Procuradoria Europeia é criada, não "no âmbito" da Eurojust, mas "a partir" da Eurojust, conforme solicitado por alguns membros da Convenção (Voggenhuber, Michel, Kaufmann, de Villepin, Fischer, Badinter, Wuermeling, Kohout). Além disso, a inserção dos termos "eventualmente em ligação com a Europol" (n.º 2) daria ao Conselho, numa eventual lei relativa à criação da Procuradoria, a oportunidade de regular as suas relações de trabalho com a Europol.

Secção 4: Cooperação policial

Quanto ao **artigo [III-171.º]** (cooperação entre as autoridades competentes), a alteração do n.º 1 vem dar seguimento a uma série de propostas que solicitam que a cooperação policial prevista neste artigo mantenha exactamente o mesmo âmbito de aplicação que lhe é conferido pelo actual artigo 30.º do TUE. No n.º 2, apenas se menciona um "apoio à formação" dos agentes policiais. Constitui isto um mero alinhamento pela terminologia já usada nos artigos [III-165.º] e [III-166.º].

O principal ponto evocado nas propostas de alteração (Teufel, Roche, Fischer, de Villepin, Hjelm-Wallén + 4) e nas intervenções diz respeito à dificuldade de limitar com exactidão o n.º 3, que, em conformidade com as conclusões do Grupo de Trabalho, submete a cooperação operacional entre as autoridades policiais à regra da unanimidade, e o último travessão do n.º 2, que torna o processo normal (ou seja, a maioria qualificada) aplicável a "outras medidas" não abrangidas pela "cooperação operacional". Por último, vários membros da Convenção declararam-se apreensivos pelo facto de a aplicação da regra da unanimidade a todas as acções operacionais se poder revelar demasiado global e rígida na prática (de Villepin, Voggenhuber + 2, Duff + 1, que propõem uma maioria superqualificada).

Respondendo a estas observações, o novo texto visa que se passem a enumerar de forma exaustiva os assuntos sujeitos à maioria qualificada; por essa razão, aditou-se um travessão relativo às técnicas comuns de investigação (que figura no n.º 1 do actual artigo 30.º do TUE). Por outro lado, sabendo-se que o artigo [III-159.º] abrange sempre a cooperação administrativa entre as autoridades policiais, deixa de ser necessário prever no presente artigo uma cláusula global para todas as outras formas de cooperação "não operacional".

Quanto à regra da unanimidade prevista no n.º 3, o Praesidium, tendo em conta o relatório final do Grupo de Trabalho, decidiu mantê-la, uma vez que: o artigo [III-159.º], sobre a cooperação administrativa, está sujeito à maioria qualificada, o mesmo acontecendo com o artigo [III-172.º], relativo à Europol (artigo-chave da cooperação policial, que envolve tanto a Europol como as autoridades policiais dos Estados-Membros, eventualmente em equipas de investigação conjuntas); além disso, o Conselho terá, tal como já hoje acontece, a possibilidade de, nas leis ou leis-quadro adoptadas por força deste número, prever a adopção dos regulamentos de execução quer por si próprio, deliberando por maioria qualificada, quer pela Comissão (artigo I-36.º).

Quanto ao **artigo [III-172.º]** (Europol), o Praesidium limitou-se a alterações que não são de substância, tendo em conta o apoio dado pelos membros da Convenção a este artigo. Assim, no n.º 1, o Praesidium acrescentou "outros serviços de execução das leis" dos Estados-Membros, como no actual artigo 30.º do TUE (de Vries + de Bruijn). A inserção da palavra "nomeadamente" na alínea a) do n.º 2 destina-se a clarificar que as análises da Europol podem, tal como já hoje acontece, basear-se noutras informações que não as transmitidas pelos Estados-Membros ou pelas instâncias ou países terceiros, nomeadamente em informações acessíveis ao público (Hjelm-Wallén + 5). A expressão "autoridades competentes" é mais consentânea com a terminologia da Constituição do que a palavra "serviços" (Hjelm-Wallén + 5).

No que respeita à descrição das funções no n.º 2, as poucas propostas de alteração recebidas apontam em direcções opostas: uns pretendem que as funções potenciais referidas sejam mencionadas apenas a título de exemplo (Michel + 5), outros prefeririam, em contrapartida, que fosse a própria Constituição a definir as funções da Europol. Uns propõem alterações que confiem à Europol funções mais ambiciosas, directamente previstas na Constituição (Brok + 30), enquanto que outros prefeririam que a Europol exercesse funções mais modestas, semelhantes àquelas que exerce hoje em dia (Hain, Roche, Tiilikainen + 5). A abordagem do Praesidium e do Grupo de Trabalho constitui, em princípio, um compromisso equilibrado. Na sequência da supressão do terceiro travessão [do n.º 2 do artigo III-162.º], propõe-se simplesmente a inserção dos termos "eventualmente em ligação com a Eurojust", a fim de permitir que o legislador defina as relações de trabalho apropriadas entre os dois órgãos, nomeadamente no caso de a Europol ser dotada de poderes operacionais (tendo na devida conta o facto de, em certos Estados-Membros, embora não em todos, a acção repressiva dos órgãos de polícia estar sujeita à direcção ou à supervisão de procuradores ou magistrados).

Quanto ao n.º 3, o Praesidium decidiu manter o texto actual. O Praesidium sublinha que seria errado

encarar aqui a expressão "acções operacionais" de forma extensiva, abrangendo o mero tratamento de informações para fins operacionais, tratamento esse que já hoje compete à Europol. Pelo contrário, ressalta do texto que só as acções operacionais conduzidas pela Europol no território de um Estado-Membro requerem o acordo desse Estado. Além disso, o Praesidium sublinha que o n.º 3 tem por único objectivo reservar a aplicação de medidas coercivas aos agentes nacionais. Nada impediria o legislador de prever o direito de a Europol estar presente aquando da aplicação de tais medidas, ou até mesmo de solicitar aos agentes nacionais que as tomassem.

Por último, o **artigo [III-173.º]** (intervenções no território de outro Estado-Membro) mantém-se inalterado, uma vez que não foi objecto de propostas de alteração.

PROJECTO DE TEXTOS

SECÇÃO 1

DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo III-153.º

(ex-Artigo 1.º [Definição do espaço])

1. A União constitui um espaço de liberdade, de segurança e de justiça, na observância dos direitos fundamentais e tendo em conta as diferentes tradições e sistemas jurídicos europeus.
2. A União assegurará a ausência de controlos de pessoas nas fronteiras internas e desenvolverá uma política comum em matéria de asilo, de imigração e de controlo das fronteiras externas, baseada na solidariedade entre Estados-Membros e equitativa em relação aos nacionais de países terceiros, **incluindo os apátridas.**
3. A União ~~garantirá~~ **envidará esforços para garantir** um elevado nível de segurança, através de medidas de prevenção e de luta contra a criminalidade, **e contra o racismo e a xenofobia, de medidas** de coordenação e cooperação entre autoridades policiais e judiciárias penais e as outras autoridades competentes, bem como através do reconhecimento mútuo das decisões judiciais em matéria penal e da aproximação das legislações penais.
4. A União facilitará o acesso à justiça, nomeadamente através ~~da livre circulação~~ **do princípio do reconhecimento mútuo** dos actos e das sentenças em matéria civil, ~~com base no princípio do reconhecimento mútuo.~~

Artigo III-154.º

(ex-Artigo 2.º [Papel do Conselho Europeu])

O Conselho Europeu define as orientações **estratégicas** da ~~acção~~ **programação** legislativa e operacional no espaço de liberdade, de segurança e de justiça.

Artigo III-155.º

(ex-Artigo 3.º [Papel dos parlamentos nacionais])

1. **Os Parlamentos nacionais dos Estados-Membros, no tocante às propostas e iniciativas legislativas apresentadas no âmbito das secções 4 e 5 do presente capítulo procurarão garantir a observância do princípio da subsidiariedade, de acordo com as modalidades específicas previstas no Protocolo relativo à Observância da Aplicação dos Princípios da Subsidiariedade e da Proporcionalidade.** Os parlamentos nacionais dos **Estados-Membros** podem participar nos mecanismos de avaliação **previstos pelo** artigo III-156.º da Constituição ~~e são associados ao~~ e **no** controlo político das actividades da Europol e da Eurojust, em conformidade com os artigos **III-169.º e III-172.º da Constituição.**

2. ~~[Em derrogação das disposições previstas no Protocolo relativo à Observância da Aplicação dos Princípios da Subsidiariedade e da Proporcionalidade, no caso de, pelo menos, um quarto dos parlamentos nacionais emitir parecer fundamentado sobre o facto de uma proposta da Comissão — apresentada no âmbito dos Capítulos 3 e 4 do presente título — não respeitar o princípio da subsidiariedade, esta deve voltar a analisar a sua proposta. Reanalisada a proposta, a Comissão pode decidir mantê-la, alterá-la ou retirá-la, fundamentando a sua decisão. A presente disposição aplica-se também às iniciativas que emanem de um grupo de Estados-Membros em conformidade com o disposto no artigo 8.º do presente título.]~~ **[Esta disposição está integrada no Protocolo "Subsidiariedade"]**.

Artigo III-156.º
(ex-Artigo 4.º [Mecanismos de avaliação])

Sem prejuízo dos artigos [III-261.º a III-263.º (ex-artigos 226.º a 228.º do TCE)] ~~do presente Tratado da Constituição~~, o Conselho pode **adoptar regulamentos europeus ou decisões europeias que estabeleçam** modalidades através das quais os Estados-Membros, em colaboração com a Comissão, procederão a uma avaliação objectiva e imparcial da implementação, por parte das autoridades dos Estados-Membros, das políticas da União referidas no presente **capítulo, especialmente para incentivar a aplicação plena do princípio do reconhecimento mútuo**. O Parlamento Europeu, tal como os parlamentos nacionais dos Estados-Membros, serão informados do teor e dos resultados dessa avaliação.

Artigo III-157.º
(ex-Artigo 5.º [Cooperação operacional])

É instituído um comité permanente a fim de assegurar, no interior da União, a promoção e o reforço da cooperação operacional em matéria de segurança interna, ~~pode ser instituído no Conselho um comité permanente~~ que, sem prejuízo do artigo [III-242.º (ex-artigo 207.º do TCE)], **assegure fomento** a coordenação da acção das autoridades competentes dos Estados-Membros, ~~incluindo as autoridades policiais, aduaneiras, e da protecção civil~~. Os representantes **dos órgãos e agências competentes da União**, da Europol, da Eurojust e, se for caso disso, da Procuradoria Europeia podem ser associados aos trabalhos do comité. O Parlamento Europeu **e os parlamentos nacionais dos Estados-Membros** ~~será~~ **serão** regularmente informados desses trabalhos.

Artigo III-158.º
(ex-Artigo 6.º [Medidas de ordem pública e de segurança interna])

O presente ~~título~~ **[capítulo]** não prejudica o exercício das responsabilidades que incumbem aos Estados-Membros em matéria de manutenção da ordem pública e de garantia da sua segurança interna.

Artigo III-159.º
(ex-Artigo 7.º: [Cooperação administrativa])

O Conselho adoptará, por maioria qualificada, regulamentos **europeus** destinados a assegurar a cooperação **administrativa** entre os serviços competentes ~~das administrações~~ dos Estados-Membros nos domínios abrangidos pelo presente ~~título~~ **capítulo** , bem como entre esses serviços e a Comissão. O Conselho delibera sob proposta da Comissão, ~~ou nos domínios abrangidos pelos Capítulos 3 e 4 do presente título quer sob proposta da Comissão, quer por iniciativa de um quarto dos Estados-Membros,~~ **sem prejuízo do artigo III-160.º** , e após consulta ao Parlamento Europeu.

Artigo III-160.º
(ex-Artigo 8.º [Direito de iniciativa])

Os actos a que se referem os ~~[Capítulos]~~ **as secções** 4 e 5 do presente ~~título~~ **capítulo** são adoptados:

- a) sob proposta da Comissão, ou
- b) por iniciativa de um quarto dos Estados-Membros.

Artigo 9.º: [Controlo jurisdicional] [artigo inalterado, integrado no Capítulo "Tribunal de Justiça"]

~~[Ao exercer as suas competências relativamente às disposições dos Capítulos 3 e 4 do presente título, o Tribunal de Justiça não é competente para fiscalizar a validade ou a proporcionalidade de operações efectuadas pelos serviços de polícia ou outros serviços de execução das leis nos Estados-Membros, nem para decidir sobre o exercício das responsabilidades que incumbem aos Estados-Membros em matéria de manutenção da ordem pública e de garantia da segurança interna, desde que estes actos sejam regidos pelo direito interno.]~~

SECÇÃO 2

POLÍTICAS RELATIVAS AOS CONTROLOS NAS FRONTEIRAS, AO ASILO E À IMIGRAÇÃO

Artigo III-161.º
(ex-Artigo 10.º: [Controlo de pessoas nas fronteiras])

- 1. A União desenvolve uma política que visa:
 - a) Assegurar a ausência de controlos de pessoas, independentemente da sua nacionalidade, na passagem das fronteiras internas;

- b) Assegurar o controlo de pessoas e a vigilância eficaz da passagem das fronteiras externas;
 - c) Introduzir gradualmente um sistema ~~comum~~ de gestão integrada das fronteiras externas.
2. Para esse efeito, ~~o Parlamento Europeu e o Conselho aprovarão de acordo com o processo legislativo, a~~ leis ou leis-quadro **européia estabelece as medidas** relativas:
- a) ~~À política comum de vistos e outros títulos de estada de curta duração às condições de entrada de nacionais de países terceiros, tendo em vista uma estada de curta duração, nomeadamente a obrigação de visto e a isenção dessa obrigação, as regras, processos e condições de emissão dos títulos de passagem das fronteiras externas, bem como um modelo uniforme para esses títulos;~~
 - b) Aos controlos a que ~~podem ser~~ **são** submetidas as pessoas que transpõem as fronteiras externas;
 - c) Às condições aplicáveis à livre circulação de nacionais de países terceiros na União durante um curto período;
 - d) A qualquer medida necessária à introdução gradual de um sistema ~~comum~~ de gestão integrada das fronteiras externas;
 - e) À ausência de controlos de pessoas, independentemente da sua nacionalidade, na passagem das fronteiras internas.
3. **O presente artigo não afecta a competência dos Estados-Membros no que respeita à delimitação geográfica das respectivas fronteiras, de acordo com o direito internacional.**

Artigo III-162.º
(ex-Artigo 11.º [Asilo])

- 1. A União desenvolve uma política comum em matéria de asilo e de protecção temporária, destinada a conceder um estatuto adequado a qualquer nacional de um país terceiro que necessite de protecção internacional e a garantir a observância do princípio da não recusa de entrada. Esta política ~~é~~ **deve ser** consentânea com a Convenção de Genebra, de 28 de Julho de 1951, e o Protocolo, de 31 de Janeiro de 1967, relativos ao estatuto dos refugiados, e com os outros tratados pertinentes.
- 2. Para esse efeito, ~~o Parlamento Europeu e o Conselho aprovarão, de acordo com o processo legislativo, a~~ leis ou leis-quadro **européia estabelece as medidas** destinadas a criar um sistema europeu comum de asilo que inclua:
 - a) Um estatuto uniforme de asilo para os nacionais de países terceiros, válido em toda a União;

- b) Um estatuto uniforme de protecção subsidiária para os nacionais de países terceiros que, sem obterem o asilo europeu, careçam de protecção internacional;
 - c) ~~Um estatuto uniforme~~ **sistema comum que vise a** protecção temporária ~~para~~ das pessoas deslocadas em caso de afluxo maciço;
 - d) ~~um~~ **Procedimentos comuns** em matéria de concessão e retirada do estatuto de asilo ou de protecção subsidiária ~~ou temporária~~;
 - e) Critérios e mecanismos de determinação do Estado-Membro responsável pela análise de um pedido de asilo ou de protecção subsidiária;
 - f) Normas relativas às condições de acolhimento dos requerentes de asilo ou de protecção subsidiária ~~ou temporária~~;
 - g) **A parceria e a cooperação com países terceiros, tendo em vista a gestão dos fluxos de requerentes de asilo ou de protecção subsidiária ou temporária.**
3. No caso de um ou mais Estados-Membros serem confrontados com uma situação de emergência, caracterizada por um súbito afluxo de nacionais de países terceiros, o Conselho, sob proposta da Comissão, pode adoptar regulamentos ou decisões que incluam medidas provisórias a favor desses Estados-Membros. O Conselho delibera após consulta ao Parlamento Europeu.

Artigo III-163.º
(ex-Artigo 12.º: [Imigração])

1. A União desenvolve uma política comum de imigração destinada a garantir, em todas as fases, uma gestão eficaz dos fluxos migratórios, um tratamento equitativo dos nacionais de países terceiros que residam legalmente nos Estados-Membros, bem como a prevenção e luta reforçada contra a imigração ilegal e o tráfico de seres humanos.
2. Para esse efeito, ~~o Parlamento Europeu e o Conselho aprovarão, de acordo com o processo legislativo, a~~ leis ou leis-quadro **europeia estabelece as medidas** nos seguintes domínios:
 - a) Condições de entrada e de residência, bem como normas relativas à emissão, pelos Estados-Membros, de vistos e de títulos de residência de longa duração, nomeadamente para efeitos de reagrupamento familiar;
 - b) Definição dos direitos dos nacionais de países terceiros que residam legalmente num Estado-Membro, nomeadamente das condições que regem a liberdade de circulação e de permanência nos outros Estados-Membros;

- c) Imigração clandestina e residência ilegal, incluindo o afastamento e o repatriamento de residentes em situação ilegal.

[– ~~luta contra o tráfico de seres humanos, em especial mulheres e crianças.~~]

- 3. A União pode celebrar com países terceiros acordos destinados à readmissão, nos países de origem ou de proveniência, de nacionais de países terceiros em situação ilegal.
- 4. ~~O Parlamento Europeu e o Conselho podem aprovar, de acordo com o processo legislativo, A~~ **leis ou leis-quadro europeia pode estabelecer medidas** de incentivo e de apoio à acção dos Estados-Membros, a fim de fomentar a integração dos nacionais de países terceiros que residam legalmente no seu território, **excluindo-se qualquer harmonização das disposições legislativas e regulamentares dos Estados-Membros.**

Artigo III-164.º **(ex-Artigo 13.º [Princípio da solidariedade])**

As políticas da União referidas ~~no~~ **na** presente ~~capítulo~~ **secção** e a sua implementação são regidas pelo princípio da solidariedade e da partilha equitativa de responsabilidades entre os Estados-Membros, inclusive no plano financeiro. Sempre que necessário, os actos da União adoptados por força do disposto ~~no~~ **na** presente ~~capítulo~~ **secção** conterão disposições adequadas para a aplicação desse princípio.

SECÇÃO 3 **COOPERAÇÃO JUDICIÁRIA EM MATÉRIA CIVIL**

Artigo III-165.º **(ex-Artigo 14.º: [Cooperação judiciária em matéria civil])**

- 1. A União desenvolve uma cooperação judiciária ~~em matéria civil~~ **nas matérias civis com incidência transfronteiras**, baseada no princípio do reconhecimento mútuo das decisões judiciais e extrajudiciais. Essa cooperação **pode incluir** ~~incluirá~~ a adopção de medidas de aproximação das ~~legislações nacionais passíveis de terem incidência transfronteiras.~~ **disposições legislativas e regulamentares dos Estados-Membros.**
- 2. ~~Para esse efeito, o Parlamento Europeu e o Conselho aprovarão, de acordo com o processo legislativo, a~~ leis e leis-quadro **estabelece medidas** destinadas a assegurar, nomeadamente:
 - a) O reconhecimento mútuo entre os Estados-Membros das decisões judiciais e extrajudiciais, e a respectiva execução;

- b) a citação e notificação transfronteiras dos actos judiciais e extrajudiciais;
 - c) a compatibilidade das regras aplicáveis nos Estados-Membros em matéria de conflito de leis e de competência;
 - d) a cooperação em matéria de obtenção de provas;
 - e) um nível elevado de acesso à justiça;
 - f) a boa tramitação dos processos cíveis, promovendo, se necessário, a compatibilidade das normas de processo cível aplicáveis nos Estados-Membros;
 - g) o desenvolvimento ~~de medidas de justiça preventiva e~~ de métodos alternativos de resolução de litígios;
 - h) o apoio à formação de magistrados e de profissionais da justiça.
3. **Em derrogação do n.º 2, as medidas relativas** ~~O Conselho, sob proposta da Comissão, aprovará por unanimidade leis e leis-quadro relativas~~ **aos aspectos do direito da família que tenham uma incidência transfronteiras referida no presente artigo, deliberando são estabelecidas por uma lei ou por uma lei-quadro do Conselho, deliberando por unanimidade,** após consulta ao Parlamento Europeu. ~~O Parlamento Europeu e o Conselho aprovarão, em conformidade com o processo legislativo, leis e leis-quadro em matéria de responsabilidade parental.~~

O Conselho, sob proposta da Comissão, pode adoptar uma decisão europeia que determine os aspectos do direito da família que tenham uma incidência transfronteiras, passíveis de serem adoptados segundo o processo legislativo ordinário. O Conselho delibera por unanimidade, após consulta ao Parlamento Europeu.

SECÇÃO 4 COOPERAÇÃO JUDICIÁRIA EM MATÉRIA PENAL

Artigo III-166.º (ex-artigo 15.º: [Cooperação judiciária em matéria penal])

1. A cooperação judiciária em matéria penal na União assenta no princípio do reconhecimento mútuo das sentenças e decisões judiciais e inclui a aproximação das legislações nacionais nos domínios a que se referem o n.º 2 e o artigo III-167.º.

~~O Parlamento Europeu e o Conselho aprovarão, de acordo com o processo legislativo, A leis ou a leis-quadro~~ **europeia estabelece as medidas** destinadas a:

- a) definir regras e procedimentos que assegurem o reconhecimento, no interior da União, de todas as formas de sentenças e decisões judiciais;

- b) prevenir e solucionar os conflitos de jurisdição entre os Estados-Membros;
- c) favorecer a formação de magistrados e de profissionais da justiça;
- d) facilitar **a cooperação em matéria penal entre** ~~outras formas de cooperação entre os ministérios e~~ as autoridades judiciais ou outras equivalentes dos Estados-Membros, no âmbito da investigação e do exercício da acção penal, bem como da execução de decisões.

2. A fim de ~~facilitar reforçar a confiança~~ **o reconhecimento mútuo das decisões judiciais e a cooperação policial e judiciária entre as autoridades competentes dos Estados-Membros nas matérias penais com dimensão transfronteiras**, e garantir a eficácia dos instrumentos comuns de cooperação policial e judiciária, ~~o Parlamento Europeu e o Conselho podem aprovar, de acordo com o processo legislativo,~~ **a leis-quadro europeia pode estabelecer que incluem** regras mínimas comuns sobre:

- a) a admissibilidade **mútua** das provas **entre os Estados-Membros em toda a União**;
- b) a definição dos direitos individuais em processo penal, ~~no respeito pelos direitos fundamentais~~;
- c) os direitos das vítimas da criminalidade;
- d) outros elementos específicos do processo penal, que o Conselho tenha identificado previamente por **uma decisão europeia**. ~~de~~ O Conselho, delibera por unanimidade, após aprovação do Parlamento Europeu.

3. **A adopção dessas regras mínimas não impede que os Estados-Membros mantenham ou instituem um nível mais elevado de protecção dos direitos individuais em processo penal.**

(ex-artigo 16.º: [Processo penal] [passou a n.º 2 do artigo 15.º])

Artigo III-167.º

(ex-artigo 17.º: [Direito penal substantivo])

1. ~~O Parlamento Europeu e o Conselho podem aprovar, de acordo com o processo legislativo,~~ **A** leis-quadro **europeia pode estabelecer que estabeleçam** regras mínimas relativas à definição das ~~incriminações~~ **infracções penais** e das sanções em domínios de criminalidade particularmente grave e com uma dimensão transfronteiras que resulte da natureza ou das incidências ~~das~~ **dessas infracções**, ou ainda da especial necessidade de ~~uma acção penal comum~~ **as combater, assente em bases comuns.**

São os seguintes os domínios de criminalidade em causa: terrorismo, tráfico de seres humanos e exploração sexual de mulheres e crianças, tráfico de droga e de armas, branqueamento de capitais, corrupção, contrafacção de meios de pagamento, criminalidade informática e criminalidade organizada.

Consoante a evolução da criminalidade, o Conselho poderá ~~identificar~~ **adoptar uma decisão europeia que identifique** outros domínios de criminalidade que preencham os critérios referidos no presente ~~travessão~~ **número. O Conselho delibera por unanimidade após aprovação do Parlamento Europeu.**

2. **Sempre que a aproximação de normas de direito penal se afigure indispensável para assegurar a aplicação eficaz de uma política da União num domínio que já tenha sido objecto de medidas de harmonização, a lei-quadro europeia pode estabelecer regras mínimas relativas à definição das infracções penais e das sanções no domínio em causa.**

Sem prejuízo do artigo [III-160.º], essa lei-quadro é adoptada de acordo com o processo utilizado ~~previsto~~ para a adopção das medidas de harmonização a que se refere o parágrafo anterior.

Artigo III-168.º
(ex-artigo 18.º: [Prevenção da criminalidade])

~~O Parlamento Europeu e o Conselho podem aprovar, de acordo com o processo legislativo, A leis ou leis-quadro europeia pode estabelecer medidas~~ para incentivar e apoiar a acção dos Estados-Membros no domínio da prevenção da criminalidade. **Essas medidas não podem incluir a excluindo-se toda e qualquer** aproximação das disposições legislativas e regulamentares dos Estados-Membros que não seja permitida por outras disposições da Constituição.

Artigo III-169.º
(ex-artigo 19.º: [Eurojust])

1. A Eurojust tem por missão ~~assegurar~~ **apoiar e reforçar** a coordenação e a cooperação entre as autoridades nacionais competentes para a investigação e o exercício da acção penal em matéria de criminalidade grave que afecte dois ou mais Estados-Membros ou exija uma acção penal ~~comum~~ **assente em bases comuns**, com base nas operações conduzidas e nas informações transmitidas pelas autoridades dos Estados-Membros e pela Europol.
2. ~~O Parlamento Europeu e o Conselho determinarão, de acordo com o processo legislativo, A lei europeia determina~~ a estrutura, o funcionamento, o domínio de acção e as funções da Eurojust. Estas funções poderão abranger:
 - a) a instauração e a coordenação de acções penais conduzidas pelas autoridades nacionais competentes, **em especial as relativas a infracções lesivas dos interesses financeiros da União;**

- b) o reforço da cooperação judiciária, inclusive mediante a resolução de conflitos de jurisdição e uma estreita cooperação com a Rede Judiciária Europeia.

~~— uma adequada supervisão das actividades operacionais da Europol.~~

- c) A lei **européia** ~~a que se refere o parágrafo anterior~~ estabelecerá igualmente as modalidades de associação do Parlamento Europeu e dos parlamentos nacionais à avaliação das actividades da Eurojust.

3. No âmbito das investigações e acções penais a que se refere a presente disposição, e sem prejuízo do disposto no artigo [III-170.º] ~~seguinte~~, os actos oficiais de procedimento judicial serão aprovados pelos agentes nacionais competentes.

Artigo III-170.º
(ex-artigo 20.º: [Procuradoria Europeia])

1. A fim de combater **a criminalidade** ~~os crimes~~ graves de dimensão transfronteiras, bem como as actividades ilegais lesivas dos interesses da União, **uma lei européia do Conselho, deliberando por unanimidade, após parecer favorável do Parlamento Europeu, pode instituir aprovar uma lei européia que institua uma Procuradoria Europeia no âmbito da a partir da Eurojust. O Conselho delibera por unanimidade, após aprovação do Parlamento Europeu.**
2. A Procuradoria Europeia é competente para investigar, processar judicialmente e levar a julgamento, **eventualmente em ligação com a Europol**, os autores e cúmplices tanto dos crimes graves que afectem vários Estados-Membros, bem como das infracções **lesivas** dos interesses financeiros da União determinadas na lei prevista no n.º 1. A Procuradoria Europeia exerce, perante os órgãos jurisdicionais competentes dos Estados-Membros, a acção pública relativa a tais infracções.
2. A lei **européia** referida no n.º 1 define o estatuto da Procuradoria Europeia, as condições em que exerce as suas funções, as regras processuais aplicáveis às suas actividades e as que regem a admissibilidade das provas, bem como as regras aplicáveis ao controlo jurisdicional dos actos processuais **que ela** ~~adoptados pela Procuradoria Europeia~~ no exercício das suas funções.

SECÇÃO 5

COOPERAÇÃO POLICIAL

Artigo III-171.º
(ex-artigo 21.º [Cooperação entre as autoridades competentes em matéria de segurança interna])

1. A União desenvolverá uma cooperação **policial** que associará todas as autoridades competentes ~~em matéria de segurança interna~~ dos Estados-Membros, incluindo os serviços policiais, aduaneiros e outros serviços de **execução** das leis, especializados nos domínios da prevenção ou detecção de infracções penais e das investigações nessa matéria.

2. ~~Para o efeito, o Parlamento Europeu e o Conselho aprovarão, de acordo com o processo legislativo, a lei e ou a lei-quadro europeia pode estabelecer medidas~~ em matéria de:
- recolha, armazenamento, tratamento, análise e intercâmbio de informações pertinentes;
 - **apoio à formação de pessoal, e seu e intercâmbio de pessoal**, equipamento e investigação **criminal**;
 - **técnicas comuns de investigação relativas à detecção de formas graves de criminalidade organizada.**
- ~~— outras medidas não contempladas no número seguinte que contribuam para a cooperação entre as autoridades referidas no presente artigo.~~
3. **Uma lei ou lei-quadro europeia do** ~~o~~ Conselho pode estabelecer medidas ~~aprovar, por unanimidade, leis e lei-quadro~~ em matéria de cooperação operacional entre as autoridades referidas no presente artigo. O Conselho delibera **por unanimidade**, após consulta ao Parlamento Europeu.

Artigo III-172.º
(ex-artigo 22.º: [Europol])

1. A Europol tem por missão apoiar e reforçar a acção das autoridades policiais **e dos outros serviços de execução das leis** dos Estados-Membros, bem como a cooperação entre essas autoridades na prevenção e na luta contra as formas graves de criminalidade que afectem dois ou vários Estados-Membros, o terrorismo e as formas de criminalidade lesivas de um interesse comum que seja objecto de uma política da União.
2. ~~O Parlamento Europeu e o Conselho determinarão, de acordo com o processo legislativo, A~~ **lei europeia determina** a estrutura, o funcionamento, o domínio de acção e as funções da Europol. Estas funções poderão abranger:
- a) a recolha, armazenamento, tratamento, análise e intercâmbio das informações transmitidas, **nomeadamente**, pelas autoridades dos Estados-Membros ou de instâncias ou países terceiros;
 - b) a coordenação, organização e realização de investigações e de acções operacionais, conduzidas em conjunto com **as autoridades competentes** ~~os serviços~~ dos Estados-Membros ou no âmbito de equipas de investigação conjuntas, **eventualmente em ligação com a Eurojust.**

A lei **europeia** ~~a que se refere o parágrafo anterior~~ estabelecerá igualmente as modalidades de controlo das actividades da Europol pelo Parlamento Europeu, ao qual serão associados os parlamentos nacionais dos Estados-Membros.

3. As acções operacionais da Europol devem ser conduzidas em ligação e com o acordo ~~dos serviços~~ **das autoridades** do ou dos Estados-Membros cujo território seja afectado. A aplicação de medidas coercivas é da exclusiva responsabilidade das autoridades nacionais competentes.

Artigo III-173.º

(ex-artigo 23.º [Intervenções no território de outro Estado-Membro])

Uma lei ou lei-quadro europeia do ~~O~~ Conselho ~~aprovará, por unanimidade, leis e leis-quadro~~ definirá as condições e limites dentro dos quais as autoridades competentes dos Estados-Membros a que se referem os artigos **III-166.º e III-171.º** [15.º e 21.º] podem intervir no território de outro Estado-Membro, em articulação e de acordo com as autoridades desse Estado. **O Conselho delibera por unanimidade**, após consulta ao Parlamento Europeu.

TÍTULO V

ACÇÃO EXTERNA DA UNIÃO

NOTA EXPLICATIVA

I. Introdução geral

O Praesidium registou um consenso geral sobre a estrutura proposta para os artigos relativos à acção externa que dava uma visão mais clara e coerente do modo como a União pode actuar na cena internacional. Reconheceu-se também que a nova estrutura não conduz à harmonização de instrumentos e processos, porquanto continuam a existir diferentes modalidades para os vários domínios políticos.

O Praesidium registou ainda um consenso geral sobre a proposta de criação de um Ministro dos Negócios Estrangeiros da UE, que actuará sob a autoridade do Conselho para as questões relativas à PESC e, como membro da Comissão, terá responsabilidades noutros domínios da acção externa dirigidos pela Comissão. O Praesidium registou também que os membros tinham diferentes interpretações das consequências desta mudança institucional. As alterações propostas no [artigo III- 189.º, (ex-artigo 2.º)] e em disposições pertinentes dos capítulos seguintes destinam-se a clarificar o papel do Ministro e a sua relação com a Comissão e o Conselho. Alguns membros da Convenção sugeriram diferentes títulos para este cargo. Nesta fase, o Praesidium propõe que não se altere o título proposto, mas que se aguarde a continuação do debate sobre esta questão.

II. Disposições de aplicação geral (Capítulo I, artigos horizontais)

Os membros da Convenção apresentaram várias alterações no sentido de serem aditados mais elementos ao artigo horizontal sobre princípios e objectivos [Artigo III-188.º (ex-artigo 1.º)]. À luz da amplitude e diversidade de alcance das alterações e para manter o equilíbrio do texto originalmente proposto pelo Grupo de Trabalho VII, o Praesidium preferiu centrar as alterações num número limitado de domínios em relação aos quais um número significativo de membros havia proposto o reforço do texto. A alteração mais significativa diz respeito ao reforço do n.º 3 sobre a coerência entre os diferentes domínios da acção externa da União e entre a acção externa e outros domínios políticos, em consonância com o pedido de um número considerável de membros da Convenção. Neste contexto, há que recordar também que vários membros da Convenção sugeriram ainda que se incluísse uma referência à necessidade de ter em conta os objectivos da cooperação para o desenvolvimento na implementação de outras políticas. Como esta é abrangida pelo número reformulado relativo à coerência entre a acção externa e as políticas internas (em geral), não foi aditada a este artigo, tendo antes sido aditada no Capítulo III "Cooperação para o desenvolvimento", em reconhecimento da insistência em que fosse reflectido o conteúdo do actual artigo 178.º do TCE. Tendo presente a proposta de criação do cargo de Ministro dos Negócios Estrangeiros da UE, o número revisto sobre a coerência refere o seu papel para ajudar a sustentar os esforços destinados a assegurar a coerência.

As outras alterações ao artigo sobre princípios e objectivos, baseadas nas propostas de vários membros da Convenção, prendem-se com: a inclusão de uma referência à segurança da União no n.º 2, alínea a); ao aditamento de uma referência ao ambiente e à supressão da referência aos países de baixo rendimento no n.º 2, alínea d); e ao reforço da linguagem no n.º 2, alínea f) no tocante à protecção do ambiente e à gestão sustentável dos recursos naturais.

A Convenção confirmou que, para a União ser capaz de actuar eficazmente na cena internacional, terá de ser capaz de mobilizar instrumentos que abranjam diferentes domínios políticos na perseguição de um objectivo comum estratégico. Também foi confirmado o papel do Conselho Europeu na definição desses objectivos e interesses estratégicos, bem como o papel do Conselho na elaboração de recomendações para o efeito.

Todavia, houve opiniões divergentes sobre o direito de iniciativa e o processo decisório no Conselho. Uns membros da Convenção manifestaram-se contra a possibilidade de as propostas serem apresentadas conjuntamente pelo Ministro e pela Comissão ao Conselho, outros pretendiam também atribuir um papel aos Estados-Membros. Para superar estas diferenças, o Praesidium propõe que se inclua no n.º 1 do [artigo III-189.º (ex-artigo 2.º)] uma referência às disposições que regem as diferentes políticas, a fim de assegurar que o Conselho tome decisões em conformidade com as regras e procedimentos estabelecidos na Constituição. Subsequentemente, através da combinação dos vários elementos, o Conselho estaria em condições de fazer uma recomendação sobre os objectivos e interesses estratégicos ao Conselho Europeu.

O Praesidium decidiu ainda alterar o n.º 2 do [artigo III-189.º (ex-artigo 2.º)] suprimindo a referência à votação por maioria qualificada. Vários membros da Convenção opuseram-se a esta disposição, tendo argumentado que não era constitucionalmente adequado fazer depender o processo relativo a uma decisão PESC do facto de estar ligado ou não a uma proposta da Comissão relativa a outro domínio político. Além disso, vários membros consideraram que não fazia sentido que o Ministro e a Comissão fizessem propostas conjuntas, sendo também o Ministro dos Negócios Estrangeiros membro da Comissão. Consideraram que caberia ao Ministro apresentar propostas que abranjam diferentes políticas externas. O Praesidium preferiu manter a redacção proposta sobre as propostas conjuntas do Ministro e da Comissão, no pressuposto de que a Comissão pode convidar o Ministro a apresentar propostas em seu nome que abranjam domínios da sua competência.

III. Política externa e de segurança comum (Capítulo II, Secção 1)

As principais questões em relação aos artigos sobre a PESC prendem-se com o direito de iniciativa e com o processo de decisão.

Quanto ao direito de iniciativa, existe consenso geral sobre a proposta de atribuir ao Ministro dos Negócios Estrangeiros da UE o direito de apresentar ao Conselho propostas no domínio da PESC. No entanto, o Praesidium registou que alguns membros se opunham à possibilidade de serem apresentadas propostas conjuntas no domínio da PESC pelo Ministro e pela Comissão, por considerarem que isso faria com que essas propostas ficassem sujeitas ao princípio da colegialidade. O Praesidium acedeu em reformular o [artigo III—195.º (ex-artigo 8.º)] para clarificar que o Ministro não submete a sua proposta ao colégio, mas pode decidir, por sua própria iniciativa, granjear o apoio da Comissão para uma iniciativa no domínio da PESC.

No tocante aos processos decisórios [artigo III-196.º (ex-artigo 9.º)], houve forte insistência na Convenção para se introduzir a votação por maioria qualificada como regra geral na PESC, tendo os membros da Convenção apresentado diferentes modelos para o efeito. Por outro lado, verificou-se uma forte oposição ao alargamento da votação por maioria qualificada a todo o domínio da PESC. Tendo reflectido sobre esta questão sensível, e tendo em conta os argumentos apresentados por ambas as partes, o Praesidium propõe que se mantenha a unanimidade como regra geral e, simultaneamente, se alargue a utilização da VMQ, tornando-a aplicável às propostas do Ministro

dos Negócios Estrangeiros, sempre que actue a pedido do Conselho Europeu (segundo travessão do n.º 2 do [artigo III-196.º (ex-artigo 9.º)]). O Praesidium observa que o disposto no n.º 3 do [artigo III-196.º (ex-artigo 9.º)] prevê o alargamento da aplicação da VMQ sem alterar o Tratado. Foi retirada a referência a propostas conjuntas do Ministro e da Comissão, em resultado da alteração do n.º 2 do [artigo III-189.º (ex-artigo 2.º)].

As alterações ao [artigo III-204.º (ex-artigo 13.º)] sobre o papel do Parlamento Europeu baseiam-se nas alterações propostas por um número considerável de membros que solicitavam que o Parlamento realizasse mais do que um debate anual sobre a evolução da PESC e que a consulta do Ministro dos Negócios Estrangeiros ao Parlamento Europeu abrangesse também questões relacionadas com a segurança e a defesa. O Praesidium também introduziu no texto uma nova disposição, sugerida por alguns, no sentido de os representantes especiais poderem ser envolvidos na informação ao Parlamento Europeu. Alguns membros solicitaram que se incluísse uma referência aos parlamentos nacionais: o Praesidium recorda que foi incluída uma nova referência à PESC no protocolo relativo aos parlamentos nacionais.

O Praesidium registou que uns gostariam que a Presidência do Conselho "Negócios Estrangeiros" fosse exercida por um Estado-Membro; outros consideram fundamental para a eficácia e clareza da representação, que esta formação do Conselho seja presidida pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros da UE. À luz das diferentes posições, o Praesidium decidiu não alterar a disposição pertinente do [artigo III-192.º (ex-artigo 5.º)].

As alterações ao [artigo III-201.º (ex-artigo 14.º)] reflectem as apresentadas pelos membros que solicitavam que o Ministro fosse plenamente informado da evolução nas instâncias internacionais sempre que a União enquanto tal não estivesse representada. As alterações no [artigo III-203.º (ex-artigo 16.º)] visam reflectir melhor o papel reforçado do Ministro no domínio da PESC.

Por último, alguns membros da Convenção mostraram-se preocupados com o facto de, em resultado da abolição dos Pilares, existir o risco de os actos relacionados com o anterior "Primeiro Pilar" serem agora adoptados com base nos procedimentos aplicáveis à PESC. Outros manifestaram a sua preocupação com a "comunitarização" da PESC, isto é, com o facto de as decisões sobre questões abrangidas pela PESC serem adoptadas através da aplicação das regras dos domínios do anterior "Primeiro Pilar". A fim de assegurar que os actos sejam adoptados com fundamento nas bases jurídicas correctas, o Praesidium poderá prever um novo [artigo III-204.º (ex-artigo 16.º-A)] no Capítulo II, Secção 1 sobre a PESC, para além do disposto no [artigo III-266.º (ex-artigo 230.º)], que estipula que o Tribunal de Justiça pode proceder ao controlo de legalidade de um acto se existirem dúvidas de que tenha sido adoptado com fundamento numa base jurídica errada.

IV. Política de Segurança e Defesa Comum (Capítulo II, secção 2)

As principais questões levantadas nos artigos relativos à Política de Segurança e Defesa Comum têm que ver com as missões, a Agência e as diferentes formas de flexibilidade.

No que se refere às missões para as quais a União pode recorrer aos meios civis e militares, a alteração incide no facto de a luta contra o terrorismo ter deixado de ser considerada uma missão à parte, contribuindo todas as missões enumeradas no [artigo III-205.º (ex-artigo 17.º)] para o apoio à luta contra o terrorismo no território de um Estado terceiro que tenha formulado esse pedido.

Alguns Convencionais insistiram em que [o artigo III-207.º (ex-artigo 19.º)] precise que a Agência funciona sob a autoridade do Conselho. Alguns Convencionais sugeriram também que seja explicitado o papel da Comissão relativamente à Agência. A alteração proposta é uma combinação das diferentes emendas nesse sentido.

No que se refere às formas de flexibilidade, alguns Convencionais sugeriram que o Ministro dos Negócios Estrangeiros ou o Conselho sejam associados às reuniões dos Estados-Membros que participam na gestão de uma missão na acepção do [artigo III-206.º (ex-artigo 18.º)]. A alteração proposta neste artigo toma em consideração esse pedido.

Foram alteradas as disposições relativas à cooperação estruturada do [artigo III-208.º (ex-artigo 20.º)], para dar resposta aos pedidos de diversos Convencionais que pretendem que essa cooperação assuma um carácter mais inclusivo. A lista dos Estados que participam na cooperação estruturada, bem como os critérios e compromissos em matéria de capacidades militares, serão por conseguinte definidos num "protocolo" e não numa declaração. Esse protocolo, pela sua natureza, exige o acordo de todos os Estados-Membros.

Por outro lado, as decisões relativas à posterior participação de um Estado-Membro na cooperação estruturada serão acatadas pelos Estados participantes, podendo todos os Estados participar nas deliberações.

V. Disposições financeiras (Capítulo II, secção 3)

Dada a diversidade das abordagens muitas vezes opostas, propõe-se não alterar o conteúdo do [artigo III-210.º (ex-artigo 22.º)]. No entanto, foi necessária uma alteração técnica no primeiro parágrafo do n.º 3.

VI. Política Comercial Comum (Capítulo III)

O Praesidium tomou nota de que grande parte das alterações propostas ao [artigo III-212.º (ex-artigo 24.º)] relativo à Política Comercial Comum diz respeito ao n.º 4, segundo o qual na negociação e celebração de acordos no domínio do comércio de serviços que impliquem circulação de pessoas e aspectos comerciais da propriedade intelectual, o Conselho delibera por unanimidade sempre que esses acordos incluam disposições para as quais seja necessária a unanimidade para a adopção de normas internas (ou seja, paralelismo no que se refere às regras de votação entre o domínio interno e o domínio externo nessas áreas).

As opiniões dos Convencionais sobre este assunto podem dividir-se em três grupos principais: em primeiro lugar, um grande número de Convencionais que gostariam de suprimir este número, fazendo assim desaparecer as excepções e sujeitando toda a política comercial à maioria qualificada; em segundo lugar, os que manifestam uma forte preferência pela manutenção deste elemento de paralelismo introduzido no Tratado de Nice, no n.º 5, segundo parágrafo, do artigo 133.º, embora na forma clarificada da proposta do Praesidium; por último, alguns Convencionais que gostariam que se seguisse ainda mais o disposto no n.º 6 do artigo 133.º do TCE (para além de se manter a noção de paralelismo) e se introduzisse um texto segundo o qual os acordos em matéria de comércio de serviços culturais e audiovisuais, de serviços educativos e de serviços sociais e da área da saúde humana são da competência partilhada da União e dos seus

Estados-Membros e que as negociações desses acordos exijam o acordo unânime dos Estados-Membros. Depois de ter analisado as diferentes posições defendidas pelos Convencionais, o Praesidium preferiu manter a sua proposta inicial, que conserva a noção de paralelismo no que se refere à regra de votação (e expressa de maneira mais explícita e compreensível as áreas políticas abrangidas).

Outro conjunto de alterações propostas para este artigo diziam respeito ao papel do Parlamento Europeu, que muitos Convencionais gostariam de ver reforçado. Neste contexto, deve notar-se que a redacção do projecto de texto do CONV 685/03 reforçava já o papel do Parlamento Europeu relativamente à situação vigente (processo legislativo, ou seja, co-decisão para outras medidas para além dos acordos abrangidos pelo n.º 1) e, de acordo com o [artigo III-222.º (ex-artigo 33.º)] relativo à negociação e celebração de acordos – que substituí o actual artigo 300.º do TCE) – à celebração de acordos na sequência da anuência do Parlamento Europeu (supressão da actual excepção relativa à política comercial no artigo 300.º do TCE). O Praesidium propõe, no entanto, que se altere o texto por forma a declarar que o Parlamento será regularmente informado do andamento das negociações.

VII. Cooperação para o desenvolvimento, cooperação com países terceiros e ajuda humanitária (Capítulo IV)

Na linha da alteração proposta por diversos Convencionais, foi inserida uma referência ao principal objectivo da cooperação para o desenvolvimento, a luta contra a pobreza, no primeiro dos artigos sobre a cooperação para o desenvolvimento, juntamente com uma referência à necessidade de tomar em consideração os objectivos da cooperação para o desenvolvimento na implementação de outras políticas quando estas sejam susceptíveis de afectar os países em desenvolvimento (com base no artigo 178.º do TCE). Com base nas propostas de diversos Convencionais, que consideram que o n.º 4.º do [artigo III-214.º (ex-artigo 26.º)] e a sua referência a uma abordagem distinta dos países ACP deviam ser suprimidos, o Praesidium propõe a retirada deste número do artigo. Na sequência de pedidos de alguns Convencionais, o Praesidium, a fim de distinguir de forma mais clara a cooperação económica, financeira e técnica do quadro específico da cooperação para o desenvolvimento, especificou, no [artigo III-216.º (ex-artigo 28.º)] que a cooperação neste domínio respeita aos países terceiros que não são países em desenvolvimento. Vários Convencionais propuseram que se aplicasse o processo legislativo à assistência financeira urgente referida no [artigo III-217.º, ex-artigo 29.º] ou se dispusesse que o Conselho adoptará as medidas necessárias na sequência da consulta ao Parlamento Europeu ou que deliberará após obter o acordo do Parlamento Europeu. No entanto, parece difícil conciliar estas alterações com a necessidade da ajuda de emergência e, por essa razão, o texto não foi alterado (no entanto, a versão inglesa do texto foi corrigida no que se refere à tomada de decisões por maioria qualificada, uma vez que a versão referia, erradamente, a unanimidade). Não se propõe alterações de fundo ao [artigo III-218.º (ex-artigo 30.º)] relativo à ajuda humanitária.

VIII. Medidas restritivas (Capítulo V)

As disposições relativas às medidas restritivas não foram alteradas. O Praesidium notou que a Convenção se congratulou com as novas disposições que permitem à União tomar medidas restritivas económicas e financeiras contra grupos e indivíduos (e não apenas Estados). Considerou não ser necessário incluir uma referência aos direitos fundamentais, dado que a inclusão da Carta

dos Direitos Fundamentais os torna vinculativos para a União em todas as suas acções. Além disso, o [artigo III-188.º (ex-artigo 1.º)] horizontal inclui referências ao respeito pelo direitos humanos e pelo direito internacional.

Algumas alterações sugeriam que se estendesse o âmbito do n.º 2 do [artigo III-219.º (ex-artigo 31.º)] por forma a abranger as restrições em matéria de vistos. No entanto, o Praesidium considerou que isso implicaria uma complicação dos procedimentos e uma demora indesejável na aplicação: um acto adoptado ao abrigo do disposto no Capítulo II que introduza restrições em matéria de vistos é directamente aplicável pelos Estados-Membros.

IX. Acordos internacionais (Capítulo VI)

No que se refere à competência da União para celebrar acordos internacionais [artigo III-220.º (ex-artigo 32.º)], a referência à competência implícita da União introduzida na sequência das conclusões do Grupo de Trabalho VII não foi, de um modo geral, posta em causa. Apenas alguns Convencionais propuseram a supressão desta referência, ao passo que outros pretenderam estender essa competência externa implícita sempre que um acordo internacional tenha por objectivo implementar uma política da União. O texto proposto pelo Praesidium continua portanto inalterado quanto ao fundo. Foram no entanto fundidos os n.ºs 1 e 3 e simplificada a redacção.

Algumas alterações sugeriram que se consagrasse um artigo próprio aos acordos de associação, a fim de que a sua base jurídica surgisse de forma mais clara na Constituição. O texto ora proposto dá resposta a essa sugestão [Artigo III-221.º (ex-artigo 32.º-A)]

Quanto ao processo de celebração dos acordos internacionais [artigo III-222.º (ex-artigo 33.º)], o projecto de artigo foi bem acolhido. Foram pouco numerosas as alterações relativas ao negociador dos acordos e não puseram em questão a repartição dos papéis proposta no projecto de artigo. Foi no entanto suprimida a indicação de que o Ministro dos Negócios Estrangeiros e a Comissão podem apresentar recomendações conjuntas. No que se refere ao Parlamento Europeu, poucas alterações pediram um aumento do seu papel antes da fase de celebração do acordo. Quanto a esta, nenhuma alteração pôs em causa a supressão da excepção à consulta ao Parlamento Europeu em matéria de acordos internacionais. Algumas das alterações destinaram-se a estender a exigência de consulta ao Parlamento Europeu aos acordos da área da PESC, sem que o debate em plenário tenha mostrado apoio da Convenção a essa extensão do papel do Parlamento. Alguns Convencionais apresentaram alterações destinadas a exigir a aprovação do Parlamento para os acordos comerciais. Ora, o texto do [artigo III-222.º (ex-artigo 33.º)] prevê já que a aprovação do Parlamento Europeu seja exigida em caso de acordos que abranjam domínios a que se aplique o processo legislativo, o qual se aplica nomeadamente aos acordos comerciais, conforme se refere no [n.º 2 do artigo III-212.º (ex-artigo 24.º)]. Quanto ao recurso à votação por maioria qualificada, algumas alterações foram no sentido de o estender à maior parte dos acordos, ao passo que outras propuseram alargar os domínios para que é exigida a unanimidade. A distribuição mantém-se, pois.

Foi suprimida a referência, no n.º 12.º, ao Banco Central enquanto instituição que pode pedir parecer prévio ao Tribunal de Justiça, já que é manifesto que tal não cabe nas suas atribuições.

Conforme pediram alguns Convencionais e na sequência da decisão do Praesidium verificada a propósito do [artigo 230.º-B) (doc. CONV 734/03)], foi suprimida a restrição à competência do Tribunal de Justiça em matéria de parecer prévio no que se refere aos acordos PESC.

A propósito de projecto de [artigo III-223.º (ex-artigo 34.º)] relativo aos acordos monetários, foi suprimido o n.º 4.º, sendo proposto um novo [artigo III-381.º] no título relativo à UEM, que diz respeito à representação externa do euro.

Algumas alterações mostraram que uma vez que a maioria qualificada constitui a regra geral prevista no [artigo III-222.º (ex-artigo 33.º)], talvez não fosse oportuno indicar no [artigo III-223.º (ex-artigo 34.º)] que o Conselho decide por maioria qualificada. Esta indicação é no entanto mantida. É efectivamente útil precisá-lo, indicando simultaneamente que os procedimentos previstos no [artigo III-223.º (ex-artigo 34.º)] são, no seu conjunto, derogatórios do procedimento previsto no [artigo III-222.º (ex-artigo 33.º)].

X. Relações com organizações internacionais e países terceiros e delegações da União (Capítulo VII)

Alguns membros da Convenção sugeriram que houvesse uma maior evolução na organização da representação da União em organizações internacionais e com países terceiros. No entanto, o Praesidium considerou não ser necessário introduzir disposições mais pormenorizadas, que em muitos casos dizem respeito à organização administrativa. A substância dos textos propostos neste domínio mantém-se pois inalterada.

PROJECTO DE TEXTO

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES DE APLICAÇÃO GERAL

Artigo III-188.º (ex-artigo 1.º)

1. A acção da União na cena internacional assenta nos princípios que presidiram à sua criação, desenvolvimento e alargamento, e que é seu objectivo promover em todo o mundo: democracia, Estado de direito, universalidade e indivisibilidade dos direitos humanos e das liberdades fundamentais, respeito da dignidade humana, igualdade e solidariedade e respeito do direito internacional, em conformidade com os princípios da Carta das Nações Unidas. A União procurará desenvolver relações e constituir parcerias com os países e com as organizações regionais ou mundiais que partilhem desses valores. Promoverá soluções multilaterais para os problemas comuns, particularmente no âmbito das Nações Unidas.
2. A União Europeia definirá e prosseguirá políticas comuns e acções da União e diligenciará no sentido de assegurar o mais elevado grau de cooperação em todos os domínios das relações internacionais, a fim de:
 - a) Salvaguardar os valores da União, os interesses fundamentais, **a segurança**, a independência e a integridade da União;
 - b) Consolidar e apoiar a democracia, o Estado de direito, os direitos humanos e os princípios do direito internacional;
 - c) Preservar a paz, prevenir conflitos e reforçar a segurança internacional, em conformidade com os princípios da Carta das Nações Unidas;
 - d) Apoiar o desenvolvimento **sustentável nos planos** económico, social e ambiental dos países em vias de desenvolvimento, tendo como principal objectivo erradicar a pobreza, ~~especialmente nos países de baixo rendimento~~;
 - e) Incentivar a integração de todos os países na economia mundial, inclusivamente através da eliminação progressiva dos obstáculos ao comércio internacional;
 - f) Desenvolver medidas internacionais para preservar e melhorar **a qualidade do ambiente e a gestão sustentável dos** os recursos naturais à escala mundial, **a fim de** assegurar o desenvolvimento sustentável;
 - g) Prestar assistência a populações, países e regiões confrontados com catástrofes de origem humana ou natural; e

- h) Promover um sistema internacional baseado numa cooperação multilateral reforçada e uma boa governação a nível mundial.
3. A União ~~procurará garantir a coerência entre os diferentes domínios da sua acção externa. Terá igualmente em conta~~ **respeitará** os princípios e **prosseguirá** os objectivos acima enumerados no contexto da elaboração e execução dos **diferentes domínios da sua acção externa abrangidos pelo presente Título, bem como dos** aspectos externos das suas outras políticas.

A União zelará pela coerência entre os diferentes domínios da sua acção externa e entre estes e as políticas internas. O Conselho e a Comissão, com o apoio do Ministro dos Negócios Estrangeiros da União, serão responsáveis por assegurar essa coerência e cooperarão para esse efeito.

Artigo III-189.º (ex-artigo 2.º)

1. Com base nos princípios e objectivos enunciados no artigo 1.º do presente Título, o Conselho Europeu identificará os interesses e objectivos estratégicos da União.

As decisões do Conselho Europeu sobre os interesses e objectivos estratégicos da União poderão incidir nos domínios da política externa e noutros domínios que se insiram no âmbito da acção externa da União. Poderão dizer respeito às relações da União com um país ou uma região ou seguir uma abordagem temática. Definirão a sua duração e os meios a facultar pela União e pelos Estados-Membros.

O Conselho Europeu delibera por unanimidade, mediante **recomendação** ~~proposta do Conselho, por este adoptada~~ **A proposta do Conselho é adoptada de acordo com as modalidades previstas para cada domínio.** ~~Por maioria qualificada, com base nas recomendações do Ministro dos Negócios Estrangeiros, para as questões de Política Externa e de Segurança Comum, da Comissão, nos restantes domínios da acção externa, ou de ambos conjuntamente.~~ As decisões do Conselho Europeu são executadas ~~pelo Conselho de acordo com os procedimentos previstos na Constituição.~~

2. O Ministro dos Negócios Estrangeiros, no domínio da Política Externa e de Segurança Comum, e a Comissão, nos restantes domínios da acção externa, podem apresentar propostas conjuntas ao Conselho. ~~O Conselho adopta as decisões relativas as essas propostas conjuntas por maioria qualificada.~~

CAPÍTULO 1

POLÍTICA EXTERNA E DE SEGURANÇA COMUM

SECÇÃO 1

POLÍTICA EXTERNA COMUM

Artigo III-190.º (ex-artigo 3.º)

1. No quadro dos princípios e objectivos da sua acção externa, enunciados no artigo 1.º do presente Título, a União define e executa uma política externa e de segurança comum extensiva a todos os domínios da política externa e de segurança.
2. Os Estados-Membros apoiam activamente e sem reservas a Política Externa e de Segurança **Comum** da União, num espírito de lealdade e de solidariedade mútua.

Os Estados-Membros actuam de forma concertada a fim de reforçar e desenvolver a solidariedade política mútua. Abster-se-ão de empreender quaisquer acções contrárias aos interesses da União ou susceptíveis de prejudicar a sua eficácia enquanto força de coesão nas relações internacionais.

O Conselho e o Ministro dos Negócios Estrangeiros **da União** asseguram a observância destes princípios.

3. A União conduz a Política Externa e de Segurança Comum:
 - definindo ~~os princípios~~ e as orientações gerais;
 - adoptando decisões relativas:
 - às acções da União;
 - às posições da União;
 - **à execução dessas acções e posições;** e
 - reforçando a cooperação sistemática entre os Estados-Membros na condução da sua política.

Artigo III-191.º (ex-artigo 4.º)

O Conselho Europeu define as orientações gerais da Política Externa e de Segurança Comum, incluindo em matérias com implicações no domínio da defesa.

Se um acontecimento internacional assim o exigir, o Presidente do Conselho Europeu convocará uma reunião extraordinária do Conselho Europeu, a fim de definir as orientações estratégicas da política da União relativamente a esse acontecimento.

O Conselho toma as disposições necessárias para a definição e execução da Política Externa e de Segurança Comum, com base nas **orientações** gerais e estratégicas definidas pelo Conselho Europeu.

Artigo III-192.º (ex-artigo 5.º)

1. O Ministro dos Negócios Estrangeiros **da União**, que preside ao Conselho dos Negócios Estrangeiros, contribui com as suas propostas para a definição da Política Externa e de Segurança Comum e assume a responsabilidade pela execução das decisões tomadas pelo Conselho Europeu e pelo Conselho.
2. Nas matérias do âmbito da Política Externa e de Segurança Comum, a União é representada pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros, que conduz o diálogo político em nome da União e exprime a posição da União nas organizações e conferências internacionais.

Artigo III-193.º (ex-artigo 6.º)

1. Sempre que uma situação internacional exija uma acção operacional por parte da União, o Conselho adopta as decisões necessárias. A decisão definirá os respectivos objectivos e âmbito, os meios a colocar à disposição da União, assim como as condições relativas à execução da acção e, se necessário, a sua duração.
2. Se se verificar uma alteração de circunstâncias que tenha um efeito substancial numa questão que seja objecto dessa decisão, o Conselho procederá à revisão dos princípios e objectivos dessa acção e adoptará as decisões necessárias. Enquanto o Conselho não tiver deliberado, mantém-se a decisão sobre a acção da União.
3. Essas decisões vinculam os Estados-Membros nas suas tomadas de posição e na condução da sua acção.
4. Qualquer tomada de posição ou acção nacional prevista em execução dessa decisão será comunicada num prazo que permita, se necessário, uma concertação prévia no Conselho. A obrigação de informação prévia não é aplicável às medidas que constituam simples transposição das decisões do Conselho para o plano nacional.
5. Em caso de necessidade imperiosa decorrente da evolução da situação, e na ausência de decisão do Conselho, os Estados-Membros podem tomar com urgência as medidas que se imponham, tendo em conta os objectivos gerais da decisão relativa à acção da União. Os Estados-Membros que tomem essas medidas informarão imediatamente o Conselho desse facto.
6. Em caso de dificuldades importantes na execução da decisão, os Estados-Membros submeterão a questão ao Conselho, que sobre ela deliberará, procurando encontrar as soluções adequadas. Essas soluções não podem ser contrárias aos objectivos da acção, nem prejudicar a sua eficácia.

Artigo III-194.º (ex-artigo 7.º)

O Conselho adopta decisões que definem a posição da União sobre uma questão específica de natureza geográfica ou temática. Os Estados-Membros velam pela coerência das suas políticas nacionais com as posições da União.

Artigo III-195.º (ex-artigo 8.º)

1. Qualquer Estado-Membro, ~~ou o~~ **Ministro dos Negócios Estrangeiros, ou o Ministro com o apoio da Comissão, a título individual ou em conjunto com a Comissão,** pode submeter ao Conselho todas as questões do âmbito da Política Externa e de Segurança Comum e apresentar-lhe propostas.
2. Nos casos que exijam uma decisão rápida, o Ministro dos Negócios Estrangeiros convocará, por iniciativa própria ou a pedido de um Estado-Membro, uma reunião extraordinária do Conselho, no prazo de 48 horas ou, em caso de absoluta necessidade, num prazo mais curto.

Artigo III-196.º (ex-artigo 9.º)

1. As decisões ao abrigo do presente capítulo são tomadas pelo Conselho, deliberando por unanimidade. As abstenções dos membros presentes ou representados não impedem a adopção dessas decisões.

Qualquer membro do Conselho que se abstenha numa votação pode fazer acompanhar a sua abstenção de uma declaração formal, nos termos do presente parágrafo. Nesse caso, não é obrigado a aplicar a decisão, mas deve reconhecer que ela vincula a União. Num espírito de solidariedade mútua, esse Estado-Membro deve abster-se de qualquer actuação susceptível de colidir com a acção da União baseada na referida decisão ou de a dificultar; os demais Estados-Membros respeitarão a sua posição. Se os membros do Conselho que façam acompanhar a sua abstenção da citada declaração representarem mais de um terço dos votos, ponderados nos termos do artigo X da Constituição, a decisão não será adoptada.

2. Em derrogação do disposto no n.º 1, o Conselho delibera por maioria qualificada:
 - sempre que adopte decisões relativas a acções e posições da União com base numa decisão do Conselho Europeu sobre os interesses e objectivos estratégicos da União, tal como definida no [n.º 1 do artigo III-189.º] do presente Título;
 - ~~— sempre que delibere com base numa proposta conjunta do Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Comissão, tal como é definida no n.º 2 do artigo 2.º;~~
 - **sempre que adopte uma decisão por iniciativa do Ministro dos Negócios Estrangeiros, na sequência de um pedido do Conselho Europeu;**

- sempre que adopte qualquer decisão que dê execução ~~a uma decisão relativa~~ a uma acção ou a uma posição da União;
- sempre que nomeie um Representante Especial em conformidade com o [artigo III-198.º (ex-artigo 11.º) do presente Capítulo].

Se um membro do Conselho declarar que, por razões **vitais importantes** e expressas de política nacional, tenciona opor-se à adopção de uma decisão a tomar por maioria qualificada, não se procederá à votação. O Conselho, deliberando por maioria qualificada, pode solicitar que a questão seja submetida ao Conselho Europeu, a fim de ser tomada uma decisão por unanimidade.

~~O disposto no presente número não é aplicável às decisões que tenham implicações no domínio militar ou da defesa.~~

3. O Conselho Europeu pode decidir, por unanimidade, que o Conselho delibere por maioria qualificada em casos que não os previstos no n.º 2 do presente artigo.
4. **Os n.ºs 2 e 3 do presente artigo não se aplicam às decisões que tenham implicações no domínio militar ou da defesa.**

Artigo III-197.º (ex-artigo 10.º)

1. Logo que a União tenha definido uma abordagem comum na acepção do n.º 5 do artigo I-39.º ~~29.º~~, **o Ministro dos Negócios Estrangeiros da União e os Ministros dos Negócios Estrangeiros dos Estados-Membros coordenarão as suas actividades no âmbito do Conselho.** ~~proceder-se-á a uma estreita coordenação das actividades do Ministro dos Negócios Estrangeiros da União e dos Ministros dos Negócios Estrangeiros dos Estados-Membros.~~
2. As missões diplomáticas dos Estados-Membros e as delegações da União cooperam entre si nos países terceiros e junto das organizações internacionais e contribuem para a formulação e execução de uma abordagem comum.

Artigo III-198.º (ex-artigo 11.º)

Sempre que o considere necessário, o Conselho nomeará, **por iniciativa** ~~sob proposta~~ do Ministro dos Negócios Estrangeiros, um Representante Especial a quem conferirá um mandato relativo a questões políticas específicas. O Representante Especial exercerá o seu mandato sob a autoridade do Ministro dos Negócios Estrangeiros.

Artigo III-199.º (ex-artigo 12.º)

A União pode celebrar acordos com um ou vários Estados ou organizações internacionais em aplicação do presente capítulo, de acordo com o processo enunciado no [artigo III-222.º (ex-artigo 33.º) do presente título].

Artigo III-200.º (ex-artigo 13.º)

1. O Ministro dos Negócios Estrangeiros consulta o Parlamento Europeu sobre os principais aspectos e as opções fundamentais da Política Externa e de Segurança Comum, **incluindo a Política de Segurança e Defesa Comum**, e vela por que as opiniões daquela Instituição sejam devidamente tidas em conta. O Parlamento Europeu é regularmente informado pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros sobre a evolução da Política Externa e de Segurança da União, incluindo a Política de Segurança e Defesa. **Os Representantes Especiais podem ser associados à informação do Parlamento Europeu.**
2. O Parlamento Europeu pode dirigir perguntas ou apresentar recomendações ao Conselho e ao Ministro dos Negócios Estrangeiros. Procede **duas vezes por ano** ~~anualmente~~ a um debate sobre os progressos realizados na execução da Política Externa e de Segurança Comum, incluindo a Política de Segurança e Defesa.

Artigo III-201.º (ex-artigo 14.º)

1. Os Estados-Membros coordenam a sua acção no âmbito das organizações internacionais e em conferências internacionais. Nessas instâncias defendem as posições da União. O Ministro dos Negócios Estrangeiros da União assegura a organização dessa coordenação.

Nas organizações internacionais e em conferências internacionais em que não tomem parte todos os Estados-Membros, aqueles que nelas participem defenderão as posições da União.

2. Sem prejuízo do disposto no n.º 1 do presente artigo e no [n.º 3 do artigo III-193.º (ex-artigo artigo 6.º)], os Estados-Membros representados em organizações internacionais ou conferências internacionais em que nem todos os Estados-Membros o estejam manterão estes últimos, **bem como o Ministro dos Negócios Estrangeiros**, informados sobre todas as questões que se revistam de interesse comum.

Os Estados-Membros que sejam igualmente membros do Conselho de Segurança das Nações Unidas concertar-se-ão e manterão os outros Estados-Membros **e o Ministro dos Negócios Estrangeiros da União** plenamente informados. Os Estados-Membros que são membros do Conselho de Segurança das Nações Unidas defenderão, no exercício das suas funções, as posições e os interesses da União, sem prejuízo das responsabilidades que lhes incumbem por força da Carta das Nações Unidas.

Sempre que a União tenha definido uma posição sobre um tema que conste da ordem de trabalhos do Conselho de Segurança das Nações Unidas, os Estados-Membros que nele têm assento solicitarão que o Ministro dos Negócios Estrangeiros seja convidado a apresentar a posição da União.

Artigo III-202.º (ex-artigo 15.º)

As missões diplomáticas e consulares dos Estados-Membros e as delegações da União nos países terceiros e nas conferências internacionais, bem como as respectivas representações junto das organizações internacionais, cooperam no sentido de assegurar a observância e a execução das decisões relativas às posições e às acções da União adoptadas pelo Conselho. Intensificam a sua cooperação através do intercâmbio de informações e da realização de avaliações comuns.

As referidas missões, delegações e representações contribuem para a aplicação das disposições a que se refere o [n.º 2 do artigo I-8.º (ex-artigo 7.º) da Parte I da Constituição], relativo à protecção do cidadão europeu no território de países terceiros. Os Estados-Membros estabelecerão entre si as regras necessárias e encetarão as negociações internacionais requeridas para garantir essa protecção.

Artigo III-203.º (ex-artigo 16.º)

Sem prejuízo do artigo XX da Constituição [relativo à organização do Conselho/Comité de Representantes Permanentes], um Comité Político e de Segurança acompanha a situação internacional nos domínios pertencentes ao âmbito da Política Externa e de Segurança Comum e contribui para a definição das políticas, emitindo pareceres destinados ao Conselho, a pedido deste, **do Ministro dos Negócios Estrangeiros** ou por sua própria iniciativa. O Comité Político e de Segurança acompanha igualmente a execução das políticas acordadas, sem prejuízo das competências do Ministro dos Negócios Estrangeiros.

No âmbito do presente Título, este Comité exerce, sob a responsabilidade do Conselho e ~~em estreito contacto com o~~ **do** Ministro dos Negócios Estrangeiros, o controlo político e a direcção estratégica das operações de gestão de crises, tal como definidas no [artigo III-205.º (ex-artigo 17.º) do presente Título].

Para efeitos de uma operação de gestão de crises e pelo período de duração desta, conforme determinado pelo Conselho, este pode autorizar o Comité a tomar as decisões pertinentes em matéria de controlo político e de direcção estratégica da operação.

Artigo III-204.º (ex-artigo 16.º-A)

A execução da Política Externa e de Segurança Comum não afecta as competências enumeradas nos artigos I-12.º a I-14.º e I-16.º. De igual modo, a execução das políticas enumeradas nesses artigos não afecta a competência a que se refere o artigo I-15.º.

O Tribunal de Justiça é competente para fiscalizar a observância do presente artigo.

SECÇÃO 2

POLÍTICA DE SEGURANÇA E DEFESA COMUM

Artigo III-205.º (ex-artigo 17.º)

1. As missões referidas no n.º 1 do artigo ~~I-40.º-30.º~~ da Parte I, nas quais a União pode utilizar meios militares e civis, incluem as acções conjuntas em matéria de desarmamento, as missões humanitárias e de evacuação, as missões de aconselhamento e assistência em matéria militar, as missões de prevenção de conflitos e de manutenção da paz, as missões de forças de combate para a gestão de crises, incluindo as missões de restabelecimento da paz, ~~as acções de apoio na luta contra o terrorismo a pedido de um Estado terceiro~~ e as operações de estabilização no termo dos conflitos. **Todas estas missões podem contribuir para a luta contra o terrorismo, inclusive mediante o apoio prestado a Estados terceiros para combater o terrorismo no seu território.**
2. O Conselho, deliberando por unanimidade, adopta decisões relativas às missões referidas no presente artigo, definindo o seu objectivo e alcance, bem como as respectivas normas gerais de execução. O Ministro dos Negócios Estrangeiros, sob a autoridade do Conselho e em estreito e permanente contacto com o Comité Político e de Segurança, assegura a coordenação dos aspectos civis e militares dessas missões.

Artigo III-206.º (ex-artigo 18.º)

1. No quadro das decisões adoptadas em conformidade com o [artigo III-205.º (ex-artigo 17.º)], o Conselho pode confiar a execução de uma missão a um grupo de Estados-Membros que disponham das capacidades necessárias e nela desejem empenhar-se. ~~Estes~~ **Estes Estados-Membros, em associação com o Ministro dos Negócios Estrangeiros da União,** decidirão entre si da gestão da missão.
2. Os Estados que participem na realização da missão informarão regularmente o Conselho acerca da fase em que esta se encontra e comunicar-lhe-ão imediatamente quaisquer novas consequências importantes que a sua realização implique ou quaisquer alterações que se imponham quanto ao objectivo, ao alcance ou às normas acordadas pelo Conselho nos termos do [n.º 2 do artigo III-205.º (ex-artigo 17.º)]. Nestes casos, o Conselho adoptará as decisões necessárias.

Artigo III-207.º (ex-artigo 19.º)

1. A Agência Europeia de Armamento, de Investigação ~~Estratégica~~ e de **Capacidades Militares, colocada sob a autoridade do Conselho,** tem por missão:
 - contribuir para identificar os objectivos de capacidades militares dos Estados-Membros e para avaliar o respeito dos compromissos por eles assumidos em termos de capacidades;

- promover a harmonização das necessidades operacionais e a adopção de métodos de aquisição eficazes e compatíveis;
 - propor projectos multilaterais para cumprir os objectivos em termos de capacidades militares e assegurar a coordenação dos programas executados pelos Estados-Membros, bem como a gestão de programas de cooperação específicos;
 - apoiar a investigação em matéria de tecnologia de defesa, coordenar e planificar actividades de investigação conjuntas e estudos de soluções técnicas que dêem resposta às necessidades operacionais futuras;
 - contribuir para identificar e, se for caso disso, executar todas as medidas úteis para reforçar a base industrial e tecnológica do sector da defesa e para aumentar a eficácia das despesas militares.
2. A Agência estará aberta a todos os Estados-Membros que nela desejem participar. O Conselho, deliberando por maioria qualificada, adoptará uma decisão que defina o estatuto, a sede e as regras de funcionamento da Agência. Estas regras deverão ter em conta o grau de participação efectiva nas actividades da Agência. No quadro da Agência serão constituídos grupos específicos compostos por Estados-Membros que desenvolvam projectos conjuntos. **A Agência cumpre as suas missões em articulação com a Comissão, na medida do necessário.**

Artigo III-208.º (ex-artigo 20.º)

1. Na medida em que preenchem elevados critérios em termos de capacidades militares e desejam assumir compromissos mais vinculativos nesta matéria tendo em vista missões mais exigentes, os Estados-Membros cuja lista figura ~~na Declaração~~ **no Protocolo X, anexa anexo** à Constituição, estabelecem entre si uma cooperação estruturada na acepção do n.º 6 do artigo ~~I-40.º-30.º~~ **I-40.º**. Os critérios e os empenhamentos em matéria de capacidades militares definidos por esses Estados-Membros encontram-se previstos **no mesmo Protocolo** ~~na mesma declaração~~.
2. Se um Estado-Membro desejar participar nesta cooperação numa fase posterior, subscrevendo as obrigações por ela impostas, informará o Conselho Europeu da sua intenção. **O Conselho deliberará sobre o pedido do Estado-Membro em questão, mas só os Estados-Membros participantes na cooperação estruturada estatuirão sobre esse pedido.** ~~O Conselho restrito da Cooperação Estruturada deliberará sobre o pedido do Estado-Membro em questão.~~
3. Só os Estados-Membros que participem na cooperação adoptarão decisões relativas ao objecto desta. O Ministro dos Negócios Estrangeiros assistirá às deliberações. Os restantes Estados-Membros serão devida e regularmente informados pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros acerca do desenvolvimento da cooperação.
4. O Conselho poderá incumbir os Estados participantes nesta cooperação de executar, no quadro da União, uma missão prevista no [artigo III-205.º (ex-artigo 17.º)].

Artigo III-209.º (ex-artigo 21.º)

1. A cooperação mais estreita em matéria de defesa mútua, prevista no n.º 7 do artigo **I-40.º** ~~30.º~~, está aberta a todos os Estados-Membros da União. Em declaração anexa à presente Constituição consta a lista dos Estados-Membros participantes. Se um Estado-Membro desejar participar nesta cooperação numa fase posterior, subscrevendo as obrigações por ela impostas, informará desse facto o Conselho Europeu e subscreverá a declaração anexa à Constituição.
2. Um Estado participante que seja alvo de uma agressão armada no seu território informará da situação os outros Estados participantes e poderá solicitar a sua ajuda e assistência. Os Estados participantes reunir-se-ão a nível ministerial, sendo assistidos pelos respectivos representantes no Comité Político e de Segurança e no Comité Militar.
3. O Conselho de Segurança das Nações Unidas será imediatamente informado de qualquer agressão armada e das medidas tomadas em conformidade.
4. As presentes disposições não afectam, no que respeita aos Estados envolvidos, os direitos e obrigações decorrentes do Tratado do Atlântico Norte.

SECÇÃO 3 DISPOSIÇÕES FINANCEIRAS

Artigo III-210.º (ex-artigo 22.º)

1. As despesas administrativas em que incorram as instituições por força das disposições referidas no presente capítulo ficam a cargo do Orçamento da União.
2. As despesas operacionais decorrentes da aplicação das citadas disposições ficam igualmente a cargo do Orçamento da União, com excepção das despesas decorrentes de operações que tenham implicações no domínio militar ou da defesa e nos casos em que o Conselho, deliberando por unanimidade, decida em contrário.

Nos casos em que não sejam imputadas ao Orçamento da União, as despesas ficam a cargo dos Estados-Membros, de acordo com a chave de repartição baseada no produto nacional bruto, salvo decisão em contrário do Conselho, deliberando por unanimidade. No que se refere às despesas decorrentes de operações com implicações no domínio militar ou da defesa, os Estados-Membros cujos representantes no Conselho tenham feito uma declaração formal, nos termos do [segundo parágrafo do n.º 1 do artigo III-196.º (ex-artigo 9.º)], não serão obrigados a contribuir para o respectivo financiamento.

3. **Uma decisão do Conselho estabelecerá os processos específicos para garantir o rápido acesso às dotações do Orçamento da União destinadas ao financiamento urgente de iniciativas no âmbito da Política Externa e de Segurança Comum e, nomeadamente, às actividades preparatórias de uma missão referida no n.º 1 do artigo I-40.º.**

As actividades preparatórias das missões referidas no n.º 1 do artigo ~~30.º~~ **I-40.º** que não sejam imputadas ao Orçamento da União serão financiadas por um fundo de arranque, constituído por contribuições dos Estados-Membros.

O Conselho adoptará por maioria qualificada, sob proposta do Ministro dos Negócios Estrangeiros:

- as modalidades de instituição e de financiamento do Fundo, nomeadamente os montantes financeiros que lhe sejam afectados e as modalidades de reembolso;
- as modalidades de gestão do Fundo;
- as modalidades de controlo financeiro.

Sempre que preveja a realização de uma missão referida no n.º 1 do artigo **I-40.º** ~~30.º~~ que não possa ser imputada ao Orçamento da União, o Conselho autorizará o Ministro dos Negócios Estrangeiros a utilizar esse Fundo. O Ministro dos Negócios Estrangeiros apresentará ao Conselho um relatório sobre a execução desse mandato.

CAPÍTULO III

POLÍTICA COMERCIAL COMUM

Artigo III-211.º (ex-artigo 23.º)

Ao instituírem entre si uma união aduaneira, os Estados-Membros propõem-se contribuir, no interesse comum, para o desenvolvimento harmonioso do comércio mundial, para a supressão progressiva das restrições ao comércio internacional e aos investimentos estrangeiros directos e para a redução das barreiras alfandegárias e de outro tipo.

Artigo III-212.º (ex-artigo 24.º)

1. A política comercial comum assenta em princípios uniformes, designadamente no que diz respeito às modificações pautais, à celebração de acordos pautais e comerciais relativos ao comércio de mercadorias e serviços, aos aspectos comerciais da propriedade intelectual, aos investimentos estrangeiros directos, à uniformização das medidas de liberalização, à política de exportação, bem como às medidas de defesa comercial, tais como as medidas a tomar em caso de dumping e de subsídios. A política comercial comum será conduzida de acordo com os princípios e objectivos da acção externa da União, enunciados no artigo 1.º do presente Título.
2. ~~Nos termos do processo legislativo, o Parlamento Europeu e o Conselho adoptam as A leis europeias e as~~ ou lei-quadro europeia **estabelece as medidas** necessárias à execução da política comercial comum.

3. Caso devam ser negociados acordos com um ou mais Estados ou organizações internacionais, são aplicáveis as disposições pertinentes do artigo [III-222.º (ex-artigo 33.º)] do presente Título. Para o efeito, a Comissão apresentará recomendações ao Conselho, que a autorizará a encetar as negociações necessárias. Cabe ao Conselho e à Comissão assegurar que os acordos negociados sejam compatíveis com as políticas e normas internas da União.

As referidas negociações serão conduzidas pela Comissão, em consulta com um Comité especial designado pelo Conselho para a assistir nessas funções e no âmbito das directrizes que o Conselho lhe possa endereçar. A Comissão apresentará regularmente ao Comité **especial e ao Parlamento Europeu** um relatório sobre o andamento das negociações.

4. Relativamente à negociação e celebração de acordos nos domínios do comércio de serviços que impliquem deslocações de pessoas e dos aspectos comerciais da propriedade intelectual, o Conselho deliberará por unanimidade sempre que os referidos acordos incluam disposições em relação às quais seja exigida a unanimidade para a adopção de normas internas.
5. O exercício das competências atribuídas pelo presente artigo no domínio da política comercial não afectará a delimitação de competências entre a União e os Estados-Membros e não conduzirá à harmonização das disposições legislativas ou regulamentares dos Estados-Membros, na medida em que a Constituição exclua essa harmonização.

CAPÍTULO IV

COOPERAÇÃO COM OS PAÍSES TERCEIROS E AJUDA HUMANITÁRIA

SECÇÃO 1

COOPERAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO

Artigo III-213.º (ex-artigo 25.º)

1. A política da União em matéria de cooperação para o desenvolvimento é conduzida de acordo com os princípios e objectivos da acção externa da União enunciados no [artigo III-188.º (ex-artigo artigo 1.º)]. A política da União em matéria de cooperação para o desenvolvimento e as políticas dos Estados-Membros no mesmo domínio completam-se e reforçam-se mutuamente.

O principal objectivo da política da União neste domínio é a redução e, a prazo, a erradicação da pobreza. Na execução das políticas susceptíveis de afectar os países em vias de desenvolvimento, a União terá em conta os objectivos da cooperação para o desenvolvimento.

2. A União e os Estados-Membros respeitarão os compromissos e terão em conta os objectivos acordados no âmbito das Nações Unidas e das demais organizações internacionais competentes.

Artigo III-214.º (ex-artigo 26.º)

1. ~~Nos termos do processo legislativo, o Parlamento Europeu e o Conselho adoptam as A leis europeias e as~~ **ou a** leis-quadro europeias **estabelece as medidas** necessárias à execução da política de cooperação para o desenvolvimento, que podem dizer respeito a programas plurianuais de cooperação com países em vias de desenvolvimento ou a programas com uma abordagem temática.
2. A União pode celebrar com os países terceiros e as organizações internacionais competentes todos os acordos úteis à realização dos objectivos referidos no artigo [III-188.º (ex-artigo 1.º)]. Esses acordos serão negociados e celebrados nos termos do [artigo III-222.º (ex-artigo 33.º)].

O disposto no primeiro parágrafo não prejudica a competência dos Estados-Membros para negociar nas instâncias internacionais e celebrar acordos internacionais.

3. O Banco Europeu de Investimento contribuirá, nas condições previstas nos respectivos estatutos, para a execução das medidas a que se refere o n.º 1.
4. ~~O disposto no presente artigo não afecta a cooperação com os países de África, das Caraíbas e do Pacífico no âmbito da Convenção ACP-CE.~~

Artigo III-215.º (ex-artigo 27.º)

1. A União e os Estados-Membros coordenarão as suas políticas em matéria de cooperação para o desenvolvimento e concertar-se-ão sobre os respectivos programas de ajuda, inclusivamente nas organizações internacionais e em conferências internacionais, com o objectivo de fomentar a complementaridade e a eficácia das suas acções. Podem empreender acções conjuntas. Os Estados-Membros contribuirão, se necessário, para a execução dos programas de ajuda da União.
2. A Comissão pode tomar todas as iniciativas necessárias para promover a coordenação a que se refere o n.º 1.
3. No âmbito das respectivas competências, a União e os Estados-Membros cooperarão com os países terceiros e as organizações internacionais competentes.

SECÇÃO 2

COOPERAÇÃO ECONÓMICA, FINANCEIRA E TÉCNICA COM OS PAÍSES TERCEIROS

Artigo III-216.º (ex-artigo 28.º)

1. Sem prejuízo das restantes disposições do presente Tratado, nomeadamente dos artigos [III-213.º (ex-25.º) a III-215.º (ex-27.º)], relativos à cooperação para o desenvolvimento, a União, no âmbito das suas competências, desenvolve acções de cooperação económica, financeira e técnica, **inclusive de assistência, especialmente no domínio financeiro**, com países terceiros **que não sejam países em vias de desenvolvimento**. Essas acções são coerentes com a política de desenvolvimento da União. As acções da União e dos Estados-Membros completam-se e reforçam-se mutuamente. São conduzidas de acordo com os princípios e objectivos da acção externa da União enunciados no [artigo III-188.º (ex-artigo 1.º)].
2. ~~Nos termos do processo legislativo, o Parlamento Europeu e o Conselho adoptam as A leis europeias e as~~ **ou a** leis-quadro europeias **estabelece as medidas** necessárias à execução ao n.º 1.
3. No âmbito das respectivas competências, a União e os Estados-Membros cooperarão com os países terceiros e as organizações internacionais competentes. As modalidades de cooperação da União poderão ser objecto de acordos entre esta e as partes terceiras envolvidas, negociados e celebrados nos termos do artigo [III-222.º (ex-33.º) do presente Título]. O Conselho deliberará por unanimidade no que diz respeito aos acordos de associação a que se refere o [n.º 2 do artigo III-221.º (ex-32.º-A)] e aos acordos a celebrar com os Estados candidatos à adesão à União. O disposto neste número não prejudica a competência dos Estados-Membros para negociar nas instâncias internacionais e celebrar acordos internacionais.

Artigo III-217.º (ex-artigo 29.º)

Sempre que a situação num país terceiro exija assistência financeira com carácter urgente por parte da União, o Conselho, sob proposta da Comissão, adoptará, por maioria qualificada, as medidas necessárias.

SECÇÃO 3

AJUDA HUMANITÁRIA

Artigo III-218.º (ex-artigo 30.º)

1. As acções da União no domínio da ajuda humanitária são conduzidas de acordo com os princípios e objectivos da acção externa da União enunciados no [artigo III-188.º (ex-artigo 1.º)]. Essas acções têm por objectivo prestar pontualmente assistência, socorro e protecção às populações dos países terceiros vítimas de catástrofes de origem humana ou natural, de modo a fazer face às necessidades humanitárias resultantes dessas diferentes situações. As acções da União e dos Estados-Membros completam-se e reforçam-se mutuamente.
2. As acções de ajuda humanitária são desenvolvidas em conformidade com os princípios do direito internacional humanitário, especialmente com os princípios de imparcialidade e de não discriminação.
3. ~~Nos termos do processo legislativo, o Parlamento Europeu e o Conselho adoptam as A leis europeias e as~~ **ou a** leis-quadro europeias **estabelece as medidas** necessárias à definição do quadro em que são executadas as acções de ajuda humanitária da União.
4. A União poderá celebrar com os países terceiros e as organizações internacionais competentes todos os acordos úteis à realização dos objectivos a que se refere o [artigo III-188.º (ex-artigo 1.º)]. Esses acordos são negociados e celebrados nos termos do artigo [III-222.º (ex-artigo 33.º)] do presente Título.

O disposto no primeiro parágrafo não prejudica a competência dos Estados-Membros para negociar nas instâncias internacionais e celebrar acordos internacionais.

5. A fim de enquadrar os contributos comuns dos jovens europeus para as acções humanitárias da União, é criado um Corpo Europeu de Voluntários para a Ajuda Humanitária. O estatuto e o funcionamento deste Corpo de Voluntários serão definidos por uma lei europeia adoptada pelo Parlamento Europeu e pelo Conselho, nos termos do processo legislativo.
6. A Comissão pode tomar todas as iniciativas úteis para promover a coordenação entre as acções da União e as dos Estados-Membros, a fim de reforçar a eficácia e a complementaridade dos mecanismos da União e dos mecanismos nacionais de ajuda humanitária.
7. A União velará por que as suas acções humanitárias sejam coordenadas e coerentes com as das organizações e organismos internacionais, especialmente aqueles que fazem parte do sistema das Nações Unidas.

CAPÍTULO V

MEDIDAS RESTRITIVAS

Artigo III-219.º (ex-artigo 31.º)

1. Sempre que uma decisão relativa a uma posição ou a uma acção da União, adoptada nos termos das disposições em matéria de Política Externa e de Segurança Comum constantes do capítulo I do presente Título, preveja a interrupção ou a redução, total ou parcial, das relações económicas e financeiras com um ou mais países terceiros, o Conselho, deliberando por maioria qualificada sob proposta conjunta do Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Comissão, tomará as medidas necessárias e informará o Parlamento Europeu.
2. Nos domínios a que se refere o n.º 1, o Conselho, de acordo com o mesmo processo, pode adoptar medidas restritivas relativamente a pessoas singulares ou colectivas, grupos ou entidades não estatais.

CAPÍTULO VI

ACORDOS INTERNACIONAIS

Artigo III-220.º (ex-artigo 32.º)

1. A União pode ~~comprometer-se a~~ celebrar acordos com um ou mais Estados terceiros ou organizações internacionais **sempre que a nos casos em que as disposições da Constituição o prevejam ou em que a celebração de um tais acordos seja necessária para alcançar um dos objectivos da União, esteja prevista num acto jurídico obrigatório da União ou afecte um acto interno da União.**
- ~~2. A União pode celebrar acordos de associação com um ou mais Estados terceiros ou organizações internacionais. Esses acordos criam uma associação, caracterizada por direitos e obrigações recíprocos, acções em comum e procedimentos especiais, com um ou vários Estados terceiros ou organizações internacionais.~~
- ~~3. A União pode celebrar acordos internacionais cuja conclusão seja necessária para realizar um objectivo da União, esteja prevista num acto legislativo da União ou que afectem um acto interno da União.~~
24. Os acordos celebrados pela União vinculam as Instituições da União e os Estados-Membros.

Artigo III-221.º (ex-artigo 32.º-A)

1. **A União pode celebrar acordos de associação com um ou mais Estados terceiros ou organizações internacionais. Esses acordos criam uma associação, caracterizada por direitos e obrigações recíprocos, acções em comum e procedimentos especiais, com um ou vários Estados terceiros ou organizações internacionais.**

Artigo III-222.º (ex-artigo 33.º)

1. ~~do presente Título,~~ Os acordos entre a União e Estados terceiros ou organizações internacionais são negociados e celebrados de acordo com o processo a seguir enunciado.
2. O Conselho autoriza a abertura das negociações, define as directrizes de negociação e celebra os acordos.
3. A Comissão ou o Ministro dos Negócios Estrangeiros da União, caso o acordo incida exclusiva ou principalmente sobre a Política Externa e de Segurança Comum, apresenta recomendações ao Conselho, ~~que o autoriza a abertura a enectar das negociações. A Comissão e o Ministro dos Negócios Estrangeiros da União apresentam, se for caso disso, recomendações conjuntas.~~ **a abertura a enectar das negociações.**
4. No âmbito da decisão de autorização das negociações, o Conselho designa o negociador ou o chefe da equipa de negociação da União, em função da matéria do futuro acordo.
5. Sem prejuízo das disposições específicas do [artigo III-212.º (ex-artigo 24.º)], o Conselho pode endereçar directrizes de negociação ao negociador do acordo e pode designar um Comité especial, que deverá ser consultado para efeitos da condução das negociações.
6. Sob proposta do negociador do acordo, o Conselho decide da sua assinatura e, se for caso disso, da sua aplicação provisória antes da entrada em vigor.
7. O Conselho celebra o acordo sob proposta do negociador. Excepto nos casos em que o acordo incida exclusivamente sobre a Política Externa e de Segurança Comum, o Conselho só o celebrará após consulta ao Parlamento Europeu. O Parlamento dará parecer num prazo que o Conselho pode fixar em função da urgência. Na ausência de parecer dentro desse prazo, o Conselho pode deliberar. O parecer favorável do Parlamento Europeu é ~~no entanto~~ obrigatório para os acordos de associação, **em caso de para a adesão da União à Convenção Europeia para a Protecção dos Direitos do Homem e das Liberdades Fundamentais**, bem como para os acordos que criem um quadro institucional específico mediante a organização de processos de cooperação, os acordos com consequências orçamentais significativas para a União e os acordos que abranjam domínios aos quais seja aplicável o processo legislativo. O Conselho e o Parlamento Europeu podem, em caso de urgência, fixar um prazo para o parecer favorável.
8. Ao celebrar um acordo, o Conselho pode, em derrogação das disposições precedentes, conferir poderes ao negociador para aprovar alterações, em nome da União, caso o acordo preveja que essas alterações devem ser adoptadas por um processo simplificado ou por uma instância criada pelo próprio acordo; o Conselho poderá submeter essa atribuição de poderes a certas condições específicas.
9. Ao longo de todo o processo, o Conselho delibera por maioria qualificada. Todavia, o Conselho deliberará por unanimidade se o acordo incidir sobre um domínio em que seja exigida a unanimidade para a adopção de **um acto da União** ~~normas internas~~, bem como no caso de um acordo de associação e no da adesão **da União à Convenção Europeia para a Protecção dos Direitos do Homem e das Liberdades Fundamentais.**

10. Sob proposta do Ministro dos Negócios Estrangeiros da União ou da Comissão, o Conselho decide da suspensão da aplicação de um acordo e define as posições a tomar em nome da União numa instância criada por um acordo, quando essa instância for chamada a adoptar decisões que produzam efeitos jurídicos, com excepção das decisões que completem ou alterem o quadro institucional do acordo.
11. O Parlamento Europeu será imediata e plenamente informado ~~de~~ **em** todas as etapas do processo ~~descrito no presente artigo~~.
12. **Qualquer Estado-Membro, o** ~~o~~ Parlamento Europeu, o Conselho **ou** a Comissão, ~~o Banco Central Europeu ou qualquer Estado-Membro~~ podem obter o parecer do Tribunal de Justiça sobre a compatibilidade de um acordo projectado com as disposições da Constituição ~~a que se estende a competência do Tribunal de Justiça~~. Em caso de parecer negativo do Tribunal de Justiça, o acordo projectado não pode entrar em vigor, salvo revisão da Constituição nos termos do processo previsto no artigo IV-6.º.

Artigo III-223.º (ex-artigo 34.º)

1. Em derrogação do disposto no [artigo III-222.º (ex-artigo 33.º)], o Conselho, deliberando por unanimidade, por recomendação do Banco Central Europeu ou da Comissão e após consulta ao Banco Central Europeu, a fim de alcançar um consenso compatível com o objectivo de estabilidade dos preços, e após consulta ao Parlamento Europeu, de acordo com os mecanismos processuais referidos no n.º 3, para os acordos nele referidos, pode celebrar acordos formais relativos a um sistema de taxas de câmbio do euro em relação às moedas extra-União. O Conselho, deliberando por maioria qualificada, por recomendação do Banco Central Europeu ou da Comissão e após consulta ao Banco Central Europeu, a fim de alcançar um consenso compatível com o objectivo de estabilidade dos preços, pode adoptar, ajustar ou abandonar as taxas centrais do euro no sistema de taxas de câmbio. O Presidente do Conselho informa o Parlamento Europeu da adopção, do ajustamento ou do abandono das taxas centrais do euro.
2. Na ausência de um sistema de taxas de câmbio em relação a uma ou mais moedas extra-União na aceção do n.º 1, o Conselho, deliberando por maioria qualificada, quer por recomendação da Comissão e após consulta ao Banco Central Europeu, quer por recomendação do Banco Central Europeu, pode formular orientações gerais para uma política de taxas de câmbio em relação a essas moedas. Essas orientações gerais não afectam o objectivo primordial do Sistema Europeu de Bancos Centrais, ou seja, a manutenção da estabilidade dos preços.
3. Em derrogação do disposto no [artigo III-222.º (ex-artigo 33.º)], caso devam ser negociados acordos entre a União e um ou mais Estados ou organizações internacionais no que respeita a questões relacionadas com o regime monetário ou cambial, o Conselho, deliberando por maioria qualificada, por recomendação da Comissão e após consulta ao Banco Central Europeu, decide sobre os mecanismos para a negociação e a celebração dos acordos. Esses mecanismos devem assegurar que a União expresse uma posição única. A Comissão será plenamente associada a essas negociações.

4. ~~Sob reserva do n.º 1, o Conselho, deliberando por maioria qualificada sob proposta da Comissão e após consulta ao Banco Central Europeu, decide da posição ocupada pela União a nível internacional no que se refere às questões que se revestem de especial interesse para a União Económica e Monetária e à sua representação, no respeito pela repartição de competências prevista nos artigos X [ex-99.º] e Y [ex-105.º].~~
45. Sem prejuízo das competências e dos acordos da União no domínio da União Económica e Monetária, os Estados-Membros podem negociar nas instâncias internacionais e celebrar acordos internacionais.

CAPÍTULO VII

RELAÇÕES COM AS ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS E OS PAÍSES TERCEIROS E DELEGAÇÕES DA UNIÃO

Artigo III-224.º (ex-artigo 35.º)

1. A União estabelecerá todas as formas úteis de cooperação com as Nações Unidas, o Conselho da Europa, a Organização para a Segurança e a Cooperação na Europa e a Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Económicos.
2. Além disso, a União assegurará com ~~todas as~~ **outras** organizações internacionais as ligações que considere oportunas.
3. A aplicação do número anterior cabe ao Ministro dos Negócios Estrangeiros da União e à Comissão.

Artigo III-225.º (ex-artigo 36.º)

1. A representação da União é assegurada pelas delegações da União nos países terceiros e junto das organizações internacionais.
2. As delegações da União funcionam sob a autoridade do Ministro dos Negócios Estrangeiros da União e em estreita cooperação com as missões dos Estados-Membros.

CAPÍTULO VIII

APLICAÇÃO DA CLÁUSULA DE SOLIDARIEDADE

Artigo III-226.º (ex-artigo X)

1. Com base numa proposta conjunta do Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Comissão, o Conselho adoptará **uma decisão** que defina ~~um quadro~~ **as regras** de execução da cláusula de solidariedade a que se refere o [artigo I-42.º]. ~~Esses actos são adoptados em conformidade com as disposições aplicáveis da Constituição.~~
- ~~2.2.~~ Se um Estado-Membro for alvo de um ataque terrorista **ou de uma catástrofe natural ou de origem humana**, os outros Estados-Membros prestar-lhe-ão assistência a pedido das autoridades políticas do Estado-Membro afectado. Para o efeito, os Estados-Membros coordenar-se-ão no quadro do Conselho.
- ~~3.3.~~ No âmbito do presente artigo, o Conselho será assistido pelo Comité Político e de Segurança, **com o apoio das estruturas desenvolvidas no quadro da Política de Segurança e Defesa Comum**, e pelo Comité ~~Permanente Operacional de Segurança Interna~~ **previsto no [artigo III-157.º (ex-artigo 5.º, JAI)]**, que lhe apresentarão, se for caso disso, pareceres conjuntos.
- ~~4.4.~~ Para que a União possa agir eficazmente, o Conselho Europeu, procederá, ~~com base num relatório do Conselho~~, a uma avaliação regular das ameaças com as quais a União se confronta.

TÍTULO VI

FUNCIONAMENTO DA UNIÃO

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES INSTITUCIONAIS

NOTA EXPLICATIVA

A redacção de alguns dos artigos da Parte III relativos às Instituições está dependente dos resultados dos debates da Convenção sobre os textos correspondentes da Parte I. Acresce que a Convenção ainda não teve possibilidade de discutir qualquer dos artigos da Parte III relativos às Instituições, nem os mesmos (com excepção dos textos referentes ao TJCE) foram discutidos num Grupo de Trabalho. Os artigos que adiante se transcrevem baseiam-se por conseguinte muito de perto em textos existentes, e nos casos em que seja provável que o conteúdo esteja directamente ligado às disposições da Parte relativas às Instituições, contém espaços em branco para posterior inclusão de textos.

A estrutura do presente capítulo foi ligeiramente reorganizada, tendo as disposições horizontais sido colocadas no final dos artigos relativos especificamente a cada uma das Instituições. Na secção 1 existe um novo artigo, curto, que contém disposições técnicas sobre o Conselho Europeu (artigo III – 239.º), e os textos relativos aos dois comités consultivos (Comité das Regiões e Comité Económico e Social) foram reunidos numa única secção. A secção 4 sobre disposições horizontais contém a descrição pormenorizada do processo legislativo (com pequenas alterações de redacção), bem como artigos sobre a transparência e a boa administração. As disposições sobre os emolumentos do pessoal das Instituições e órgãos da União foram também reunidos num único artigo consolidado nesta secção.

PROJECTO DE TEXTOS

SECÇÃO 1

INSTITUIÇÕES

Subsecção 1 PARLAMENTO EUROPEU

Artigo III-227.º (ex-artigo 190.º)

1. *(Composição do Parlamento Europeu)*
2. O Parlamento Europeu elabora um projecto de lei europeia a fim de permitir a eleição dos seus membros por sufrágio universal directo, segundo um processo uniforme em todos os Estados-Membros ou baseado em princípios comuns a todos os Estados-Membros.

O Conselho, deliberando por unanimidade, após aprovação do Parlamento Europeu, que se pronuncia por maioria dos membros que o compõem, aprova a lei referida no parágrafo anterior, cuja adopção recomenda aos Estados-Membros, nos termos das respectivas normas constitucionais.

3. Por lei europeia do Parlamento Europeu, adoptada por sua própria iniciativa, são estabelecidos o estatuto e as condições gerais de exercício das funções dos seus membros. O Parlamento Europeu delibera após parecer da Comissão e mediante aprovação do Conselho. Quaisquer regras ou condições respeitantes ao regime fiscal dos membros ou ex-membros exigem a unanimidade no Conselho.

Artigo III-228.º (ex-artigo 191.º)

Em aplicação do artigo [I – 45.º] da Constituição, a lei europeia define o estatuto dos partidos políticos ao nível europeu, nomeadamente as regras relativas ao seu financiamento.

Artigo III-229.º (ex-artigo 192.º)

O Parlamento Europeu pode, por maioria dos membros que o compõem, solicitar à Comissão que submeta à sua apreciação todas as propostas adequadas sobre as questões que se lhe afigure requererem a elaboração de um acto da União para efeitos de aplicação da Constituição. Caso não apresente propostas, a Comissão informa o Parlamento Europeu dos motivos para tal.

Artigo III-230.º (ex-artigo 193.º)

No exercício das suas atribuições, o Parlamento Europeu pode, a pedido de um quarto dos membros que o compõem, constituir uma comissão de inquérito temporária para analisar, sem prejuízo das atribuições conferidas pela Constituição a outras Instituições ou órgãos, alegações de infracção ou de má administração na aplicação do direito da União, excepto se os factos alegados estiverem em instância numa jurisdição, e enquanto o processo jurisdicional não se encontrar concluído.

A Comissão de Inquérito temporária extingue-se com a apresentação do seu relatório.

Por lei europeia do Parlamento Europeu, adoptada por sua própria iniciativa, são determinadas as modalidades de exercício do direito de inquérito. O Parlamento Europeu delibera após parecer da Comissão e com aprovação do Conselho.

Artigo III-231.º (ex-artigo 194.º)

Qualquer cidadão da União, bem como qualquer outra pessoa singular ou colectiva com residência ou sede estatutária num Estado-Membro, tem o direito de apresentar, a título individual ou em associação com outros cidadãos ou pessoas, petições ao Parlamento Europeu sobre qualquer questão que se integre nos domínios de actividade da União e lhe diga directamente respeito.

Artigo III-232.º (ex-artigo 195.º)

1. O Parlamento Europeu nomeará, por sua própria iniciativa, um Provedor de Justiça com poderes para receber queixas apresentadas por qualquer cidadão da União ou qualquer pessoa singular ou colectiva com residência ou sede estatutária num Estado-Membro e respeitantes a casos de má administração na actuação das Instituições ou organismos da União, com excepção do Tribunal de Justiça no exercício das respectivas funções jurisdicionais.

De acordo com a sua missão, o Provedor de Justiça procederá aos inquéritos que considere justificados, quer por sua própria iniciativa quer com base nas queixas que lhe tenham sido apresentadas, directamente ou por intermédio de um membro do Parlamento Europeu, salvo se os factos invocados forem ou tiverem sido objecto de processo jurisdicional. Sempre que o Provedor de Justiça constatare uma situação de má administração, apresentará o assunto à Instituição em causa, que dispõe de um prazo de três meses para lhe apresentar a sua posição. O Provedor de Justiça enviará seguidamente um relatório ao Parlamento Europeu e àquela Instituição. A pessoa que apresentou a queixa será informada do resultado dos inquéritos.

O Provedor de Justiça apresentará anualmente ao Parlamento um relatório sobre os resultados dos inquéritos que tenha efectuado.

2. O Provedor de Justiça é nomeado após cada eleição do Parlamento Europeu, pelo período da legislatura. Pode ser reconduzido nas suas funções.

A pedido do Parlamento Europeu, o Tribunal de Justiça pode demitir o Provedor de Justiça, se este deixar de preencher os requisitos necessários ao exercício das suas funções ou tiver cometido falta grave.

3. O Provedor de Justiça exercerá as suas funções com total independência. No cumprimento dos seus deveres, não solicitará nem aceitará instruções de qualquer organismo. Enquanto durarem as suas funções, o Provedor de Justiça não pode exercer qualquer outra actividade profissional, remunerada ou não.

4. Por lei europeia do Parlamento Europeu, adoptada por sua própria iniciativa, são estabelecidos o estatuto e as condições gerais de exercício das funções do Provedor de Justiça. O Parlamento Europeu delibera após parecer da Comissão e com aprovação do Conselho.

Artigo III-233.º (ex-artigo 196.º)

O Parlamento Europeu realiza uma sessão anual, reunindo-se por direito próprio na segunda terça-feira de Março.

O Parlamento Europeu pode reunir-se em período extraordinário de sessões, a pedido da maioria dos seus membros, do Conselho ou da Comissão.

Artigo III-234.º (ex-artigo 197.º)

Os membros da Comissão podem assistir a todas as sessões do Parlamento Europeu e serão ouvidos em nome dela quando assim o solicitarem.

A Comissão responderá, oralmente ou por escrito, às questões que lhe forem colocadas pelo Parlamento Europeu ou pelos seus membros.

O Conselho será ouvido pelo Parlamento Europeu nas condições por ele estabelecidas no seu regulamento interno.

Artigo III-235.º (ex-artigo 198.º)

Salvo disposição em contrário da Constituição, o Parlamento Europeu delibera por maioria dos votos expressos. O regulamento interno fixará o quórum.

Artigo III-236.º (ex-artigo 199.º)

O Parlamento Europeu aprova o seu regulamento interno por maioria dos membros que o compõem.

Os actos do Parlamento Europeu serão publicados nas condições previstas no regulamento interno.

Artigo III-237.º (ex-artigo 200.º)

O Parlamento Europeu discutirá em sessão pública o relatório geral anual que lhe é submetido pela Comissão.

Artigo III-238.º (ex-artigo 201.º)

Caso seja submetida à sua apreciação uma moção de censura sobre a gestão da Comissão, o Parlamento Europeu apenas pode pronunciar-se sobre ela por votação pública e depois de decorridos pelo menos três dias sobre o depósito da referida moção.

Se a moção de censura for aprovada por maioria de dois terços dos votos expressos que representem a maioria dos membros que compõem o Parlamento Europeu, os membros da Comissão devem abandonar colectivamente as suas funções. Continuarão, porém, a gerir os assuntos correntes até à sua substituição, nos termos do [artigo III – 245.º]. Neste caso, o mandato dos membros da Comissão designados para os substituir expira na data em que expiraria o mandato dos membros da Comissão obrigados a abandonar funções colectivamente.

Subsecção 2 CONSELHO EUROPEU

Artigo III-239.º (novo)

Em caso de votação, cada membro do Conselho Europeu só pode representar, por delegação, um dos outros membros. A abstenção dos membros presentes ou representados não obsta à adopção das deliberações do Conselho Europeu que exigem a unanimidade.

O Conselho Europeu estabelece por maioria simples as suas próprias regras processuais.

O Presidente do Parlamento pode ser convidado pelo Conselho Europeu para ser ouvido no âmbito deste último.

O Conselho Europeu é assistido pelo Secretariado mencionado no [artigo III – 242.º].

Subsecção 3 CONSELHO

Artigo III-240.º (ex-articles 203.º e 204.º)

(Presidência do Conselho)

Artigo III-241.º (ex-artigos 205.º e 206.º)

Em caso de votação, cada membro do Conselho só pode representar, por delegação, um dos outros membros.

Relativamente às deliberações que exijam maioria simples, o Conselho delibera por maioria dos membros que o compõem.

As abstenções dos membros presentes ou representados não obstam à adopção das deliberações do Conselho que exigem a unanimidade.

Artigo III-242.º (ex-artigo 207.º)

1. Um Comité, composto pelos representantes permanentes dos Estados-Membros, prepara os trabalhos do Conselho e exerce os mandatos que este lhe confia. O Comité pode aprovar decisões de natureza processual nos casos previstos no regulamento interno do Conselho.

2. O Conselho é assistido por um Secretariado-Geral, colocado na dependência de um Secretário-Geral.

O Conselho decide sobre a organização do Secretariado-Geral.

3. O Conselho aprova por maioria simples o seu regulamento interno.

Artigo III-243.º (ex-artigo 208.º)

O Conselho pode, por maioria simples, solicitar à Comissão que proceda a todos os estudos que ele considere oportunos para realização dos objectivos comuns e que lhe submeta todas as propostas adequadas. Caso não apresente propostas, a Comissão informa o Conselho dos motivos para tal.

Artigo III-244.º (ex-artigo 209.º)

O Conselho adopta, por sua própria iniciativa e por maioria simples, as decisões europeias que definem os estatutos dos comités previstos na Constituição. O Conselho delibera após consulta à Comissão.

Subsecção 4 COMISSÃO

Artigo III-245.º (ex-n.º 1 do artigo 213.º e ex-artigo 214.º)

1. *(Processos de nomeação dos membros da Comissão)*
2. Só nacionais dos Estados-Membros podem ser membros da Comissão.

Artigo III-246.º (ex-n.º 2 do artigo 213.º)

Os membros da Comissão abster-se-ão de praticar qualquer acto incompatível com a natureza das suas funções. Os Estados-Membros comprometem-se a respeitar este princípio e a não procurar influenciar os membros da Comissão no exercício das suas funções.

Enquanto durarem as suas funções, os membros da Comissão não podem exercer qualquer outra actividade profissional, remunerada ou não. Além disso, assumirão, no momento da posse, o compromisso solene de respeitar, durante o exercício das suas funções e após a cessação destas, os deveres decorrentes do cargo, nomeadamente os de honestidade e discrição, relativamente à aceitação, após aquela cessação, de determinadas funções ou benefícios. Se estes deveres não forem respeitados, pode o Tribunal de Justiça, a pedido do Conselho ou da Comissão, conforme o caso, ordenar a demissão compulsiva do membro em causa, nos termos do [artigo III – 248.º], ou a perda do seu direito a pensão ou de quaisquer outros benefícios que a substituam.

Artigo III-247.º (ex-artigo 215.º)

1. Para além das substituições normais e dos casos de morte, as funções de membro da Comissão cessam individualmente por demissão voluntária ou compulsiva. Um membro da Comissão apresenta a sua demissão se o Presidente lho pedir, após aprovação pelo colégio.

(Processos de substituição do Presidente ou de um membro da Comissão)

Artigo III-248.º (ex-artigo 216.º)

Qualquer membro da Comissão que deixe de preencher os requisitos necessários ao exercício das suas funções ou tenha cometido falta grave pode ser demitido pelo Tribunal de Justiça, a pedido do Conselho, deliberando por maioria simples ou da Comissão.

Artigo III-249.º (ex-artigo 217.º)

As responsabilidades que incumbem à Comissão são estruturadas e distribuídas entre os seus membros pelo Presidente, sob reserva do n.º 3 do artigo I-27.º da Constituição. O Presidente pode alterar a distribuição dessas responsabilidades no decurso do mandato. Os membros da Comissão exercem as funções que lhes foram atribuídas pelo Presidente sob a responsabilidade deste.

Artigo III-250.º (novo)

(Outras disposições relativas à Comissão)

Artigo III-251.º (ex-artigo 218.º)

A Comissão aprova o seu regulamento interno, de forma a garantir o seu próprio funcionamento e o dos seus serviços. A Comissão assegura a publicação desse regulamento interno.

Artigo III-252.º (ex-artigo 219.º)

As deliberações da Comissão são tomadas por maioria dos membros que a compõem. O regulamento interno fixa o quórum.

Artigo III-253.º (ex-artigo 212.º)

A Comissão publica anualmente, pelo menos um mês antes da abertura da sessão do Parlamento Europeu, um relatório anual sobre a autoridade da União.

Subsecção 5 TRIBUNAL DE JUSTIÇA

VER DOCUMENTO CONV 734/03

Subsecção 6 TRIBUNAL DE CONTAS

Artigo III-286.º (ex-artigo 248.º)

1. O Tribunal de Contas examina as contas da totalidade das receitas e despesas da União. O Tribunal de Contas examina igualmente as contas da totalidade das receitas e despesas de qualquer organismo criado pela União, na medida em que o respectivo acto constitutivo não exclua esse exame.

O Tribunal de Contas envia ao Parlamento Europeu e ao Conselho uma declaração sobre a fiabilidade das contas e a regularidade e legalidade das operações a que elas se referem, que será publicada no *Jornal Oficial da União Europeia*. Essa declaração pode ser completada por apreciações específicas sobre cada domínio importante da actividade da União.

2. O Tribunal de Contas examina a legalidade e a regularidade das receitas e despesas e garante a boa gestão financeira. Ao fazê-lo, assinalará, em especial, quaisquer irregularidades.

A fiscalização das receitas efectua-se com base na verificação dos créditos e dos pagamentos feitos à União.

A fiscalização das despesas efectua-se com base nas autorizações e nos pagamentos.

Estas fiscalizações podem ser efectuadas antes do encerramento das contas do exercício orçamental em causa.

3. A fiscalização é feita com base em documentos e, se necessário, nas próprias instalações das outras Instituições, nas instalações de qualquer organismo que efectue a gestão de receitas ou despesas em nome da União, e nos Estados-Membros, inclusivamente nas instalações de qualquer pessoa singular ou colectiva beneficiária de pagamentos provenientes do orçamento. A fiscalização nos Estados-Membros é feita em colaboração com as instituições de fiscalização nacionais ou, se estas para isso não tiverem competência, com os serviços nacionais competentes. O Tribunal de Contas e as instituições de fiscalização nacionais dos Estados-Membros cooperarão num espírito de confiança, mantendo embora a respectiva independência. Estas instituições ou serviços darão a conhecer ao Tribunal de Contas a sua intenção de participar na fiscalização.

Todos os documentos ou informações necessários ao desempenho das funções do Tribunal de Contas ser-lhe-ão comunicados, a seu pedido, pelas outras Instituições, pelos organismos que efectuem a gestão de receitas ou despesas em nome da União, pelas pessoas singulares ou colectivas beneficiárias de pagamentos provenientes do orçamento e pelas instituições de fiscalização nacionais ou, se estas não tiverem competência para o efeito, pelos serviços nacionais competentes.

No que respeita à actividade de gestão de despesas e receitas da União exercida pelo Banco Europeu de Investimento, o direito de acesso do Tribunal às informações detidas pelo Banco será regido por um acordo celebrado entre o Tribunal, o Banco e a Comissão. Na ausência de um acordo, o Tribunal terá, contudo, acesso às informações necessárias para efectuar a fiscalização das despesas e receitas da União geridas pelo Banco.

4. O Tribunal de Contas elabora um relatório anual após o encerramento de cada exercício. Este relatório é transmitido às outras Instituições e publicado no Jornal Oficial da União Europeia, acompanhado das respostas das referidas Instituições às observações do Tribunal de Contas.

O Tribunal de Contas pode ainda, em qualquer momento, apresentar observações, nomeadamente sob a forma de relatórios especiais, sobre determinadas questões e formular pareceres a pedido de uma das outras Instituições.

O Tribunal de Contas adopta os relatórios anuais, os relatórios especiais ou os pareceres, por maioria dos membros que o compõem. Todavia, pode criar secções para adoptar determinadas categorias de relatórios ou de pareceres nas condições previstas no seu regulamento interno.

O Tribunal de Contas assiste o Parlamento Europeu e o Conselho no exercício da respectiva função de controlo da execução do orçamento.

O Tribunal de Contas aprova o seu regulamento interno. O Tribunal de Contas delibera após aprovação do Conselho.

Artigo III-287.º (ex-artigo 247.º)

1. Os membros do Tribunal de Contas serão escolhidos de entre personalidades que pertençam ou tenham pertencido, nos respectivos países, a instituições de fiscalização externa ou que possuam uma qualificação especial para essa função. Devem oferecer todas as garantias de independência.
2. Os membros do Tribunal de Contas são nomeados por um período de seis anos e podem ser nomeados de novo. O Conselho aprova, por iniciativa própria, uma decisão que fixa a lista dos membros estabelecida em conformidade com as propostas apresentadas por cada Estado-Membro. O Conselho delibera após consulta ao Parlamento Europeu.

Os membros do Tribunal de Contas designam de entre si, por um período de três anos, o seu Presidente, que pode ser reeleito.

3. Os membros do Tribunal de Contas exercerão as suas funções com total independência, no interesse geral da União.

No cumprimento dos seus deveres, não solicitarão nem aceitarão instruções de nenhum Governo ou qualquer outra entidade. Os membros da Comissão abster-se-ão de praticar qualquer acto incompatível com a natureza das suas funções.

4. Enquanto durarem as suas funções, os membros do Tribunal de Contas não podem exercer qualquer outra actividade profissional, remunerada ou não. Além disso, assumirão, no momento da posse, o compromisso solene de respeitar, durante o exercício das suas funções e após a cessação destas, os deveres decorrentes do cargo, nomeadamente os de honestidade e discrição, relativamente à aceitação, após aquela cessação, de determinadas funções ou benefícios.
5. Para além das substituições normais e dos casos de morte, as funções dos membros do Tribunal de Contas cessam individualmente por demissão voluntária ou compulsiva declarada pelo Tribunal de Justiça, nos termos do n.º 7.

O membro em causa será substituído pelo tempo que faltar para o termo do período de exercício das suas funções.

Salvo no caso de demissão compulsiva, os membros do Tribunal de Contas permanecem em funções até serem substituídos.

6. Os membros do Tribunal de Contas só podem ser afastados das suas funções, ou privados do direito a pensão ou de quaisquer outros benefícios que a substituam, se o Tribunal de Justiça declarar verificado, a pedido do Tribunal de Contas, que deixaram de corresponder às condições exigidas ou de cumprir os deveres decorrentes do cargo.

SECÇÃO 2

ÓRGÃOS CONSULTIVOS DA UNIÃO

Subsecção 1 COMITÉ DAS REGIÕES

Artigo III-288.º (ex-artigo 263.º)

(Composição do Comité das Regiões)

Os membros do Comité, bem como igual número de suplentes, são nomeados por cinco anos e podem ser reconduzidos nas suas funções. O Conselho adopta, por iniciativa própria, a decisão europeia que fixa a lista dos membros efectivos e suplentes estabelecida em conformidade com as propostas apresentadas por cada Estado-Membro. O mandato dos membros do Comité cessa automaticamente no termo do mandato, referido no primeiro parágrafo, em virtude do qual foram propostos, sendo substituídos pelo período remanescente do mandato no Comité de acordo com o mesmo processo. Nenhum membro do Comité pode ser simultaneamente membro do Parlamento Europeu.

Artigo III-289.º (ex-artigo 264.º)

O Comité das Regiões designa, de entre os seus membros, o Presidente e a Mesa, por um período de dois anos e meio.

O Comité estabelece o seu regulamento interno.

O Comité é convocado pelo Presidente, a pedido do Parlamento Europeu, do Conselho ou da Comissão. Pode igualmente reunir-se por iniciativa própria.

Artigo III-290.º (ex-artigo 265.º)

O Comité das Regiões será consultado pelo Parlamento Europeu, pelo Conselho ou pela Comissão nos casos previstos na Constituição e em todos os outros casos, nomeadamente aqueles que digam respeito à cooperação transfronteiriça, em que uma destas Instituições o considere oportuno.

O Parlamento Europeu, o Conselho ou a Comissão, se o considerarem necessário, fixam ao Comité um prazo para a apresentação do seu parecer, que não pode ser inferior a um mês a contar da data da comunicação para esse efeito enviada ao Presidente. Decorrido o prazo fixado sem que tenha sido recebido o parecer, pode prescindir-se deste.

Sempre que o Comité Económico e Social seja consultado ao abrigo do [artigo 262.º], o Comité das Regiões será informado pelo Parlamento Europeu, pelo Conselho ou pela Comissão desse pedido de parecer. Sempre que considerar que estão em causa interesses regionais específicos, o Comité das Regiões pode emitir parecer a esse respeito. Sempre que o considerar oportuno, pode emitir parecer por iniciativa própria.

O parecer do Comité, bem como um relatório das deliberações, serão transmitidos ao Parlamento Europeu, ao Conselho e à Comissão.

Subsecção 2 COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL

Artigo III-291.º (ex-artigo 258.º)

(Composição do Comité Económico e Social)

Artigo III-292.º (ex-artigo 259.º)

Os membros do Comité são nomeados por cinco anos e podem ser reconduzidos nas suas funções. O Conselho adopta, por iniciativa própria, a decisão europeia que fixa a lista dos membros estabelecida em conformidade com as propostas apresentadas por cada Estado-Membro.

O Conselho deliberará após consulta à Comissão, podendo obter o parecer das organizações europeias representativas dos diferentes sectores económicos e sociais interessados nas actividades da União.

Artigo III-293.º (ex-artigo 260.º)

O Comité designa, de entre os seus membros, o Presidente e a Mesa, por um período de dois anos e meio.

O Comité estabelece o seu regulamento interno.

O Comité é convocado pelo Presidente, a pedido do Parlamento Europeu, do Conselho ou da Comissão. Pode igualmente reunir-se por iniciativa própria.

Artigo III-294.º (ex-artigo 262.º)

O Comité será obrigatoriamente consultado pelo Parlamento Europeu, pelo Conselho ou pela Comissão nos casos previstos na Constituição, podendo em todos os outros casos ser consultado por estas Instituições. O Comité pode igualmente emitir parecer por iniciativa própria.

O Parlamento Europeu, o Conselho ou a Comissão, se o considerarem necessário, fixam ao Comité um prazo para a apresentação do seu parecer, que não pode ser inferior a um mês a contar da data da comunicação para esse efeito enviada ao Presidente. Decorrido o prazo fixado sem que tenha sido recebido o parecer, pode prescindir-se deste.

O parecer do Comité e o da secção especializada, bem como um relatório das deliberações, serão transmitidos ao Parlamento Europeu, ao Conselho e à Comissão.

SECÇÃO 3

BANCO EUROPEU DE INVESTIMENTO

Artigo III-295.º (ex-artigo 266.º)

O Banco Europeu de Investimento goza de personalidade jurídica.

Os Estados-Membros são os membros do Banco Europeu de Investimento.

Os Estatutos do Banco Europeu de Investimento constam de um Protocolo. A lei europeia pode alterar os artigos 4.º, 11.º e 12.º e o n.º 5 do artigo 18.º dos referidos Estatutos, quer a pedido do Banco Europeu de Investimento e após consulta à Comissão, quer a pedido da Comissão e após consulta ao Banco Europeu de Investimento.

Artigo III-296.º (ex-artigo 267.º)

O Banco Europeu de Investimento tem por missão contribuir, recorrendo ao mercado de capitais e utilizando os seus próprios recursos, para o desenvolvimento equilibrado e harmonioso do mercado interno no interesse da União. Para o efeito, o Banco facilitará, mediante a concessão de empréstimos e de garantias, sem prosseguir qualquer fim lucrativo, o financiamento dos seguintes projectos, em todos os sectores da economia:

- a) Projectos para a valorização das regiões menos desenvolvidas;
- b) Projectos de modernização ou reconversão de empresas, ou de criação de novas actividades necessárias ao estabelecimento progressivo do mercado interno que, pela sua amplitude ou natureza, não possam ser inteiramente financiados pelos diversos meios existentes em cada um dos Estados-Membros;
- c) Projectos de interesse comum para vários Estados-Membros que, pela sua amplitude ou natureza, não possam ser inteiramente financiados pelos diversos meios existentes em cada um dos Estados-Membros.

No cumprimento da sua missão, o Banco facilitará o financiamento de programas de investimento em articulação com as intervenções dos fundos estruturais e dos demais instrumentos financeiros da União.

SECÇÃO 4

DISPOSIÇÕES COMUNS ÀS INSTITUIÇÕES E ÓRGÃOS DA UNIÃO

Artigo III-297.º (ex-artigo 250.º)

1. Sempre que, por força do presente Tratado, um acto do Conselho seja adoptado sob proposta da Comissão, o Conselho só pode adoptar um acto que constitua alteração dessa proposta deliberando por unanimidade, sem prejuízo do disposto [nos n.ºs 4 e 5 do artigo III- 298.º e nos artigos I –54.º e II – 306.º].
2. Enquanto o Conselho não tiver deliberado, a Comissão pode alterar a sua proposta em qualquer fase do processo conducente à adopção de um acto comunitário.

Artigo III-298.º (ex-artigo 251.º)

1. Sempre que, por força da Constituição, as leis ou as leis-quadro forem adoptadas de acordo com o processo legislativo ordinário, aplicar-se-ão as disposições a seguir enunciadas.
2. A Comissão apresenta uma proposta ao Parlamento Europeu e ao Conselho.

Primeira leitura

3. O Parlamento Europeu adopta a sua posição em primeira leitura e transmite-a ao Conselho.
4. Se o Conselho aprovar a posição do Parlamento Europeu, o acto proposto é adoptado.
5. Se o Conselho não aprovar a posição do Parlamento Europeu, adopta a sua posição em primeira leitura e transmite-a ao Parlamento Europeu.
6. O Conselho informa plenamente o Parlamento Europeu das razões que o conduziram a adoptar a sua posição em primeira leitura. A Comissão informa plenamente o Parlamento Europeu da sua posição.

Segunda leitura

7. Se, no prazo de três meses após essa transmissão, o Parlamento Europeu:
 - a) Aprovar a posição do Conselho em primeira leitura ou não se tiver pronunciado, considera-se que o acto proposto foi adoptado;
 - b) Rejeitar a posição do Conselho em primeira leitura por maioria absoluta dos membros que o compõem, considera-se que o acto proposto não foi adoptado;
 - c) Propuser emendas à posição do Conselho em primeira leitura por maioria absoluta dos membros que o compõem, o texto assim alterado é enviado ao Conselho e à Comissão, que emitirá parecer sobre essas emendas.

8. Se, no prazo de três meses após a recepção das emendas do Parlamento Europeu, o Conselho, deliberando por maioria qualificada,

- a) aprovar todas essas emendas, considera-se que o acto em causa foi adoptado;
- b) não aprovar todas as emendas, o Presidente do Conselho, de acordo com o Presidente do Parlamento Europeu, convoca o Comité de Conciliação no prazo de seis semanas.

9. O Conselho delibera por unanimidade sobre as emendas em relação às quais a Comissão tenha dado parecer negativo.

Conciliação

10. O Comité de Conciliação, que reúne os membros do Conselho ou os seus representantes e igual número de representantes do Parlamento Europeu, tem por missão chegar a acordo sobre um projecto comum, por maioria qualificada dos membros do Conselho ou dos seus representantes e por maioria dos representantes do Parlamento Europeu, no prazo de seis semanas após ter sido convocado, com base nas posições do Parlamento e do Conselho em segunda leitura.

11. A Comissão participa nos trabalhos do Comité de Conciliação e toma todas as iniciativas necessárias para promover uma aproximação das posições do Parlamento Europeu e do Conselho.

12. Se, no prazo de seis semanas após ter sido convocado, o Comité de Conciliação não aprovar um projecto comum, considera-se que o acto proposto não foi adoptado.

Terceira leitura

13. Se, dentro do mesmo prazo, o Comité de Conciliação aprovar um projecto comum, o Parlamento Europeu e o Conselho disporão cada um de um prazo de seis semanas a contar dessa aprovação para adoptar o acto em causa de acordo com o projecto comum, por maioria absoluta dos votos expressos, no caso do Parlamento Europeu, e por maioria qualificada, no caso do Conselho. Se qualquer destas duas Instituições não aprovar o projecto comum dentro do referido prazo, considera-se que o acto proposto não foi adoptado.

14. Os prazos de três meses e de seis semanas a que se refere o presente artigo serão prorrogados, respectivamente, por um mês e por duas semanas, no máximo, por iniciativa do Parlamento Europeu ou do Conselho.

15. Sempre que, nos casos especificamente previstos na Constituição, uma lei ou uma lei-quadro seja submetida ao processo legislativo ordinário sob proposta de um grupo de Estados-Membros, os n.ºs 2, 6 *in fine* e 9 não são aplicáveis.

O Parlamento Europeu e o Conselho transmitem à Comissão a proposta do grupo de Estados-Membros bem como as respectivas posições em primeira e em segunda leitura. O Parlamento Europeu ou o Conselho podem solicitar o parecer da Comissão em qualquer fase do processo. A Comissão pode igualmente emitir parecer por sua própria iniciativa. Pode ainda, se o considerar necessário, participar no Comité de Conciliação nos termos do n.º 11.

Artigo III-299.º (novo)

O Parlamento Europeu, o Conselho e a Comissão procedem a consultas recíprocas e organizam de comum acordo as modalidades da sua cooperação. Para o efeito podem, respeitando a Constituição, celebrar acordos interinstitucionais, que podem revestir-se de carácter obrigatório.

Artigo III-300.º (novo)

1. No exercício das suas atribuições, as instituições, agências e órgãos da União apoiam-se numa administração europeia aberta, eficaz e independente.
2. Sem prejuízo do disposto no artigo [III – 329.º], pode ser adoptada para o efeito uma lei europeia que fixe as disposições específicas aplicáveis.

Artigo III-301.º (novo)

1. As instituições, agências e órgãos da União reconhecem a importância da transparência dos seus trabalhos e definem nos respectivos regulamentos internos, em aplicação do artigo I – 49.º, as disposições específicas aplicáveis ao acesso do público aos documentos.
2. No que se refere ao processo legislativo, o Parlamento Europeu e o Conselho legislativo, além de se reunirem em público, asseguram a publicação dos documentos relativos a essas sessões [*alternativa*: publicam os resultados dos trabalhos, as declarações de voto, as actas e quaisquer declarações nelas inscritas].

Artigo III-302.º (ex-artigo 210.º)

O Conselho adopta decisões europeias que fixam os vencimentos, subsídios, abonos e pensões do Presidente e dos membros da Comissão, do Presidente, dos juizes, dos advogados-gerais e do secretário do Tribunal de Justiça, dos membros e do secretário do Tribunal de Primeira Instância, do Presidente e dos membros do Tribunal de Contas, e ainda dos membros do Comité Económico e Social. O Conselho fixa igualmente todos os subsídios e abonos que funcionam como remuneração.

Artigo III-303.º (ex-artigo 256.º)

Constituem título executivo os actos do Conselho, da Comissão ou do Banco Central Europeu que imponham uma obrigação pecuniária a pessoas que não sejam Estados.

A execução rege-se pelas normas de processo civil em vigor no Estado-Membro em cujo território se efectuar. A fórmula executória é aposta, sem outro controlo além da verificação da autenticidade do título, pela autoridade nacional que o Governo de cada um dos Estados-Membros designará para o efeito e de que informará a Comissão e o Tribunal de Justiça.

Após o cumprimento destas formalidades a pedido do interessado, este pode promover a execução, recorrendo directamente ao órgão competente, em conformidade com a legislação nacional.

A execução só pode ser suspensa por força de uma decisão do Tribunal de Justiça. No entanto, a fiscalização da regularidade das disposições de execução é da competência dos órgãos jurisdicionais nacionais.

TITULO VI
FUNCIONAMENTO DA UNIÃO

CAPÍTULO II
DISPOSIÇÕES FINANCEIRAS

NOTA EXPLICATIVA

Este capítulo foi redigido a partir dos artigos correspondentes do TCE, alterados à luz dos artigos sobre as finanças, que constam da Parte I da Constituição, e das conclusões do Círculo de Discussão sobre o Processo Orçamental. As principais alterações em relação ao direito actualmente em vigor são comentadas a seguir.

O artigo [III– 304.º], que completa as disposições do projecto de artigo I – 54.º, é inteiramente novo e contém regras relativas ao quadro financeiro plurianual que, de acordo com o relatório final do Círculo de Discussão sobre o Processo Orçamental, deveriam constar da Parte III da Constituição. Trata-se do seguinte:

- duração do período abrangido pelo quadro financeiro, que deverá ser de, pelo menos, cinco anos;
- fixação dos limites máximos anuais das dotações para autorizações para um número limitado de rubricas e do limite máximo anual das dotações para pagamentos. Esses limites máximos devem respeitar o limite máximo dos recursos próprios. Esta regra consta já do artigo 39.º-A da Parte I da Constituição, não sendo, portanto, necessário repeti-la aqui;
- definição das "categorias de despesas". O Círculo assinalou que as categorias de despesas não devem ser especificadas na Constituição, mas que esta deve, no entanto, prever que só um número limitado de categorias possa ser objecto de limites máximos vinculativos, sob pena de se esvaziar de conteúdo o Orçamento anual. Essa é a razão pela qual está prevista no final do n.º 2 uma definição muito flexível das categorias, que põe a tónica no seu número limitado;
- regra segundo a qual o quadro financeiro pode conter todas as outras disposições que sejam úteis para o bom desenrolar do processo orçamental anual. Só as disposições intimamente ligadas à aplicação do quadro financeiro são visadas. Esta regra limita-se a traduzir o conteúdo das actuais perspectivas financeiras;
- mecanismo para fazer frente ao eventual fracasso do processo de adopção do "quadro financeiro plurianual". O Círculo sugeriu que tal mecanismo consista na prorrogação do último ano do "quadro financeiro" anterior. Esse mecanismo é indispensável, uma vez que o quadro financeiro deverá constituir o quadro vinculativo do processo orçamental anual;
- obrigação de as instituições, por seu lado, envidarem todos os esforços para o processo ser bem sucedido. O n.º 5 tem por objectivo manter a ideia da negociação interinstitucional no processo de decisão.

O Praesidium não considerou necessário prever uma disposição que permita alterar o quadro financeiro plurianual, na medida em que essa alteração ficaria sujeita, tal como sugerido pelo Círculo, a um processo idêntico ao previsto para a adopção do quadro.

O artigo III – 305.º retoma o n.º 1 do artigo 272.º do TCE actual.

O artigo III – 306.º descreve o processo orçamental de acordo com as modalidades indicadas no relatório final do Círculo de Discussão sobre o Processo Orçamental:

- a iniciativa cabe à Comissão, que já não apresenta um anteprojecto de orçamento, mas sim um projecto. Todavia, na opinião do Círculo, tal não deverá condicionar à partida as regras de votação no Conselho. Aqui, como no caso do quadro financeiro plurianual, há que prever uma excepção às consequências, em termos de maiorias exigidas no Conselho, da iniciativa da Comissão actualmente referida no artigo 250.º do TCE. Entretanto, a regra de votação no Conselho (maioria qualificada) é expressamente indicada ao longo de todo o processo, a fim de evitar quaisquer riscos de confusão;
- foi suprimida a distinção processual entre despesas obrigatórias e não obrigatórias. Segundo o relatório final do Círculo, essa supressão fica subordinada ao reforço da disciplina orçamental através da formalização do quadro financeiro na Constituição (artigo I – 54.º) e, em especial, à inclusão do princípio segundo o qual a autoridade orçamental e a Comissão velam pela disponibilidade dos meios financeiros necessários para permitir que a União cumpra as suas obrigações jurídicas para com terceiros, constante do projecto de artigo 12.º infra;
- a duração do processo deverá poder ser reduzida: o projecto de orçamento será apresentado o mais tardar até 1 de Setembro e deverá ser adoptado até ao fim do ano;
- trata-se de um processo ad hoc inspirado no processo legislativo ordinário simplificado:
 - a. Haveria uma única leitura em cada Instituição, tendo-se verificado divergências de opinião quanto à ordem dessas leituras;
 - b. Em caso de divergência entre o Parlamento Europeu e o Conselho, é convocado um Comité de Conciliação, composto segundo o modelo do actual processo de co-decisão, para tentar negociar um projecto comum.

No que se refere ao mecanismo destinado a resolver os casos em que uma das Instituições rejeite o projecto comum do Comité de Conciliação, ou não tenha conseguido adoptar um projecto comum, o Praesidium, de entre as opções propostas pelo Círculo de discussão, preferiu a que se inspira no processo actual relativo às despesas não obrigatórias, em que o Parlamento tem a última palavra, com a exigência de uma maioria reforçada.

O artigo III – 307.º diz respeito ao sistema de duodécimos provisórios. Foi adaptado às alterações do processo orçamental. Foi suprimida a distinção processual consoante os duodécimos digam respeito a despesas obrigatórias ou não obrigatórias, o que permitiu simplificar consideravelmente este artigo.

O artigo III – 308.º reproduz, no essencial, o actual artigo 271.º do TCE.

O artigo III – 309.º retoma o artigo 274.º com algumas alterações (nomeadamente o novo segundo parágrafo), as quais têm por objectivo permitir que se tenha mais em conta as responsabilidades partilhadas no tocante à execução do Orçamento, implicando mais os Estados-Membros. O último parágrafo do artigo deveria antes figurar na lei adoptada com base no artigo III – 314.º.

O artigo III – 310.º adita ao texto do artigo 275.º actual um segundo parágrafo novo, que dá resposta a um pedido do Círculo de Discussão sobre o Processo Orçamental com o objectivo de reforçar o controlo democrático sobre a execução do Orçamento.

Quanto ao artigo III – 311.º, a única alteração em relação ao artigo 276.º do TCE é a inclusão do "relatório de avaliação" referido no projecto de artigo III – 310.º supra entre os elementos a ter em conta pelo Parlamento Europeu e pelo Conselho no quadro da quitação

A referência ao euro no artigo III – 312.º foi introduzida na sequência do relatório do Grupo de Peritos dos Serviços Jurídicos de 13 de Março de 2003. Há também que aditar uma referência ao quadro financeiro plurianual que também deve ser estabelecido em euros.

O artigo III – 313.º reproduz o artigo 278.º

O Praesidium adaptou o artigo III – 314.º [ex-artigo 279.º] ao Título sobre os instrumentos da Parte I da Constituição.

Quanto ao artigo III – 315.º, há que recordar que o Círculo de Discussão sobre o Processo Orçamental subordinou a supressão da distinção entre despesas obrigatórias e não obrigatórias à inclusão na Constituição do princípio segundo o qual a autoridade orçamental e a Comissão velam pela disponibilidade dos meios financeiros necessários às despesas que permitam à União cumprir as suas obrigações jurídicas para com terceiros. Trata-se, em definitivo, de reconhecer expressamente o conceito de despesas juridicamente obrigatórias. O termo "terceiros" inclui não só os Estados terceiros, mas também as pessoas singulares ou colectivas em relação às quais a União tiver assumido obrigações jurídicas.

O artigo III – 316.º dá resposta à preocupação expressa pelo Círculo de Discussão sobre o Processo Orçamental de formalizar, no âmbito do novo processo orçamental, os processos informais de negociação e concertação existentes na prática, a fim de preservar a cultura de colaboração estabelecida entre as Instituições ao longo da última década.

O Praesidium propõe que o mecanismo do trólogo, que reúne os presidentes das três Instituições: Parlamento, Conselho e Comissão, seja formalizado, mas de modo flexível. Poderia ser confiada à Comissão, na sua qualidade de iniciadora do processo, mas também de mediadora entre o Parlamento e o Conselho, a tarefa de convocar o trólogo nos momentos adequados, para fazer avançar os processos orçamentais – o anual e também o do quadro financeiro plurianual. Este artigo reproduz o texto do actual artigo 280.º do TCE.

O n.º 4 do artigo III – 317.º foi adaptado ao projecto de artigos 24.º e seguintes, bem como ao projecto de título sobre o espaço de liberdade, de segurança e de justiça.

PROJECTO DE TEXTOS

SECÇÃO 1

QUADRO FINANCEIRO PLURIANUAL

Artigo III – 304.º (novo)

1. O quadro financeiro plurianual é estabelecido por um período de, pelo menos, cinco anos, de acordo com o artigo [I-54.º].
2. O quadro financeiro fixa os montantes dos limites máximos anuais das dotações para autorizações por categoria de despesa e do limite máximo anual das dotações para pagamentos. As categorias de despesas, em número limitado, correspondem aos grandes sectores de actividade da União.
3. O quadro financeiro prevê todas as outras disposições que sejam úteis para o bom desenrolar do processo orçamental anual.
4. Se a lei europeia do Conselho que fixa um novo quadro financeiro não tiver sido adoptada no final quadro financeiro precedente, os limites máximos e outras disposições correspondentes ao último ano deste quadro são prorrogados até à adopção da nova lei.
5. Durante todo o processo que conduz à adopção do quadro financeiro plurianual, o Parlamento, o Conselho e a Comissão tomam todas as medidas necessárias para facilitar a consecução do processo.

SECÇÃO 2

ORÇAMENTO ANUAL DA UNIÃO

Artigo III – 305.º [ex-artigo 272.º]

O exercício orçamental tem início em 1 de Janeiro e termina em 31 de Dezembro.

Artigo III – 306.º [ex-artigo 272.º]

A lei europeia que fixa o Orçamento anual da União é adoptada em conformidade com as seguintes disposições:

1. Cada Instituição elaborará, antes de 1 de Julho, uma previsão das suas despesas. A Comissão reunirá essas previsões num projecto de orçamento, juntando-lhe um parecer que pode incluir previsões divergentes.

O projecto compreenderá uma previsão das receitas e uma previsão das despesas.

A Comissão poderá alterar o projecto de orçamento durante o processo, até à convocação do Comité de Conciliação referido no n.º 5.

2. A Comissão deverá submeter à apreciação do Parlamento Europeu e do Conselho o projecto de orçamento, o mais tardar até 1 de Setembro do ano que antecede o da execução do Orçamento.

3. O Conselho definirá a sua posição sobre o projecto de orçamento e transmiti-lo-á ao Parlamento Europeu, o mais tardar até 1 de Outubro do ano que antecede o da execução do Orçamento. O Conselho informará plenamente o Parlamento Europeu das razões que o levaram a definir a sua posição.

4. Se, no prazo de quarenta dias após essa transmissão, o Parlamento Europeu:

- a) Tiver aprovado a posição do Conselho ou não se tiver pronunciado, a lei do Orçamento considerar-se-á adoptada;
- b) Tiver proposto, por maioria dos membros que o compõem, alterações à posição do Conselho, o texto assim alterado será transmitido ao Conselho e à Comissão. O Presidente do Parlamento Europeu, de acordo com o Presidente do Conselho, convocará imediatamente o Comité de Conciliação.

O Comité de Conciliação não se reunirá se, num prazo de dez dias, o Conselho comunicar ao Parlamento Europeu que aprova todas as suas alterações.

5. O Comité de Conciliação, que reúne os membros do Conselho ou os seus representantes e o mesmo número de representantes do Parlamento Europeu, tem por missão chegar a acordo sobre um projecto comum, por maioria qualificada dos membros do Conselho ou dos seus representantes e por maioria dos representantes do Parlamento Europeu, num prazo de vinte e um dias a contar da sua convocação, com base nas posições do Parlamento Europeu e do Conselho.

6. A Comissão participa nos trabalhos do Comité de Conciliação e toma todas as iniciativas necessárias para promover uma aproximação das posições do Parlamento Europeu e do Conselho.

7. Se, no prazo de vinte e um dias após a sua convocação, o Comité de Conciliação aprovar um projecto comum, o Parlamento Europeu e o Conselho dispõem cada um de um prazo de catorze dias a contar dessa aprovação para adoptar o projecto comum, por maioria dos votos expressos, no que respeita ao Parlamento Europeu, e por maioria qualificada no que se refere ao Conselho.

8. Se, no prazo de vinte e um dias, o Comité de Conciliação não aprovar um projecto comum ou se o Conselho o rejeitar, o Parlamento Europeu poderá, num prazo de catorze dias, deliberando por maioria dos membros que o compõem e três quintos dos votos expressos, confirmar as suas alterações. Se a alteração do Parlamento Europeu não for confirmada, considerar-se-á adoptada a posição do Conselho para cada rubrica orçamental que é objecto de alteração.

Se o Parlamento rejeitar o projecto comum por maioria dos membros que o compõem e três quintos dos votos expressos, pode solicitar que seja apresentado um novo projecto.

9. Terminado o processo previsto no presente artigo, o Presidente do Parlamento Europeu declarará verificado que a lei do Orçamento se encontra definitivamente adoptada.

Artigo III – 307.º [ex-artigo 273.º]

1. Na ausência de uma lei do Orçamento no início de um exercício orçamental, as despesas podem ser efectuadas mensalmente, por capítulo ou segundo outra subdivisão, em conformidade com a lei europeia referida no [artigo III – 314.º (ex-279.º)], até ao limite de um duodécimo das dotações inscritas na lei do Orçamento do exercício anterior. Esta medida não pode ter por efeito colocar à disposição da Comissão dotações superiores ao duodécimo das previstas no projecto de orçamento em análise.

2. O Conselho, sob proposta da Comissão, e na observância das outras condições previstas no n.º 1, pode adoptar uma decisão europeia que autorize despesas superiores ao referido duodécimo. O Conselho transmitirá imediatamente a sua decisão ao Parlamento Europeu.

Essa decisão europeia prevê, em matéria de recursos, as medidas necessárias à aplicação do presente artigo.

A decisão entra em vigor trinta dias após a sua adopção se, dentro desse prazo, o Parlamento Europeu, deliberando por maioria dos membros que o compõem, não decidir reduzir essas despesas.

Artigo III – 308.º [ex-artigo 271.º]

As dotações que não tenham sido utilizadas até ao final do exercício orçamental, exceptuando as que digam respeito às despesas de pessoal, podem transitar única e exclusivamente para o exercício seguinte, nas condições determinadas pela lei europeia referida no [artigo III – 314.º (ex-279.º)].

As dotações são especificadas em capítulos, agrupando as despesas segundo a sua natureza ou destino, e subdivididas em conformidade com a lei europeia referida no [artigo III – 314.º (ex-279.º)].

As despesas do Parlamento Europeu, do Conselho, da Comissão e do Tribunal de Justiça são objecto de partes separadas do Orçamento, sem prejuízo de um regime especial destinado a certas despesas comuns.

SECÇÃO 3

EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO E QUITAÇÃO

Artigo III – 309.º [ex-artigo 274.º]

A Comissão executa o Orçamento em cooperação com os Estados-Membros, em conformidade com a lei europeia referida no [artigo III – 314.º (ex-279.º)], sob sua própria responsabilidade e até ao limite das dotações concedidas, de acordo com o princípio da boa gestão financeira. Os Estados-Membros cooperarão com a Comissão a fim de assegurar que as dotações sejam utilizadas de acordo com os princípios da boa gestão financeira.

A lei europeia a que se refere o [artigo III – 314.º (ex-279.º)] define as obrigações de controlo e de auditoria dos Estados-Membros na execução do Orçamento, bem como as responsabilidades que delas decorrem.

A lei europeia referida no [artigo III – 314.º (ex-279.º)] define responsabilidades e normas específicas segundo as quais cada Instituição participa na execução das suas despesas próprias.

Dentro do Orçamento e dos limites e condições fixados na lei europeia referida no [artigo III – 314.º (ex-279.º)], a Comissão pode proceder a transferências de dotações, quer de capítulo para capítulo, quer de subdivisão para subdivisão.

Artigo III – 310.º [ex-artigo 275.º]

A Comissão apresentará anualmente ao Parlamento Europeu e ao Conselho as contas do exercício findo relativas às operações orçamentais. A Comissão comunicar-lhes-á, além disso, um balanço financeiro que descreva o activo e o passivo da União.

A Comissão apresentará também ao Parlamento Europeu e ao Conselho um relatório de avaliação baseado nos resultados obtidos, nomeadamente, em relação às indicações dadas pelo Parlamento Europeu e pelo Conselho nos termos do artigo [III – 311.º (n.º 3 do ex-artigo 276.º)].

Artigo III – 311.º [ex-artigo 276.º]

1. O Parlamento Europeu, sob recomendação do Conselho, dá quitação à Comissão quanto à execução do Orçamento. Para o efeito, o Parlamento Europeu examina, posteriormente ao Conselho, as contas, o balanço financeiro e o relatório de avaliação a que se refere o [artigo III – 310.º (ex- 275.º)] e o relatório anual do Tribunal de Contas, acompanhado das respostas das Instituições fiscalizadas às observações do Tribunal de Contas, a declaração de fiabilidade prevista no [n.º 1, segundo parágrafo, do artigo III – 286.º (ex-248.º)], bem como quaisquer relatórios especiais pertinentes deste Tribunal.
2. Antes de dar quitação à Comissão, ou para qualquer outro efeito relacionado com o exercício das atribuições desta Instituição em matéria de execução do Orçamento, o Parlamento Europeu pode solicitar que a Comissão seja ouvida sobre a execução das despesas ou o funcionamento dos sistemas de controlo financeiro. A Comissão apresentará ao Parlamento Europeu, a pedido deste, todas as informações necessárias.
3. A Comissão tomará todas as medidas necessárias para dar seguimento às observações que acompanham as decisões de quitação e às demais observações do Parlamento Europeu sobre a execução das despesas, bem como aos comentários que acompanhem as recomendações de quitação adoptadas pelo Conselho.
4. A pedido do Parlamento Europeu ou do Conselho, a Comissão apresentará um relatório sobre as medidas tomadas em função dessas observações e comentários, e nomeadamente sobre as instruções dadas aos serviços encarregados da execução do Orçamento. Esses relatórios serão igualmente enviados ao Tribunal de Contas.

SECÇÃO 4

DISPOSIÇÕES COMUNS

Artigo III – 312.º [ex-artigo 277.º]

O quadro financeiro plurianual e o Orçamento anual são estabelecidos em euros.

Artigo III – 313.º [ex-artigo 278.º]

Desde que informe do facto as autoridades competentes dos Estados-Membros interessados, a Comissão pode transferir para a moeda de um dos Estados-Membros os haveres que detenha na moeda de outro Estado-Membro, na medida em que se torne necessário utilizar tais haveres para os fins previstos na Constituição. A Comissão evitará, na medida do possível, proceder a tais transferências, caso detenha haveres disponíveis ou realizáveis nas moedas de que necessita.

A Comissão comunica com cada um dos Estados-Membros em questão por intermédio da autoridade por estes designada. Na execução das operações financeiras, a Comissão recorrerá ao Banco emissor do Estado-Membro interessado ou a qualquer outra instituição financeira por este aprovada.

Artigo III – 314.º [ex-artigo 279.º]

1. A lei europeia:
 - a) Determina as regras financeiras que fixam, nomeadamente, as modalidades relativas à elaboração e execução do Orçamento e à prestação e fiscalização das contas;
 - b) Determina as regras relativas à responsabilidade dos auditores financeiros, dos gestores orçamentais e dos contabilistas, assim como ao seu controlo.

A lei europeia é adoptada após consulta ao Tribunal de Contas.

2. Por regulamento do Conselho, adoptado sob proposta da Comissão, são definidas as modalidades e o processo segundo os quais as receitas orçamentais previstas no regime dos recursos próprios da União são colocadas à disposição da Comissão, bem como as medidas a aplicar para fazer face, se necessário, às necessidades de tesouraria. O Conselho delibera após o Parlamento Europeu e o Tribunal de Contas terem emitido parecer.
3. O Conselho delibera por unanimidade até 1 de Janeiro de 2007 em todos os casos a que se refere o presente artigo.

Artigo III – 315.º (novo)

O Parlamento Europeu, o Conselho e a Comissão velarão pela disponibilidade dos meios financeiros que permitam à União cumprir as suas obrigações jurídicas para com terceiros.

Artigo III – 316.º (novo)

Por iniciativa da Comissão, serão convocados encontros regulares entre os Presidentes do Parlamento Europeu, do Conselho e da Comissão, no quadro dos processos orçamentais referidos no presente Capítulo. Os Presidentes tomarão todas as medidas necessárias para promover a concertação e a aproximação das posições das Instituições, a fim de facilitar a aplicação das disposições do presente Capítulo.

SECÇÃO 5

LUTA CONTRA A FRAUDE

Artigo III – 317.º (ex-artigo 280.º)

1. A União e os Estados-Membros combaterão a fraude e quaisquer outras actividades ilegais lesivas dos interesses financeiros da União, por meio de medidas a adoptar ao abrigo do presente artigo. Essas medidas terão um efeito dissuasor e proporcionarão uma protecção efectiva nos Estados-Membros.
2. Para combater a fraude lesiva dos interesses financeiros da União, os Estados-Membros tomarão disposições análogas às que tomarem para combater a fraude lesiva dos seus próprios interesses financeiros.
3. Sem prejuízo de outras disposições da Constituição, os Estados-Membros coordenarão as respectivas acções no sentido de defender os interesses financeiros da União contra a fraude. Para o efeito, organizarão, em conjunto com a Comissão, uma colaboração estreita e regular entre as autoridades competentes.
4. A lei ou a lei-quadro europeia fixarão as medidas necessárias nos domínios da prevenção e combate da fraude lesiva dos interesses financeiros da União, tendo em vista proporcionar uma protecção efectiva e equivalente nos Estados-Membros. A lei e a lei-quadro europeia serão adoptadas após consulta ao Tribunal de Contas.
5. A Comissão, em cooperação com os Estados-Membros, apresentará anualmente ao Parlamento Europeu e ao Conselho um relatório sobre as medidas e disposições adoptadas em aplicação do presente artigo.

NOVAS BASES JURÍDICAS

NOTA EXPLICATIVA

O projecto de artigos em matéria de competências implica que se estabeleçam algumas bases jurídicas novas.

Trata-se das seguintes bases jurídicas (constantes do Anexo 1):

- Desporto: alteração do artigo [ex-149.º] relativo à educação;
- Energia: novo artigo a inserir no Capítulo "Políticas noutros domínios específicos";
- Protecção civil: novo artigo a inserir no Capítulo "Domínios em que a União pode decidir conduzir uma acção de apoio"; este artigo é acompanhado da cláusula de solidariedade da Parte I da Constituição e da base jurídica correspondente da Parte III;
- Propriedade intelectual: novo artigo a inserir no Capítulo "Mercado interno";
- Cooperação administrativa: novo artigo a inserir no Capítulo "Domínios em que a União pode decidir conduzir uma acção de apoio";
- Espaço: novo artigo a inserir na secção "Investigação e desenvolvimento tecnológico".

PROJECTO DE TEXTOS

DESPORTO

Capítulo V

Educação, formação profissional, juventude e desporto

Artigo [ex-149.º]

1. A União contribuirá para o desenvolvimento de uma educação de qualidade, incentivando a cooperação entre Estados-Membros e, se necessário, apoiando e completando a sua acção, respeitando integralmente a responsabilidade dos Estados-Membros pelo conteúdo do ensino e pela organização do sistema educativo, bem como a sua diversidade cultural e linguística.

A União contribuirá para a promoção da dimensão europeia do desporto, tendo em conta a sua função social e educativa.

2. A acção da União tem por objectivos:

- Desenvolver a dimensão europeia na educação, nomeadamente através da aprendizagem e divulgação das línguas dos Estados-Membros;
- Incentivar a mobilidade dos estudantes e dos professores, nomeadamente através do incentivo ao reconhecimento académico de diplomas e períodos de estudo;
- Promover a cooperação entre estabelecimentos de ensino;
- Desenvolver o intercâmbio de informações e experiências sobre questões comuns aos sistemas educativos dos Estados-Membros;
- Incentivar o desenvolvimento do intercâmbio de jovens e animadores sócio-educativos;
- Estimular o desenvolvimento da educação à distância;
- **Desenvolver a dimensão europeia do desporto, promovendo a equidade das competições e a cooperação entre os organismos desportivos e protegendo a integridade física e moral dos desportistas, designadamente dos jovens desportistas.**

3. A União e os Estados-Membros incentivarão a cooperação com países terceiros e com as organizações internacionais competentes em matéria de educação, especialmente com o Conselho da Europa.

4. Para contribuir para a realização dos objectivos a que se refere o presente artigo:
- a) a lei ou lei-quadro europeia definirá acções de incentivo, com exclusão de qualquer harmonização das disposições legislativas e regulamentares dos Estados-Membros. A lei ou lei-quadro europeia será adoptada após consulta ao Comité Económico e Social e ao Comité das Regiões;
 - b) O Conselho, sob proposta da Comissão, adoptará recomendações.

Observações:

O Praesidium decidiu criar uma base jurídica explícita para o desporto. Afigura-se conveniente que seja aditada uma referência explícita ao desporto no artigo 149.º, respeitante à educação e à juventude, dado que o desporto é um aspecto deste domínio mais vasto.

Como a livre circulação dos desportistas se encontra abrangida pelas disposições sobre o mercado interno, convém que nos limitemos, neste ponto, à dimensão "transfronteiras" que justifica uma acção a nível europeu.

Novo artigo

(a inserir no Capítulo "Políticas noutros domínios específicos")

1. No âmbito da realização do mercado interno, e tendo em conta a exigência de preservação e melhoria do ambiente, a política da União no domínio da energia tem por objectivos:

- a) Assegurar o funcionamento do mercado da energia,**
- b) Assegurar a segurança do abastecimento energético da União e**
- c) Promover a eficiência energética e as economias de energia, bem como o desenvolvimento de energias novas e renováveis.**

2. A lei ou lei-quadro definirá as medidas necessárias para a realização dos objectivos a que se refere o n.º 1. A lei ou lei-quadro será adoptada após consulta ao Comité das Regiões e ao Comité Económico e Social.

3. A referida lei não afecta a escolha de um Estado-Membro entre diferentes fontes de energia e a estrutura geral do seu abastecimento energético. Essas medidas serão adoptadas nos termos do artigo [alínea c) do n.º 2 do ex-artigo 175.º].

Observações:

- 1. O projecto de texto proposto para a base jurídica relativa à energia destina-se a abranger, com o n.º 1, numa redacção bastante ampla, o tipo de medidas até agora adoptadas, sem entrar em pormenores não desejáveis.*
- 2. O n.º 2 prevê o recurso ao processo legislativo ordinário para as medidas abrangidas pelos objectivos do n.º 1. São mencionadas as medidas que afectam sensivelmente a escolha de um Estado-Membro entre diferentes fontes de energia e a estrutura geral do seu abastecimento energético, que são adoptadas, de acordo com um processo legislativo especial, pelo Conselho, por unanimidade e após consulta ao Parlamento Europeu, em conformidade com a alínea c) do n.º 2 do ex-artigo 175.º.*

**Novo artigo
(a inserir no Capítulo "Domínios de acção de apoio")**

1. A União incentiva a cooperação entre os Estados-Membros a fim de reforçar a eficácia dos sistemas de prevenção e de protecção contra as catástrofes naturais ou de origem humana no interior da União.

A acção da União tem por objectivos:

- **Apoiar e completar a acção dos Estados-Membros a nível nacional, regional e local em matéria de prevenção de riscos, de preparação dos intervenientes da protecção civil nos Estados-Membros e de intervenção em caso de catástrofe natural ou de origem humana;**
- **Promover uma cooperação operacional rápida e eficaz entre os serviços nacionais de protecção civil;**
- **Favorecer a coerência das acções empreendidas a nível internacional em matéria de protecção civil.**

2. A lei ou a lei-quadro define as medidas necessárias para a realização dos objectivos a que se refere o n.º 1.

Observações:

Este projecto de artigo deve ser visto à luz da cláusula de solidariedade inserida na Constituição, no artigo I-42.º, bem como das disposições de execução constantes da Parte III.

O projecto de texto de base jurídica para a protecção civil destina-se a dar à acção da União um carácter adequado ao tipo de competência (domínio de apoio), conferindo-lhe simultaneamente substância.

À luz dos muitos pedidos dos Convencionais, propõe-se a reinserção da assistência mútua em caso de catástrofe natural e tecnológica na cláusula de solidariedade (Partes I e III). A consequência desta dupla abordagem é a seguinte:

- *No que respeita à acção normal de prevenção e à criação de um quadro para a cooperação dos serviços nacionais de protecção civil, recorrer-se-á ao processo legislativo ordinário (mas com exclusão de medidas de harmonização);*
- *Quanto à assistência mútua entre Estados-Membros com os meios nacionais, civis ou militares, será coordenada no âmbito do Conselho e as estruturas da PESD (nomeadamente o Comité Militar e o Estado-Maior Militar) poderão dar o seu contributo. Tendo em conta o recurso aos meios militares, está previsto um papel para o Ministro dos Negócios Estrangeiros.*

Adiante se reproduzem, pro memoria, os artigos I-42.º e III-226.º relativos à cláusula de solidariedade:

"Artigo I-42.º: Cláusula de solidariedade"

1. *A União e os seus Estados-Membros actuarão em conjunto, num espírito de solidariedade, se um Estado-Membro for objecto de um ataque terrorista ou de uma catástrofe natural ou de origem humana. A União mobilizará todos os instrumentos ao seu dispor, incluindo os meios militares postos à sua disposição pelos Estados-Membros, para:*
 - a) – *Prevenir a ameaça terrorista no território dos Estados-Membros;*
 - *Proteger as instituições democráticas e a população civil de um eventual ataque terrorista;*
 - *Prestar assistência a um Estado-Membro no seu território, a pedido das suas autoridades políticas, em caso de ataque terrorista;*
 - b) – *Prestar assistência a um Estado-Membro no seu território, a pedido das suas autoridades políticas, em caso de catástrofe.*
2. *As modalidades de execução da presente disposição constam do artigo [...] da Parte III, Título B, da Constituição.*

Artigo III-226.º
(Execução da cláusula de solidariedade)

1. *Com base numa proposta conjunta do Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Comissão, o Conselho adoptará uma decisão que defina as modalidades de execução da cláusula de solidariedade a que se refere o [artigo I-42.º].*
2. *Se um Estado-Membro for objecto de um ataque terrorista ou de uma catástrofe natural ou de origem humana, os outros Estados-Membros prestar-lhe-ão assistência a pedido das autoridades políticas do Estado-Membro afectado. Para o efeito, os Estados-Membros coordenar-se-ão no quadro do Conselho.*
3. *No âmbito do presente artigo, o Conselho será assistido pelo Comité Político e de Segurança, com o apoio das estruturas desenvolvidas no âmbito da Política de Segurança e Defesa Comum, e pelo Comité previsto no [artigo III-152.º, (ex-5.º)], que lhe apresentarão, se for caso disso, pareceres conjuntos.*
4. *Para que a União possa agir eficazmente, o Conselho Europeu procederá a uma avaliação regular das ameaças com as quais a União se confronta."*

Novo artigo
(a inserir no Capítulo "Mercado Interno")

No âmbito da realização do mercado interno, a lei ou a lei-quadro europeia define as medidas necessárias para a criação de títulos europeus, com o objectivo de assegurar uma protecção uniforme dos direitos de propriedade intelectual em toda a União, e para o estabelecimento de regimes de autorização, de coordenação e de controlo centralizados a nível da União, sem prejuízo do artigo [ex-290.º].

Observações:

Tanto o relatório do Grupo de Trabalho sobre as Competências Complementares como o do Grupo de Peritos dos Serviços Jurídicos evidenciaram a conveniência de se prever uma base jurídica explícita para as acções legislativas em matéria de protecção dos direitos de propriedade intelectual. Dado que o ex-artigo 95.º permite a aproximação das legislações, sugere-se que se preveja um artigo separado que constituiria a base para a criação de "títulos europeus" (marcas, patentes, etc.) e de sistemas de autorização e de controlo centralizados. A última frase remete para o ex-artigo 290.º, que prevê a unanimidade no Conselho no que toca às questões relativas ao regime linguístico.

Novo artigo

(a inserir no Capítulo "Domínios das acções de apoio")

1. A efectiva implementação nacional da legislação da União pelos Estados-Membros, essencial para o funcionamento daquela, é considerada matéria de interesse comum.
2. A União poderá apoiar os esforços envidados pelos Estados-Membros para melhorar a sua capacidade administrativa no sentido de implementar a legislação da União. Tal acção poderá consistir nomeadamente em facilitar o intercâmbio de informações e de funcionários públicos, bem como em apoiar regimes de formação e de desenvolvimento. Nenhum Estado-Membro fica obrigado a recorrer a este apoio. Uma lei europeia definirá as medidas necessárias para o efeito.
3. O presente artigo em nada afecta a obrigação de implementar a legislação da União que incumbe aos Estados-Membros, nem as prerrogativas e deveres da Comissão. O presente artigo tão-pouco afecta as outras disposições da Constituição que prevêm a cooperação administrativa entre os Estados-Membros e entre estes e a União.

Observações:

O relatório final do Grupo de Trabalho sobre as Competências Complementares formulou a seguinte recomendação: "Deverá ser introduzida num futuro tratado uma cláusula que sublinhe o interesse comum de que se reveste a eficácia da implementação nacional da legislação da UE e que confira à União o poder de adoptar medidas de apoio destinadas a facilitar o intercâmbio de informações e de pessoas relacionadas com a administração nacional da legislação da União e a prestar apoio comunitário a programas de formação e de desenvolvimento."

A disposição em apreço põe em prática a recomendação do Grupo. Esta disposição constituiria um domínio suplementar das acções de apoio, a acrescentar aos enumerados no artigo I-16.º da Constituição.

Um dos princípios de base da União dita que a implementação e a execução da legislação da União incumbe aos Estados-Membros (salvo disposição em contrário no Tratado); a este princípio corresponde, como é óbvio, o dever que incumbe aos Estados-Membros de velar por que a administração e a execução sejam efectuadas correctamente, tanto do ponto de vista da eficácia como do ponto de vista jurídico. O n.º 1 recorda que a qualidade da administração da legislação da UE pelos Estados-Membros é matéria de interesse comum. O n.º 2 autoriza a União a adoptar medidas de apoio neste domínio, facilitando o intercâmbio de informações e de pessoas relacionadas com a administração da legislação da UE e apoiando os programas comuns de formação e de desenvolvimento. O n.º 3 sublinha que as medidas adoptadas nos termos desta base jurídica não afectam os deveres e obrigações impostos por outras disposições da Constituição.

Novo artigo

A inserir na secção "Investigação e desenvolvimento tecnológico e espaço"

- 1. A fim de favorecer o progresso científico e técnico, a competitividade industrial e a execução das suas políticas, a União definirá uma política espacial europeia. Para o efeito, poderá promover iniciativas comuns, apoiar a investigação e o desenvolvimento tecnológico e coordenará os esforços necessários para a exploração e a utilização do espaço.**
- 2. A lei ou a lei-quadro europeia define as medidas necessárias para a realização dos objectivos a que se refere o n.º 1, medidas essas que podem assumir a forma de um programa espacial europeu.**

Observações:

O n.º 1 enuncia o objectivo geral e especifica as orientações desta política, que têm por objecto a dimensão da investigação e do desenvolvimento tecnológico, mas também a dimensão da competitividade industrial e, se for caso disso, das outras políticas da União.

O n.º 2 indica a natureza e o conteúdo das acções da União neste domínio, que podem incluir a elaboração e a execução de um programa espacial europeu, sem excluir outras formas de acção (por exemplo, a cooperação internacional).

INSTRUMENTOS E PROCESSOS

Lista das bases jurídicas em que o projecto de Constituição altera o processo de adopção relativamente aos Tratados actuais

<i>Bases jurídicas cujo processo de tomada de decisão é alterado</i>	<i>Processo actual</i>
Processo legislativo ordinário	
Regras de controlo das competências de execução (Artigo I-36.º)	Unanimidade no Conselho e parecer simples do Parlamento (Artigo 202.º TCE)
Mercado interno – medidas de segurança social aplicáveis aos trabalhadores migrantes comunitários (Artigo III-18.º)	Co-decisão – o Conselho delibera por unanimidade (Artigo 42.º TCE)
Exclusão, num Estado-Membro, de determinadas actividades do âmbito de aplicação das disposições relativas ao direito de estabelecimento (Artigo III-21.º, segundo parágrafo)	Maioria qualificada no Conselho (Artigo 45.º TCE, segundo parágrafo)
Coordenação das disposições legislativas, regulamentares e administrativas dos Estados-Membros respeitantes ao acesso às actividades não assalariadas e ao seu exercício no âmbito da coordenação dos princípios legislativos existentes do regime das profissões no que respeita à formação e às condições de acesso de pessoas singulares (Artigo III-23.º)	Co-decisão – o Conselho delibera por unanimidade (Artigo 47.º TCE)
Extensão do benefício das disposições relativas às prestações de serviços aos nacionais de países terceiros estabelecidos na Comunidade (Artigo III-26.º, segundo parágrafo)	Maioria qualificada no Conselho (Artigo 49.º TCE, segundo parágrafo)
Liberalização dos serviços (Artigo III-29.º)	Maioria qualificada no Conselho e parecer simples do Parlamento (Artigo 52.º TCE, n.º 1)
Adopção de outras medidas relativas aos movimentos de capitais com destino a países terceiros ou deles provenientes (Artigo III-43.º, n.º 2)	Maioria qualificada no Conselho (Artigo 57.º TCE, n.º 2)

<i>Bases jurídicas cujo processo de tomada de decisão é alterado</i>	<i>Processo actual</i>
Propriedade intelectual (Artigo III-65.º)	Unanimidade no Conselho e parecer simples do Parlamento (Artigo 308.º TCE)
Supervisão multilateral (Artigo III-68.º, n.º 6)	Processo de cooperação (Artigo 99.º TCE, n.º 5)
Atribuições do BCE (Artigo III-74.º, n.º 6)	Unanimidade no Conselho e parecer favorável (Artigo 105.º TCE, n.º 6)
Alteração do Protocolo relativo aos Estatutos do SEBC e do BCE por recomendação do BCE ou da Comissão (Artigo III-76.º, n.º 5)	Maioria qualificada ou unanimidade no Conselho e parecer favorável (Artigo 107.º TCE, n.º 5)
Medidas necessárias à utilização do Euro (Artigo III-80.º)	(<i>Novo</i>)
Política social, alíneas: d) protecção dos trabalhadores em caso de rescisão do contrato de trabalho, f) representação e defesa colectiva e g) condições de emprego dos nacionais de países terceiros (Artigo III-99.º, n.ºs 1 e 2)	Unanimidade no Conselho e parecer simples do Parlamento (Artigo 137.º TCE) <i>(De acordo com o Tratado em vigor os aspectos visados poderão ser submetidos ao processo de co-decisão na sequência de uma decisão unânime do Conselho)</i>
Fundos Estruturais e Fundo de Coesão – a partir de 2007 (Artigo III-114.º)	Maioria qualificada no Conselho a partir de 2007 (actualmente: unanimidade) e parecer favorável do Parlamento Europeu (Artigo 161.º TCE)
Aplicação das regras de concorrência à Política Agrícola Comum (Artigo III-121.º, n.º 1)	Maioria qualificada no Conselho e parecer simples do Parlamento (Artigo 37.º TCE, n.º 2)
Legislação em matéria de Política Agrícola Comum (Artigo III-122.º, n.º 2)	Maioria qualificada no Conselho e parecer simples do Parlamento (Artigo 37.º TCE, n.º 2)
Energia (Artigo III-152.º)	Unanimidade e parecer simples do Parlamento (Artigo 308.º TCE)
Controlo de pessoas nas fronteiras (Artigo III-161.º)	Unanimidade no Conselho e parecer simples do Parlamento (Artigo 67.º TCE) <i>(Co-decisão na sequência de uma decisão unânime sobre a alteração do processo)</i>
Asilo (Artigo III-162.º)	Unanimidade no Conselho e parecer simples do Parlamento (Artigo 67.º TCE)
Imigração (Artigo III-163.º)	Unanimidade no Conselho e parecer simples do Parlamento (Artigo 67.º TCE)

<i>Bases jurídicas cujo processo de tomada de decisão é alterado</i>	<i>Processo actual</i>
Cooperação judiciária em matéria penal – procedimentos, cooperação, formação e regras mínimas (Artigo III-166.º)	Unanimidade no Conselho e parecer simples do Parlamento (Artigo 31.º TUE)
Regras mínimas aplicáveis à definição de infracções e sanções em matéria de criminalidade grave (Artigo III-167.º)	Unanimidade no Conselho e parecer simples do Parlamento (Artigo 31.º TUE)
Medidas de apoio no domínio da prevenção da criminalidade (Artigo III-168.º)	Unanimidade no Conselho e parecer simples do Parlamento (Artigo 31.º TUE)
Eurojust (Artigo III-169.º)	Unanimidade no Conselho e parecer simples do Parlamento (Artigo 31.º TUE)
Cooperação policial (certos aspectos) (Artigo III-171.º, n.º 1)	Unanimidade no Conselho e parecer simples do Parlamento (Artigo 30.º TUE)
Europol (Artigo III-172.º)	Unanimidade no Conselho e parecer simples do Parlamento (Artigo 30.º TUE)
Cultura (excepto as recomendações) (Artigo III-176.º)	Co-decisão – o Conselho delibera por unanimidade (Artigo 151.º TCE)
Protecção civil (Artigo III-179.º)	Unanimidade e parecer simples do Parlamento (Artigo 308.º TCE)
Política comercial – medidas de execução (Artigo III-212.º, n.º 2)	Maioria qualificada no Conselho (Artigo 133.º TCE)
Cooperação económica, financeira e técnica com os países terceiros (Artigo III-216.º, n.º 2)	Maioria qualificada no Conselho e parecer simples do Parlamento (Artigo 181.º-A TCE)
Criação dos tribunais especializados (Artigo III-260.º)	Unanimidade no Conselho e parecer simples do Parlamento (Artigo 225.º-A TCE)
Competência do Tribunal de Justiça em matéria de propriedade industrial (Artigo III-265.º)	Unanimidade no Conselho e parecer simples do Parlamento e ratificação nacional (Artigo 229.º-A TCE)
Alteração do Estatuto do Tribunal de Justiça (excepto Título I (Artigo III-285.º)	Unanimidade no Conselho e parecer simples do Parlamento (Artigo 245.º TCE)
Alteração de alguns artigos do Protocolo relativo aos Estatutos do BEI (Artigo III-295.º, terceiro parágrafo)	Unanimidade no Conselho e parecer simples do Parlamento (Artigo 266.º TCE)

<i>Bases jurídicas cujo processo de tomada de decisão é alterado</i>	<i>Processo actual</i>
Adopção das regras financeiras – a partir de 2007 (Artigo III-314.º)	Maioria qualificada no Conselho e parecer simples do Parlamento (Artigo 279.º TCE, n.º 1)
Estabelecimento do Estatuto dos Funcionário da Comunidade Europeia e do regime aplicável aos outros agentes da União (Artigo III-329.º)	Maioria qualificada no Conselho e parecer simples do Parlamento (Artigo 283.º TCE)

Processos legislativos especiais	
Recursos próprios – modalidades (Artigo I-53.º, n.º 4) Lei do Conselho por maioria qualificada – aprovação do Parlamento	Unanimidade no Conselho – parecer simples do Parlamento – ratificações nacionais (Artigo 269.º TCE)
Quadro financeiro plurianual (Artigo I-54.º) Lei do Conselho por maioria qualificada – aprovação do Parlamento	Acordo interinstitucional
Adopção de medidas aplicáveis aos movimentos de capitais com destino a países terceiros ou deles provenientes que constituam um retrocesso no processo de liberalização previsto pelo direito comunitário (Artigo III-43.º). Lei do Conselho por unanimidade – consulta ao Parlamento	Unanimidade no Conselho sem parecer do Parlamento (Artigo 57.º TCE, n.º 2 <i>in fine</i>)
Medidas de harmonização fiscal relativas à cooperação administrativa ou à luta contra a fraude fiscal (na sequência de uma decisão unânime do Conselho) (Artigo III-59.º, n.º 2). Lei do Conselho por maioria qualificada – consulta ao Parlamento	Unanimidade no Conselho e parecer simples (Artigo 93.º TCE)
Medidas relativas ao imposto sobre as sociedades no domínio da cooperação administrativa ou da luta contra a fraude fiscal necessárias para assegurar o funcionamento do mercado interno e evitar as distorções de concorrência (na sequência de uma decisão unânime do Conselho) (Artigo III-60.º). Lei do Conselho por maioria qualificada – consulta ao Parlamento	Unanimidade no Conselho e parecer simples (Artigo 93.º TCE)
Modalidades de exercício do direito de inquérito (Artigo III-230.º) – Lei do Parlamento – aprovação do Conselho e parecer da Comissão	Comum acordo do Parlamento, Conselho e Comissão (Artigo 193.º TCE)
Orçamento anual (Artigo III-306.º). Lei adoptada por processo <i>ad hoc</i>	Processo <i>ad hoc</i> (Artigo 272.º TCE)

Actos não legislativos	
Aplicação da proibição de acesso privilegiado (Artigo III-71.º, n.º 2). Maioria qualificada no Conselho – consulta ao Parlamento	Processo de cooperação (Artigo 102.º TCE, n.º 2)
Aplicação da proibição de assumir compromissos e conceder créditos sob a forma de descobertos (Artigo III-72.º, n.º 2). Maioria qualificada no Conselho – consulta ao Parlamento	Processo de cooperação (Artigo 103.º TCE, n.º 2)
Medidas destinadas à harmonização da denominação e especificações técnicas das moedas (Artigo III-75.º, n.º 2). Maioria qualificada no Conselho – consulta ao Parlamento	Processo de cooperação (Artigo 106.º TCE, n.º 2)
Cooperação administrativa no domínio do espaço de liberdade, de segurança e de justiça (Artigo III-159.º)	Unanimidade no Conselho e parecer simples do Parlamento (Artigos 66.º TCE e 30.º e 31.º TUE)
Recomendações no domínio da cultura (Artigo III-176.º). Maioria no Conselho	Unanimidade no Conselho (Artigo 151.º TCE, n.º 5, segundo travessão)
O Conselho delibera por maioria qualificada no domínio da PESC sempre que adopte uma decisão por iniciativa do Ministro dos Negócios Estrangeiros, na sequência de um pedido do Conselho Europeu (Artigo III-196.º)	(Título V TUE)
Assistência financeira com carácter urgente aos países terceiros (Artigo III-217.º). Maioria qualificada no Conselho	Unanimidade no Conselho (Artigo 308.º TCE)
Duodécimos provisórios (Artigo III-307.º). Processo <i>ad hoc</i>	Processo <i>ad hoc</i> (Artigo 273.º TCE)
Modalidades de disponibilização dos recursos próprios (Artigo III-314.º, n.º 2). Maioria qualificada no Conselho – consulta ao Parlamento	Unanimidade no Conselho (Artigo 279.º TCE, n.º 2)